

JOSÉ EDUARDO AGUALUSA

Nação Crioula



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

JOSÉ EDUARDO AGUALUSA

NAÇÃO CRIOLA
A Correspondência Secreta
de Fradique Mendes

Romance
GRYPHUS

2ª edição - 2007 - 4ª reimpressão

© JOSÉ EDUARDO AGUALUSA, 1997
"By arrangement with Dr. Ray-Güde Mertin,
Literarische Agentur, Bad Homburg, Germany".

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte. Sindicato
Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A224c

Agualusa José Eduardo, 1960-

Nação crioula : a correspondência secreta de Fradique Mendes :
romance / José Eduardo Agualusa. - Rio de Janeiro : Gryphus, 2001
ISBN: 978-85-85469-55-9

1. Romance angolano. I. Título.

98- 1251.

CDD 869.8996733 CDU
821.0(673)-3

Capa:
VERÓNICA D'OREY
www.vrronicadorey.com.br

GRYPHUS EDITORA
Av. Erasmo Braga, 299 - 7º andar - 20020-000 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (0XX21) 2533-2508 - Fax: (0XX21) 3380-6667
www.gryphus.com.br - e-mail: gryphus@gryphus.com.br

Para a Noelma
a Dorinda
e o Manuel

Prefácio

Comecei a ler Nação Crioula no aeroporto de Lisboa. Não tenho lembranças do voo para a Guiné-Bissau. Estava totalmente imerso nessa estranha realidade (virtual?) que só podemos acessar com a leitura de poucos romances. Quando dei por mim, não sabia mais onde tinha ido parar. Aquilo não era mais um free-shop português, muito menos um avião da TAP.

A ficção me transportou, numa viagem trepidante, para Luanda, e de Luanda para Paris, e de Paris para Olinda, e de Olinda para o Rio de Janeiro, e novamente para Luanda. Como o mais poderoso jet-lag, a literatura também provoca efeitos neurológicos bem concretos: eu perdera integralmente minha orientação geográfica. E para aumentar a confusão, na realidade, encontrava-me cercado por uma multidão africana que lotava, em plena algazarra alfandegária (só quem já passou por uma alfândega guineense pode entender o que isso significa), a sala de desembarque do Osvaldo Vieira, o sorumbático aeroporto de Bissau.

Não importavam os gritos ameaçadores - em várias línguas locais - de gente que guerreava por suas bagagens: como se nada estivesse acontecendo, como se aquela alfândega fosse a mais silenciosa sala de leitura da Universidade de Oxford, eu só tinha uma missão: chegar à última página. Ao reconhecer a minha vitória, os amigos que me acompanhavam, e que deviam estar querendo me internar no primeiro hospício, ficaram tão admirados com minha façanha que a próxima leitura daquele exemplar do Nação Crioula foi disputada como nunca me acontecera com outro livro.

Nação Crioula não prende o leitor apenas por sua história bem contada e assumidamente novelesca (tem enredo que poderia fazer sucesso na televisão, tanto quanto a Escrava Isaura). Seus méritos são mais complexos e, de alguma maneira, neo-pós-modernos.

Ao abrir sua primeira página, ainda povoava minha memória a forte impressão causada por outra leitura recente, a de Black Atlantic, do sociólogo Paul Gilroy. No seu entender, o Atlântico Negro é ao mesmo tempo um conceito e uma realidade: espaço de trocas de mercadorias, corpos e ideias, que coloca em cheque a busca de "origens" e raízes das várias culturas afro-americanas, mostrando como todas elas foram

produzidas, ao mesmo tempo, de um lado e do outro do oceano, ou melhor, no trânsito inter-oceânico.

A narrativa do Nação Crioula é quase uma confirmação da hipótese provocativa e polêmica de Gilroy: a ação tem lugar no fluxo transatlântico, principalmente entre o Brasil e Angola do século passado, mostrando a invenção de um Atlântico que não é só negro, mas essencialmente mestiço, e propiciador de mestiçagens.

Tudo em Nação Crioula é mestiço. A começar pela estratégia literária de tomar emprestado uma "personagem" (também pseudônimo) de outro autor (ou criação coletiva de uma turma de autores), o Fradique Mendes de Eça de Queirós. Pois o anarquista Fradique volta à ação, volta à vida dentro dos livros, agora protagonizando uma atribulada história de amor com uma escrava angolana. E até transforma o próprio Eça de Queirós em personagem de sua nova ficção.

Há também a mestiçagem entre a narrativa ficcional e a narrativa histórica, incluindo personagens muito "verdadeiros" da campanha abolicionista brasileira, como José do Patrocínio. Em entrevista realizada no Jardim Tropical de Lisboa, logo após minha viagem para a Guiné-Bissau, José Eduardo Agualusa me contou que entre os motivos que levaram-no a escrever Nação Crioula estava o desejo de repensar a grande e intensa relação entre Angola e o Brasil, incluindo aí a importância dessa relação para a constante recriação das identidades culturais brasileiras e angolanas contemporâneas,

Esses motivos, preocupações e interesses não são estranhos nem artificiais, muito menos afetados, para um escritor como José Eduardo Agualusa, que tem uma biografia também mestiça, também em "trânsito". Nascido em Angola, detentor de um passaporte angolano (hoje vivendo entre Portugal e Angola), e mais branco do que negro, ele poderia ser um exemplo daquilo que os angolanos denominam "fronteiras perdidas", isto é, pessoas que não sabem qual é sua raça e seu lugar no mundo. Porém, Agualusa soube tirar partido dessa situação, descobrindo as vantagens de estar "entre" culturas, na fronteira, mas não propriamente perdido.

Também não estavam perdidos os escritores angolanos que abriram o caminho para a geração de Agualusa, buscando, em grande parte, inspiração na literatura brasileira (vide o impacto da obra de Guimarães Rosa em Luandino Vieira) para inventar a literatura nacional de seu país. As trocas constantes retratadas em Nação Crioula surgem então não como indícios de

uma possível utopia nunca realizada, mas como uma espécie de realidade paralela, muitas vezes propositadamente ignorada, que liga, há séculos, as culturas do Brasil, de Angola e de Portugal, além de outros países de língua portuguesa.

O trabalho "transatlântico" de José Eduardo Agualusa busca tornar essa realidade mais visível e atuante, multiplicando as possibilidades de contato. Por isso, ele mantém, ao lado de sua ficção {Nação Crioula foi seu terceiro romance), uma carreira jornalística que tem como principal objetivo divulgar a cultura africana em Portugal. Por isso, desenhou uma página de Web (terravista.pt/Baia-Gatas/1095/)* que traz links para tudo de interessante que acontece no mundo da língua portuguesa. Por isso, é um dos autores de Lisboa Africana, um livro-guia para o vibrante (cada vez mais!), secular e ainda pouco conhecido lado negro de uma cidade que um dia foi capital de um vasto império no além-mar.

A primeira atividade de Agualusa, todas as manhãs, antes mesmo que o lado de cá do Atlântico acorde, é ler os jornais brasileiros via Internet. Por isso conhece bem nossa ignorância diante da realidade literária de um país como Angola, e da África em geral. A utopia de uma renovada e renovadora nação crioula, que levasse a cabo uma mestiçagem cultural radical, está muito longe de se tornar realidade. Contudo, prefiro ser otimista: a publicação de Nação Crioula, no Brasil, pode ser muito bem um sinal de que essas coisas começam a mudar.

Hermano Vianna

* Inativo

Carta a Madame de Jouarre

Luanda, Maio de 1868

Minha querida madrinha,

Desembarquei ontem em Luanda às costas de dois marinheiros cabindanos. Atirado para a praia, molhado e humilhado, logo ali me assaltou o sentimento inquietante de que havia deixado para trás o próprio mundo. Respirei o ar quente e húmido, cheirando a frutas e a cana-de-açúcar, e pouco a pouco comecei a perceber um outro odor, mais subtil, melancólico, como o de um corpo em decomposição. É a este cheiro, creio, que todos os viajantes se referem quando falam de África.

Olhando a cidade que se erguia fatigada à minha frente pensei que não devia ter trazido o Smith. Vi-o desembarcar, tentando manter o aprumo de Escocês antigo enquanto cavalgava os dois negros, a perna direita no ombro esquerdo de um deles, a perna esquerda no ombro direito do outro. Chegou junto a mim lívido, descomposto, pediu perdão e vomitou. Disse-lhe: «Bem vindo a Portugal!».

À nossa volta ia um tumulto de gente, rindo e gritando, movendo fardos, arrastando animais. Smith conseguiu ao fim de algum tempo contratar os serviços de duas machilas e lá seguimos, suados e salgados, através de uma sucessão de ruas tortas e mal empedradas. Grupos de nativos conversavam à sombra dos muros ou dormiam estendidos de braços na poeira. A porta do Hotel Glória esperava-nos a figura extraordinária de um homem em evidente evolução para ave. Um velho alto, leve, rosto estreito, nariz adunco e olhos redondos e brilhantes:

— Excelência! — gritou estendendo-me a mão. — Sou o Coronel Arcénio de Carpo.

Eu sabia quem ele era. Um cientista austríaco, meu amigo, que durante vários meses estudou nos sertões de Angola a fauna e a flora tinha-me falado dele com entusiasmo: «Em Luanda até o sol lhe obedece. Quase nada sucede na cidade sem a concordância do velho». A patente de coronel que tão orgulhosamente ostenta — coronel comandante das províncias do Bié, Bailundo e Embo (!) —, não tem no entanto significado algum para

além do honorífico, já que Arcénio de Carpo não é militar, nunca visitou nenhuma destas províncias, que aliás não prestam vassalagem ao governo português, e em nenhuma delas existe sequer um corpo de soldados.

Quando soube da minha viagem o meu amigo insistiu em escrever a Arcénio de Carpo. Não sei o que escreveu, mas possivelmente disse-lhe que, instalado na solidão do meu palácio, em Paris, eu comando o movimento dos astros. O certo é que Arcénio me recebeu como a um príncipe:

— Os senhores ficam comigo — disse apontando a fachada escura do Glória. — Isto não é um hotel, é um quilombo.

Arcénio Pompílio Pompeu de Carpo nasceu na Madeira, filho de um casal de actores ambulantes. Degredado para Angola por crime de pensamento (diz ele), ou comum (murmuram os seus inimigos), mora hoje na Cidade Alta, num amplo solar colonial, de dois pisos, sendo o térreo circundado por um largo balcão em madeira. Esta varanda é durante a tarde protegida por esteiras de palha, a que aqui se chamam luandos, ou luangos, artifício que permite manter a casa fresca o dia inteiro. Assim que chegámos, Arcénio enviou aos meus aposentos um rapazito para que me esfregasse o corpo com água-ardente de cana, único remédio, segundo ele, capaz de prevenir as maleitas resultantes do contacto com a água do mar.

A seguir mostrou-me o resto da casa, incluindo o quintal, largo e fundo, que está em parte ocupado com as habitações dos escravos e com armazéns cheios de marfim, de borracha e de cera. Presas aos altos muros vêem-se cadeias de ferro e no centro do pátio existe mesmo um pelourinho que o coronel garante nunca ter utilizado. Ainda há pouco tempo, porém, este mesmo espaço servia para engordar negros trazidos do interior e em trânsito para o Brasil.

Já compreendeu, querida madrinha, como fez fortuna o senhor Arcénio de Carpo? Precisamente: comprando e vendendo a triste humanidade. Ou, como ele prefere dizer, «contribuindo para o crescimento do Brasil». Ainda hoje, a acreditar no que se comenta em Luanda, continua a trabalhar para o crescimento do Brasil. «Os Ingleses nunca me hão-de ver de joelhos», assegurou excitado quando lhe perguntei se persistia na colônia o tráfico negreiro.

Em sua opinião o movimento emancipador tem sido secretamente financiado e organizado pelos Britânicos e Americanos do norte com o objectivo de impedir a consolidação de uma forte potência na América do

Sul: «A América inglesa está superpovoada. Todos os anos chegam milhões de agricultores europeus aos estados do interior. Assim é fácil ser humanista e gritar contra o tráfico. Mas o Brasil, onde o número de colonos europeus é muito reduzido, depende inteiramente dos escravos. Se o tráfico acabar, a agricultura brasileira entra em colapso. Ao mesmo tempo a Inglaterra pretende arruinar as elites que amanhã poderiam governar Angola, e a prova provada de tal aleivosia é que a armada britânica não se limita a apresar e afundar os navios negreiros - tem feito o mesmo a embarcações carregadas com diversos gêneros de troca».

O ódio de Arcénio aos Ingleses cresceu muito depois de um episódio que até hoje faz rir os Luandenses. Há alguns anos atrás o velho colono teve o atrevimento de convidar o capitão do cruzeiro britânico Water- Witch, encarregue de vigiar a costa ocidental de África, para almoçar num dos seus navios — o Herói dos Mares. Findo o almoço voltou-se para o capitão e perguntou-lhe, sorrindo, se estava preparado para actuar contra aquela mesma embarcação:

— Ainda esta noite, ou o mais tardar amanhã, este navio vai largar de Luanda com destino ao nordeste do Brasil levando nos porões quatrocentos escravos.

O capitão riu-se da chalaça e respondeu-lhe no mesmo tom que faria tudo para o impedir. No dia imediato convidou-o para almoçar a bordo do Water-Witch e terminada a refeição deu-lhe a notícia de que o Herói dos Mares tinha sido apresado e enviado para a Serra-Leoa.

Na forte lógica do senhor Arcénio condenar a escravatura é já dobrar a cabeça diante da arrogância inglesa. Apoiar as sociedades emancipadoras, um acto de traição. E o que pensar dos deputados que, nas cortes, defendem a maior participação da nossa armada na frota internacional enviada para vigiar os mares de África? Arcénio não tem dúvidas:

— O que pensar? Excelência, os Portugueses de hoje são tão pequenos que até cabem em Portugal!

Portugueses como antigamente, da velha cepa de Cabral, Camões e Fernão Mendes Pinto já só restam dois, querida madrinha: ele, e este seu afilhado,

Fradique

Carta a Madame de Jouarre

Luanda, Junho de 1868

Minha querida madrinha,

Ainda em Luanda, sempre como hóspede do senhor Arcénio de Carpo, por aqui me passeio e engordo. Smith, esse, apenas engorda. Surpreendentemente, ou talvez não, converteu-se à calorosa culinária angolense e por mais de uma vez o encontrei entre a criadagem, comendo alegremente o funge e o feijão. Neste convívio recolhe o noticiário da cidade e assim também em Angola posso, todas as manhãs, «ler o Smith». Ignoro, é verdade, o preço exacto do ouro na bolsa de Londres, desconheço o destino de Livingstone e nem sequer consigo acompanhar as intrigas da corte. Em contrapartida sei que os ratos assados continuam a vender-se muito bem nos mercados de Luanda, a quinze réis a dúzia, enfiados pela barriga em espetos de pau, e que tem havido distúrbios no Sumbe e no Congo.

Enquanto me ensaboa o rosto e afia a lâmina, Smith fala-me também dos pequenos dramas domésticos de que prodigamente se alimenta a imaginação dos Luandenses. A acreditar no que tenho ouvido não existe nesta cidade um único homem honesto, esposa fiel, donzela recatada. Os colonos podem no geral ser divididos em: criminosos a cumprir pena de degredo.. degredados que, cumprida a pena, preferiram sabiamente manter-se por cá.

Quanto aos filhos-do-país, eufemismo com que a si próprios se designam os mestiços e alguns negros calçados, esses ocupam-se trabalhosamente a construir intrigas nos cafés da capital, o que fazem com grande talento. Desgraçadamente, enquanto se devoram uns aos outros por um cargo menor na hierarquia da Fazenda, os degredados seduzem-lhes as mulheres e as filhas, roubam-lhes as terras e os negócios, reforçam o seu poder na administração da colônia.

Trabalhar ninguém trabalha em Luanda a não ser os escravos; e fora da cidade trabalham os, assim chamados, «pretos boçais». Trabalhar representa portanto para o Luandense uma actividade inferior, insalubre,

praticada por selvagens e cativos. «Fulano vem de uma família trabalhadora», ouve-se dizer às vezes em voz baixa, venenosa, à mesa sombria de um café. É uma insinuação cruel, capaz de destruir reputações, pois sugere que o visado só há pouco tempo comprou o primeiro par de sapatos e que provavelmente descende de escravos.

Podemos assim dizer que os Luandenses, gente clássica, entendem a palavra trabalhar no seu sentido original, do latim tripaliare, ou seja martirizar com o tripaliu (instrumento de tortura). Recordo a propósito que em inglês, slave, escravo, provém de slav, eslavo — porque os eslavos foram os primeiros escravos romanos. Também a palavra rabota, em russo, quer dizer trabalho, e tem como raiz rab, que significa escravo.

«Os mulatos», confidenciou-me Arcénio de Carpo, «desprezam todos os povos do interior porque trabalham, e ainda mais os desprezam porque sendo negros querem continuar assim». Pude comprovar a justeza desta tese na casa do meu próprio anfitrião. Arcénio tem um único filho, com o mesmo nome, um moço alto e magro como o pai, maçãs do rosto muito salientes e olhos de amêndoa, longo e curvo bigode romântico, que é quem na verdade faz a gestão da fortuna paterna desde que se tornou quase impossível prosseguir com o comércio de negros para o Brasil. Ele e a mãe, Joana Benvindo, uma senhora de Benguela, preta retinta, que o velho colono trata com grande deferência, quase terror, vivem ambos no casarão da Cidade Alta. A hora da ceia, servida com certo aparato no fresco salão do andar térreo, o jovem senta-se ao lado esquerdo do pai e conversa vivamente sobre qualquer assunto. Inteligente, informado e bem-falante, prefere no entanto a política à filosofia e a maledicência à literatura. Nas suas palavras os pretos do mato constituem grande obstáculo à rápida transformação de Angola num país moderno uma vez que não têm sequer uma ideia de Estado, recusam-se a falar português e permanecem cativos de toda a espécie de crenças e superstições.

Disse-lhe que os Ingleses, Franceses e Alemães também se recusam a falar português, e recordei-lhe que a Rainha de Espanha acredita nas virtudes purificadoras do suor impregnado nas vestes menores de uma freira. E qual a diferença, afinal, entre um manipanso cravejado de duros pregos e a estatueta de um homem pregado numa cruz? Antes de forçar um Africano a trocar as peles de leopardo por uma casaca do Poole, ou a calçar umas botinas do Malmstrom, seria melhor procurar compreender o mundo em que ele vive e a sua filosofia.

O jovem Arcénio de Carpo olhou-me entre o escândalo e o desgosto: «Filosofia? Pois vossa excelência veio a África à procura de filosofia?!». Dei-lhe razão. Aquilo que os europeus desconhecem é porque não pode existir.

O desprezo que os filhos-do-país cultivam em relação aos povos do interior pode ser ainda mais bem ilustrado por uma história que Smith me contou. Há dois anos atrás, um dos mais ricos comerciantes e escravocratas deste país, o senhor Mateus Lamartine, descobriu que a sua única filha, Carolina, se correspondia secretamente com um jovem enfermeiro, também negro, mas sem nenhuma ligação às velhas famílias luandenses. Enfurecido, enviou um recado ao rapaz para que sem demora o fosse procurar: «Meu caro jovem», disse-lhe quando finalmente o teve pela frente. «Nada tenho contra si, muito pelo contrário, mas não o quero para genro. Não recusaria a mão de minha filha a um branco pobre, desde que não fosse um condenado, e nem a um mulato, contando que tivesse fortuna. Mas para você casar com Carolina teria de ser o Imperador da Abissínia.»

O jovem, desesperado, raptou a namorada e fugiu com ela, Quanza acima, até à Feira do Dondo, onde tinha família. Naquele mês visitava a vila um padre venerado em todos os sertões, Nicolau dos Anjos, que aceitou officiar o matrimônio dos dois foragidos na condição de estes regressarem a Luanda e pedirem perdão ao pai da noiva. Mau conselho: à chegada do palhabote, ainda no cais, um homem empurrou brutalmente o enfermeiro e quando este se voltou para protestar esfaqueou-o na garganta e fugiu. Poucas semanas mais tarde Carolina era conduzida à Igreja dos Remédios, em segundas núpcias, pelo braço forte do senhor seu pai. Muita gente reconheceu no noivo, L.A., caçador profissional, minhoto de Braga, o próprio assassino.

Nessa noite Carolina matou o marido. O chefe da polícia, amigo do enfermeiro, não precisou de a interrogar: «Foi um acidente. O senhor L. A. estava a limpar a sua carabina de Winchester, como fazia todas as noites, quando a arma disparou. A bala entrou pelo queixo e saiu pela nuca».

O nosso feroz Camilo teria terminado aqui esta novela. Zola ainda antes, naquele cais onde primeiro correu o sangue. Os desvairados deuses de África, porém, deram-lhe um fim impossível. Quer saber o que aconteceu? Sete meses mais tarde Carolina deu à luz um menino negro. A criança não chorou quando a parteira a ergueu nos braços e a levou para a

noite, mostrando-a às estrelas, às árvores escuras, a todas as coisas imóveis e moventes onde os espíritos dos antepassados se ocultam e vigiam.

Não chorou. Em voz alta e firme, a voz do pai, denunciou o avô negroiro. Voltou a fazê-lo já na presença de numerosas testemunhas, explicando que o velho contratara os serviços de L. A., e que os dois tinham architectado o crime. Depois calou-se e começou finalmente a chorar, como choram todas as crianças no momento em que percebem o mundo.

Mateus Lamartine suicidou-se a semana passada.

Seu afilhado do coração,

Fradique

Carta a Madame de Jouarre

Luanda, Junho de 1868

Minha querida madrinha,

Achando-me hoje mais reconciliado com a espécie humana regresso ao seu convívio com a completa narração do que tenho visto e feito debaixo destes largos céus de África.

Domingo fui convidado para o Baile do Governador, acontecimento de grande brilho, ruído e ostentação, ao qual comparece habitualmente toute Luanda — ou seja, quem quer que nesta cidade, tendo algum capital, saiba ler e escrever. Nos salões do palácio misturam-se comerciantes honestos e criminosos a cumprir pena de degredo, filhos- do-país e louros aventureiros europeus, escravocratas e abolicionistas, monárquicos e republicanos, padres e maçons. Alguns dos mais prósperos homens de negócios de São Paulo de Luanda iniciaram fortuna pedindo emprestadas umas poucas de macutas com que compravam peixe para fritar, vendendo--o depois nas feiras e mercados. Em pouco tempo as macutas tornaram-se tostões e depois libras e finalmente contos de réis.

É difícil imaginar colecção mais interessante de tipos físicos e psicológicos, até patológicos, reunida debaixo de um mesmo tecto. Entre toda esta gente sobressai a figura da senhora Gabriela Santa-marinha. Os Luandenses, que em tudo pretendem ser superiores e para os quais todo o excesso é virtude, tinham-me assegurado, gravemente, ser tal senhora a mulher mais feia do mundo. Eu, que com alguma largueza venho percorrendo o globo, fui forçado a concordar. Não há, não pode haver, mulher tão completamente feia e tão satisfeita de o ser. Ao vê-la recordei-me de uns versos do poeta brasileiro Gregório de Matos, descrevendo uma negra crioula: «Boca sacada com tal largura / que a dentadura / passeia por ali / desencalmada». A senhora Gabriela Santamarinha é de uma fealdade natural, sem artifícios nem retórica, e exerce-a em cada gesto, em cada frase, no odor corporal, na forma bestial como caminha. «Veja como é feia!», disse-me emocionado Arcénio de Carpo, «nem entre os aborígenes do continente austral houve alguma vez criatura assim».

— Nem no Entroncamento! — concordei assombrado, olhos presos na cruel figura.

— Chamam-lhe a Boca Maldita — esclareceu o Coronel — Boca Cuspideira, Boca Assassina ou Boca Fétida. Dizem que os pássaros se suicidam de desgosto à passagem dela.

Dizem também (Arcénio jura ser verídica tal versão) que Gabriela Santamarinha foi encontrada, bebê de poucos dias, numa latrina pública e criada por um padre galego do qual herdou o nome e duas quintas nos musseques. «Mas nunca perdeu o fedor original, e por isso também lhe chamam o Abominável Monstro das Retretes», disse Arcénio fazendo menção de me dar o braço:

— Venha, eu apresento-o. Recuei horrorizado: — Por Deus! Não faço questão!...

Arcénio de Carpo explicou-me então que ser apresentado à senhora Gabriela Santamarinha é em Luanda quase um ritual iniciático. «A nossa volta muita gente aposta que vossa excelência vai fraquejar», disse. «Respire fundo e venha. Quando estivermos junto dela não respire.»

Gabriela Santamarinha parecia estar à espera daquele momento. Fez-me uma ligeira vénia e enquanto eu fingia beijar-lhe os dedos cobertos de grossos anéis de ouro cuspiu o veneno: — Soube que viaja sempre na companhia de um escravo inglês — disse, tirando-me o fôlego. — Em minha casa sirvo-me apenas de escravas albinas e disseram-me que no Brasil é possível comprar por bom preço cativas brancas ou quase brancas. Mas ignorava que houvesse ainda escravaria na Europa. Não me vende o seu?

Afastei-me atormentado pela certeza de que aquela iria ser uma das piores noites da minha vida. Não foi. No instante seguinte vi--a: a mulher mais bela do mundo! Dançava-se a rebita, moda do país que com singular harmonia combina a graça mundana da valsa e o ritmo selvagem dos batuques. O mestre de cerimônias, um oficial negro conhecido por Gingão, dirigia a dança numa língua misteriosa, que mais tarde me garantiram ser francês. Ao vê-la — à mulher mais bela do mundo — logo naquele momento me reconciliei com a humanidade e os meus olhos se abriram com outro interesse para este país e as suas gentes.

Momentos houve em minha vida — um certo entardecer nos Alpes, uma tarde em Asmera, em que surpreendi, à minha frente uma onça a formar o salto — momentos houve que me fizeram experimentar a

evidência de Deus, isto é, da Vida, talvez aquilo a que os monges budistas chamam nirvana. Quando pela primeira vez a vi senti idêntica emoção. Ela dançava, e dançar é aqui um verbo incompleto, ela rodava esplêndida nas voltas da rebita, vestindo os ricos panos das senhoras de Luanda nobremente traçados sobre o peito, trazia a cabeleira alta e trabalhada, um fino colar de ouro a iluminar-lhe o pescoço de gazela. Durante um segundo sustentou o meu olhar com o lume tépido dos seus olhos negros, depois desapareceu. Arcénio de Carpo deve ter percebido a minha perturbação. Baixando a voz e tomando-me o braço, numa intimidade de velho camarada, levou-me até à varanda: — Deus é democrata — disse — democrata e socialista. Veja o caso de Dona Ana Olímpia. Nasceu nesta cidade, filha de uma escrava, e é hoje uma das mulheres mais ricas do país, senhora de muitos escravos, poderosa e respeitada.

Curiosa história. Ana Olímpia nasceu com efeito escrava, filha de uma escrava. O seu pai, porém, foi um príncipe congolês que durante vários anos apodreceu numa cela alagada da Fortaleza do Penedo, situada a norte de Luanda. Atraído a uma cilada pelas tropas portuguesas foi feito prisioneiro, ele e todos os que o acompanhavam, incluindo três das suas esposas. Ao príncipe todos os meses o levavam em cortejo ao Palácio do Governador, vestido com o seu uniforme de general, para que os negros o vissem e acreditassem estar sendo bem tratado.

«Era um homem admirável», recorda-se Arcénio de Carpo. «Discutia connosco em bom português, de igual para igual, protestando contra a sua detenção, que considerava ilegal, e de facto era, e exigindo reparações. Quando passava a caminho do Palácio, enorme e majestoso entre a guarnição do forte, o povo lançava-se ao chão, cobrindo a cabeça de areia, e ninguém tinha coragem de o olhar nos olhos. Todos os meses o governador garantia que brevemente o iriam libertar, lamentando aquela situação, mas sabendo muito bem que o príncipe morreria na cadeia.» Arcénio também se recorda do que aconteceu às três mulheres. «Foram vendidas como escravas. Duas comprei-as eu e a terceira, que estava grávida, levou-a Victorino Vaz de Caminha.»

Victorino Vaz de Caminha, um velho muito curioso, tomou a mulher grávida como cozinheira e catorze anos mais tarde, já depois da morte do príncipe congolês, casou com a filha, Ana Olímpia. Espantou-me, ao conversar com ela, ouvi-la citar Kant e Confúcio, troçar das teses de Charles Darwin, comentar com inteligência e novidade a moderna lírica

francesa. Perguntei-lhe: «O que faz uma mulher como você num lugar como este?».

Ela sorriu, belíssima: — Este lugar é o meu país.

Um país que me surpreende todos os dias.

Seu afilhado quase africano,

Fradique

Carta a Ana Olímpia

Benguela, Maio de 1872

Querida amiga,

Até à semana passada julgava-me senão imortal pelo menos imune às gerais enfermidades que affectam os homens. Ao longo dos últimos vinte anos atravessei incólume as ébrias noites de Coimbra, a Guerra da Abissínia, o Sahara e a Islândia; atrevi-me mesmo a frequentar São Bento em plena época de verborreia parlamentar, e de todos estes excessos e aventuras escapei sempre sem dano algum. E agora desde a semana passada que aqui estou, em Benguela, preso a uma cama e ardendo de febre.

Assegura-me o amigo em casa do qual me encontro hospedado, médico nesta cidade, que hei-de viver. Luís Gonzaga foi meu companheiro de república em Coimbra. Tornou-se popular entre os estudantes pelo vigor das suas gargalhadas, que sacudiam os lustres e assustavam os pássaros, e pelo talento com que tocava guitarra. Alegre, irresponsável, frequentando mais as tascas que os compêndios, levou quase dez anos para terminar o curso. A seguir embarcou para África e fixou-se em Benguela. Porquê em Benguela? Nos últimos dias temos conversado muito mas não consegui que me respondesse a esta questão.

Recordámos Coimbra, mais eu do que ele, que parece haver perdido o interesse por tudo quanto diga respeito ao velho Portugal. A espécie de clausura a céu aberto em que vive transformou--o num outro homem. Escuta muito, fala pouco, ri-se mas sem escândalo, e quando se abraça à guitarra é para criar melodias como eu nunca ouvi, contaminadas pela mesma melancolia solar (se é que isto faz sentido) em que esta cidade jaz sepultada.

Ouço-o às vezes falar em umbundu com o cozinheiro, Antônio Salvador, um homem sábio, que entre 1854 e 1856 acompanhou David Livingstone na famosa expedição que descobriu as Cataratas de Vitória. Nessas alturas parecem ambos da mesma nação, pois Luís Gonzaga não apenas fala a língua do velho — fala-a como um Ovimbundu. Volta a rir

com o furor antigo, faz grandes gestos, bate palmas, e eu fico a vê-lo com a sensação de que este país o colonizou.

O meu amigo montou às suas custas um pequeno hospital, na Rua da Quitanda, que praticamente apenas atende aos soldados, degredados e pretos pobres, já que os remediados e todos os Europeus se tratam em suas casas. Luís Gonzaga faz o que pode para atender toda a gente. Quando lhe faltam os meios ou os conhecimentos reúne seis dos seus homens, instala o paciente numa machila ou numa rede presa a dois cavalos, e a pequena expedição adentra-se pelo mato, quinze a vinte quilômetros, até alcançar uma pedra alta e redonda em cuja base cultua um feiticeiro.

Calculo que para si nada disto seja novo. Eu começo a compreender que em toda a parte onde ainda domina a noite, ou seja, onde a luz eléctrica ainda não chegou, não há ciências exactas. O que há é isto: a grande escuridão depois que o sol se põe, o alto céu onde navegam estrelas; rumores e medo. Espíritos que dançam.

E tudo são inexplicações.

Muito a propósito há-de, com certeza, querer saber se consegui lançar alguma luz sobre o estranho murmúrio que me trouxe até aqui. Infelizmente não — por estes sertões o escuto igualmente, porém vago e confuso como a fatigada narração de um sonho.

No estado em que me encontro tudo isto me parece ainda mais fantástico. Estendido nesta cama, ardendo de febre e no entanto trêmulo de frio, procuro entender os segredos de África. E penso em si. Penso muito em si. No meu espírito desorganizado a sua imagem de alguma forma me esclarece e anima. Caso sobreviva posso alimentar a esperança de a rever em Luanda?

Escreva, diga-me que sim, na certeza de que só as suas palavras me reanimarão (Luís Gonzaga ameaça levar-me ao feiticeiro!).

Seu amigo do coração,

Fradique

Carta a Eça de Queiroz

Luanda, Agosto de 1872

Meu caro amigo,

Encontrei a sua carta ao regressar dos sertões de Benguela onde me desloquei com o propósito de confirmar um espantoso rumor indígena. Não consegui tal intento mas em contrapartida fui testemunha de um episódio a partir do qual V., em rápidas linhas, poderia com facilidade criar literatura. Eu, mais pobremente, o caso conto como o caso aconteceu; há uma semana atrás um degredado de, nome, ou alcunha, o que por aqui é quase a mesma coisa, João Bacalhau, esfaqueou um outro colono e julgando-o morto fugiu para o mato. Tinha caído a noite. Bacalhau, que desembarcara vindo do reino havia escassas semanas e quase nada conhecia do país, adentrou-se com crescente terror na densa e rumorosa escuridão de África. As mãos estendidas, ofegante, tropeçando aqui, caindo acolá, correu até não sentir mais nada, nem cansaço, nem medo, nem dor, e lhe parecer que o corpo se apartara da alma. Então encostou-se ao tronco forte de uma mangueira e adormeceu.

Despertou com as primeiras luzes, o súbito silêncio dos pássaros. Alguma coisa rastejava para além do arvoredo. Alguma coisa subia o morro e avançava, múltipla e concentrada, na sua direcção. Assustado, Bacalhau escalou a árvore e lá de cima viu aproximar-se um estranho cortejo.

Éramos uns vinte homens. O padre Nicolau dos Anjos dirigia a marcha segurando com esforço uma comprida cruz de marfim. Eu vinha logo depois, na companhia de um amigo médico, Luís Gonzaga, em casa do qual fiquei hospedado, e de um tenente do exército, moço pálido e ansioso, a quem por diversas vezes tive de oferecer o braço para que não desfalecesse. Atrás seguiam serviçais agitando guizos, levantando velas acesas, cantando alto, com esplêndidas vozes de cobre, hinos de glória ao Senhor Deus.

Não é difícil imaginar o susto de João Bacalhau quando o cortejo se deteve, rodeando a mangueira, e ele viu erguer-se o rosto terrível do cónego. Creio que na minha anterior correspondência já lhe falei de Nicolau

dos Anjos. Este homem é um dos espíritos mais interessantes de Angola e em toda a parte se escuta o nome dele. Logo após a minha chegada, por exemplo, ouvi o chefe do Conselho do Bengo encerrar uma acalorada discussão teológica citando o padre:

— As ideias dos governos e dos povos mudam com a perversão dos séculos, mas os direitos de Deus, que dominam uns e outros, esses são eternos e imutáveis. A ciência matou a ideia de Deus, a ciência há-de amanhã ressuscitar a ideia de Deus.

Mais tarde escutei a um pombeiro o confuso relato de uma caçada ao hipopótamo. Segundo percebi um dos caçadores, ferido no estômago pelo disparo acidental da própria arma, ficou estendido no capim, morto ou à espera da morte. Quem apareceu, porém, foi Nicolau dos Anjos: «O senhor está curado», disse passando a mão direita pelo corpo do infeliz, «levante-se e vá para casa». Obedecendo à ordem (é realmente difícil não obedecer a uma ordem do padre) o caçador levantou-se e tomou o caminho da cidade, onde chegou já vivo.

Este homem tão grande, temido e venerado — é anão! A cabeça, presa a um minúsculo tronco de criança, parece enorme, muito maior que a de um homem normal. Entretanto emana dele tal autoridade, sobretudo quando fala, que ao seu lado poucas pessoas alcançam maior estatura. Áspero, rude, muitas vezes dogmático, o padre é, apesar disso, excelente conversador. Recordo com prazer as longas horas que passamos, ele, eu e Luís Gonzaga, debatendo o declínio da espiritualidade e o triunfo do materialismo neste nosso século:

— Os senhores pretendem banir Deus do Universo — lamentava o santo homem. — A barricada, a guilhotina, a Internacional, a proclamação do povo contra o poder são sinais aterradores que afligem a idade moderna. O nosso século entregou-se à hidra revolucionária como o Ajax da tragédia antiga às Euménides furiosas.

Dizia estas coisas violentas sentado à sombra consoladora de um caramanchão de buganvílias, bebendo cerveja alemã, enquanto, ao redor, Benguela dormitava sob o sol do meio-dia. Sorrindo, o meu amigo fez-lhe notar que a idade moderna estava a sete mil quilômetros de distância: «Vai levar muito tempo até chegar aqui».

— Não — respondeu o padre apontando para mim — Já chegou! Voltemos a João Bacalhau. Foi com susto, dizia, que ele nos viu rodear a árvore: vinte homens e um minúsculo padre negro. A terra escura, as

árvores altas, os sonoros cânticos, as velas e a cruz, tudo lhe infundia estranheza e medo. Viu o padre erguer o rosto e ordenar: — Subam e façam-no descer!...

— Não! Não subam! — gritou Bacalhau — Não subam por que eu vou descer.

Em baixo toda a gente começou a gritar e a correr. Fiquei eu e o padre. E só nessa altura vislumbrámos entre a folhagem alta o rosto lívido de João Bacalhau, e só então Bacalhau percebeu, quase colado ao seu, o rosto azul do triste escravo que ali se havia enforcado e que nós tínhamos afinal vindo resgatar.

Em baixo Nicolau dos Anjos apenas murmurou: «Ora esta!».

— Ora esta!! — murmurei eu próprio, que durante breves segundos me julgara testemunha de um terrível prodígio.

A João Bacalhau tivemos de o retirar da árvore, eu e Luís Gonzaga, levando-o depois para a cidade onde, à noitinha, se reconciliou com o outro colono, apenas ferido num braço.

Entre os homens que acompanharam o cortejo dois ou três fugiram para a mata e nunca mais foram vistos. É de crer que estejam agora assombrando o gentio com a narração de mais um milagre de Nicolau dos Anjos.

E assim tem V., meu querido José Maria, como se fundam os mitos.
Deste seu amigo fiel,

Fradique

Carta a Madame de Jouarre

Luanda, Agosto de 1872

Minha querida madrinha,

Recorda-se certamente de madame Kirkovitz. Creio que foi num daqueles famosos saraus de Inverno, em sua casa, que ela produziu esta sentença notável: «Há no sangue das negras um princípio acre que primeiro cativa e depois atrofia e destrói o coração dos homens brancos». Lembrome que houve risos e protestos mas eu levei-a a sério pois percebi que atrás daquela curta frase se escondiam anos e anos de impiedosa observação científica. Certamente a triste viúva viu, durante o longo período em que habitou no Brasil, dezenas de cavalheiros desfalecerem nos braços das suas amantes negras; um desses cavalheiros, sei-o hoje, era casado com ela.

Novamente em Luanda, muitas vezes me vem à memória esta tese rancorosa, e a imagem loira, fria e amarga de madame Kirkovitz. Não é inocentemente que a utilizo para definir estes três adjectivos. «Já reparou», perguntou-me há alguns dias Arcénio de Carpo Filho referindo-se às raras senhoras europeias a residir em Luanda, «que aquilo que numa cerveja é virtude numa mulher é defeito?».

Estas senhoras, frias e amargas como madame Kirkovitz, partilham ainda com ela o ódio às negras e mestiças. «As negras são um grande mal», confidenciou-me uma tarde a esposa do cônsul inglês, «mas as mulatas conseguem ser piores, pois para além de cortejarem os homens casados ainda se riem de nós e nos desprezam».

Julgo que existe alguma verdade nesta última queixa. Recentemente assisti a uma representação diletante do Othelo, de Shakespeare, no Teatro da Providência. Três magníficas mulheres, três flores de bronze, para utilizar uma imperfeita metáfora dos trova-dores locais, dominavam sem esforço a pequena plateia. Riam-se entre si e era óbvio que se divertiam com o escândalo da própria beleza. A esposa do cônsul inglês cumprimentou-me de longe, com um sorriso murcho; vi-a depois abandonar a sala em prantos, amparada ao braço do marido, muito antes que o mouro

matasse Desdémona. O cônsul, ao sair, lançou um rápido olhar na direcção das três graças e não me foi difícil adivinhar o enredo.

Em outra ocasião, conversava eu com o velho Arcénio de Carpo, após a ceia, nas duas horas que ele reserva para aquilo a que chama a «cerimonia do fumo». Atrás do meu anfitrião senta--se habitualmente uma jovem mestiça de olhos cor de mel, feições orientais e um doce nome, Lúcia, a quem o coronel ofereceu há já alguns anos carta de alforria. Sempre que ele termina um cigarro Lúcia acende-lhe outro, aspira longamente, ternamente, e entrega--o ao coronel; a mim só me passa os fósforos!

Naquela noite o tema da conversa era o efêmero feminino.

— O perigo atrai o homem e é por isso que o homem se sente atraído pela mulher — filosofava o coronel —, a mulher é o animal mais perigoso da criação. Não estou, claro, a referir-me às parisienses, às lisboetas e nem sequer às romanas. Falo da Mulher, caramba, da mulher inteira, verdadeira.

Lúcia sorria triunfante.

— A mulher europeia — continuou o coronel —, está para a africana como o frango cozido em água e sal está para o churrasco.

Falta-lhe a cor, o perfume, o sabor e o calor. Falta-lhe o gindunguzinho, meu caro. Resumindo, falta-lhe a alma.

Lúcia acendeu outro cigarro. Não disse nada. Acendeu o cigarro e olhou-me nos olhos enquanto aspirava o fumo.

Também por aqui reencontrei uma outra filha da terra, deslumbrante, a senhora Ana Olímpia, que há quatro anos atrás muito me impressionou. O marido morreu há poucos meses no naufrágio de um palhabote. Victorino Vaz de Caminha, assim se chamava, era um homem notável, nascido na Bahia mas que preferiu após a independência do Brasil continuar português em terras de Angola. Alto, magro, rosto comprido, uma barba longa e selvagem, muito branca, caindo-lhe em cascata pelo peito. Espírito excessivo e contraditório ouvi-o defender ao mesmo tempo e com igual fervor o escravismo e a revolução libertária. Proprietário de três navios negreiros não teve dúvidas quando se tratou de os baptizar: Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Enquanto escravocrata fez grande fortuna, tornando-se muito respeitado no país. Enquanto anarquista assinou uma meia dúzia de panfletos anti-clericais e depois casou-se na Igreja de Nossa Senhora do

Carmo com Ana Olímpia, que na altura tinha apenas catorze anos e era (ou tinha sido) sua escrava.

A cerimonia, de um luxo deliberado, dividiu entre a cólera e o assombro a pequena sociedade luandense. O padre Nicolau dos Anjos ainda hoje se sobressalta ao recordar o caso: «Victorino Vaz de Caminha era o próprio Satanás», disse-me em Benguela. «Montou aquele espectáculo dispendioso com o único objectivo de ridicularizar a Igreja e troçar da sociedade.»

Eu acredito que o tenha feito por amor.

Aos sessenta e tantos anos, o fígado arruinado pelas águas de África e a forte cachaça do Brasil, ele não esperava viver muito tempo. E dessa data em diante viveu apenas para Ana Olímpia. Mandou vir de Paris um professor de francês, o qual durante os doze meses que permaneceu em Luanda engravidou doze escravas.

Assombrado com o fôlego do bretão mas naturalmente um pouco inquieto, o velho anarquista quis ter a certeza de que o episódio não se repetiria com o mestre de música. Assim, foi ele próprio a Nápoles e de lá trouxe um jovem delicado, perfumado, aperaltado, a quem os Luandenses deram o nome de Ohali, o grou-coroadado. Só quem já viu esta bela ave — de flamejante chapéu de fantasia, laço vermelho, fraque preto e luvas brancas — só quem já a viu caminhando vaidosa e feminil pelos campos do sul de Angola pode compreender como tal alcunha assenta bem ao Italiano.

Ohali não regressou ao seu país e por aqui o encontrei ainda, ensinando piano às senhoras de Luanda, comerciando perfumes, organizando festas. Perdeu a voz na sequência de uma febre misteriosa, mas utiliza com vantagem tal deficiência servindo de ponto nas festas do Teatro da Providência. Vi-o (ou melhor, ouvi-o) actuar algumas vezes, cochichando com superioridade, e só então compreendi porque é que a maior parte dos improvisados actores deste país discursam hoje com um indisfarçado sotaque napolitano.

Além de todas estas preciosas ocupações, Ohali dedica-se também à nova arte de pintar fotografias. Instalou um pequeno estúdio na Rua Direita do Bungo e ali retrata as senhoras e cavalheiros da colônia, moços e moças, variadas figuras típicas, todos posando, ora assustados ora perplexos, diante de uma imagem do Vesúvio vomitando fogo.

O viajante recém-chegado a Luanda há-de talvez presumir, ao visitar as casas de uns e de outros, que a cidade inteira esteve em Itália. Na grande

sala de jantar do meu anfitrião, vigiada por duas ferozes cabeças de rinoceronte, lá está a fotografia de Arcénio de Carpo, pai, sentado numa cadeira de baloiço e tendo ao seu lado direito, em pé, todo de branco, Arcénio de Carpo Filho. O vulcão explode ao fundo. Vi também Gabriel a Santamarinha sorrindo feliz enquanto o Vezúvio engolia Pompeia. No estúdio de Ohali testemunhei inclusive — é verdade! — o espanto de dois carregadores de machila, de tanga, posando em frente ao histórico desastre.

Victorino Vaz de Caminha preocupou-se em particular com a educação política, filosófica e literária da jovem esposa. Discutiu com ela Proudhon e Mikhail Aleksandrovich Bakunin e depois deu-lhe a ler, em francês, o inevitável Hugo, o terrível Baudelaire, o genial Flaubert, o nosso velho e querido Gautier, o vasto e desordenado Balzac, e mesmo o intolerável Lamartine, os Taine, Goncourt e Michelet. A valente criança leu-os a todos, sobreviveu e fez-se uma mulher lúcida, forte e com opiniões, enfim, uma mulher como é difícil encontrar um homem.

Acrescente-se que Ana Olímpia não discute apenas a evolução das espécies ou os últimos acontecimentos na Europa como se sempre tivesse vivido no centro do mundo — estuda com idêntico interesse o passado do seu próprio povo, recolhe lendas e provérbios de variadas nações de Angola, e prepara mesmo um dicionário de português-quimbundu. Uma vez por ano viaja até às províncias do norte, às terras que foram do seu pai, e os sobas e seus macotas aconselham-se com ela. Onde quer que se encontre, a cavalo entre um grupo de caçadores, num salão de festas, ou em casa, rodeada de festivas molecas, a sua presença parece atrair a luz.

O palacete que herdou do marido junta nas tardes de Domingo uma juventude original, inquieta e culta, que tudo discute e tudo contesta. Fui a algumas destas reuniões e admirei-me ao encontrar ali brancos, negros e baços, todos unidos no mesmo amor por Angola. Ana Olímpia recebe os seus convidados sentada numa alta cadeira de vime e rodeada pelas suas molecas, que a aliviam do calor sacudindo leves leques de sândalo, e em tudo a servem rápidas e graciosas.

A questão da escravatura é sempre motivo de exaltado debate nestes saraus, em que poucos defendem a continuidade do velho sistema e a larga maioria se bate pela abolição; entre estes contam--se muitos em cujas casas existe ainda numerosa escravaria, e quase todos são filhos de comerciantes implicados no tráfico negreiro. Ana Olímpia, por exemplo, vendeu após a morte do marido os três navios com que Victorino Vaz de Caminha fez

fortuna, mas apenas alforriou os trabalhadores do campo. E justo reconhecer, porém, que os Luandenses são normalmente menos cruéis que os Portugueses. Assim, quando os seus escravos cometem algum erro grave Ana Olímpia prefere vendê-los a castigá-los, sendo esse, na verdade, o pior castigo que lhes podia reservar.

Já Gabriela Santamarinha goza de justa fama de bruta. Eu próprio a vi, certa vez, castigar uma infeliz criança batendo-lhe nas costas das mãos com uma palmatória, e com tal violência que o sangue saltou manchando o vestido da senhora. A pequena foi então amarrada a um pau, inteiramente despida, e Gabriela marcou-lhe o dorso à chibatada. O seu crime? Havia deixado escapar um dos muitos macaquinhos amestrados com que a pavorosa personagem distrai os convidados (veste-os ricamente: laço, colete e chapéu alto, os machos; panos da costa, as fêmeas, e fá-los depois dançar as modas da terra).

O padre Nicolau dos Anjos, que em visita a Luanda ficava frequentemente alojado em sua casa, conta que não conseguia adormecer devido aos lamentos das escravas: «Todas as noites ela prendia duas ou três albinas, com pretextos fúteis, e batia-lhes com um cavalo--marinho. Achei aquilo tão desumano que lhe chamei a atenção, e a partir dessa noite nunca mais ouvi os gritos das escravas. Soube depois que ela continuava a bater-lhes, mas antes disso amordaçava-as!».

Ao libertar os trabalhadores das suas fazendas Ana Olímpia conseguiu demonstrar uma das principais teses do movimento emancipador — a de que qualquer homem trabalha mais e melhor em liberdade, sendo o pagamento dos salários compensados pelo aumento das colheitas. Num engenho de açúcar que possui em Icolo e Bengo Ana Olímpia obteve a partir de uma única colheita 125 mil francos, dez vezes mais do que anteriormente, quando todos os trabalhadores eram cativos.

Porque não libertou então os escravos domésticos? «Porque», disse-me ela, «seria como alforriar a minha própria família». Este argumento, que eu não consigo compreender, ouvi-o mais tarde a outros Luandenses: «Temos responsabilidades para com eles», tentou explicar-me Arcénio de Carpo Filho. «Não os podemos libertar porque os desgraçados não saberiam o que fazer com essa liberdade.»

A verdade é que eu próprio não me importaria de ser escravo de Ana Olímpia. Assusto-a? Receio que ao ler isto V. esteja já a pensar na

aterradora sentença de madame Kirkovitz. Como lhe disse, também eu penso muito nela.

Saudades deste seu afilhado,

Fradique

Carta a Ana Olímpia

Paris, Dezembro de 1872

Minha doce Princesa,

É Dezembro em Paris. Era já Dezembro quando parti de Luanda deixando para trás o esplendor do teu olhar. E há-de ainda ser Dezembro depois que terminar o mês, e a seguir virá Dezembro e o Inverno, e novamente Dezembro e sempre assim, até que de novo eu retorne à Estação do Sol, que é em toda a parte todo o instante que o teu olhar ilumina.

Faz Dezembro em Paris. Após três semanas de neve e de frio as águas do Sena degelaram, engrossaram, e como uma imensa jibóia enfurecida — será talvez Muene-Zambi-dia-Menha, a divindade das águas de que tanto me falaste — o rio saltou sobre a cidade atropelando as pontes, arrancando árvores, atacando casas, prédios e monumentos nacionais.

O nevoeiro cobre tudo como uma noite branca. Em pleno meio-dia as carruagens circulam com as lanternas acesas, enquanto nas esquinas grupos de polícias, segurando tochas, indicam o caminho aos pobres náufragos. Junto ao Arco do Triunfo, onde se reúnem doze avenidas, foram acesas altas fogueiras, mas a mais de duzentos metros já ninguém as vê. Os cocheiros perdem-se na bruma e vagueiam pela cidade como assombrações, com os passageiros aos uivos e os cavalos enlouquecidos, havendo casos de carros que caíram ao rio e de outros que se esmagaram contra árvores ou edifícios.

Nesta cidade assim anoitecida é a memória da tua luz que me guia e conforta. Vejo-te, constantemente te vejo, como pela primeira vez te vi, rodando belíssima nas voltas da rebita ou meditando gravemente na Muxima, sozinha na capela, enquanto lá fora o rio imóvel sob o largo sol, a paisagem solene, o céu sem mácula, pareciam em silêncio meditar contigo. Vejo-te depois atravessando a galope a Praia dos Veados. Vejo-te rir ao longe e o teu riso chega até mim trazido pela brisa, salgado e fresco, húmido e forte, e eu volto a sentir, como então senti, a viva presença da Vida.

Quando me perguntaste, respirando exausta o mesmo ar que eu — e agora? — não soube o que responder. Três meses mais tarde ainda não

conheço a resposta. Fui nômade a vida inteira. Atravessei metade do mundo, desde Chicago até à Palestina, desde a Islândia até ao Sahara e nunca soube que nome dar a essa errância aflita. Hoje sei que estava à tua procura. Sei que és o meu destino, a minha pátria, a minha igreja. Sei que ao deixar Luanda fez-se Dezembro e que desde então o Inverno ronda como um lobo esfomeado à minha volta.

Pretende Darwin que os homens descendem do macaco e na maior parte dos casos será assim — foram descendo. Creio, porém, que com a minha família aconteceu o inverso, e ela se foi erguendo desde esse sítio original até ao rude lusitano. Veio depois Afonso Henriques, vieram gerações de marinheiros e navegantes, os Açores foram descobertos e povoados, e nasci eu. De toda esta gesta oceânica resta-me um primo, o Louco André, que há vários anos comanda nos mares do norte um brigue aparelhado para a difícil pesca ao bacalhau.

Viajei com ele no Outono de 1850 (agrada-me pensar que quando nasceste eu atravessava o rumor branco dos mares da Gronelândia) e tive então oportunidade de lhe conhecer a alma, desenvolvida à medida e semelhança da natureza em que vive — agreste e fria, mesmo selvagem, mas também generosa e pura. Uma noite, já não sei a propósito de que brutalidade ou injustiça, explodiu um motim a bordo e os marinheiros amarraram-no e tomaram o comando do navio. Enquanto decidiam o que fazer com ele — as opiniões dividiam-se entre lançá-lo ao mar ou dar-lhe uma sova — pousaram-no na amurada. A discussão foi-se arrastando, uma, duas horas, até que por fim André soltou um grande brado: «Ou para dentro ou para fora, malandragem! Aqui é que não que já me doem as costas!».

Queres saber, amor, porque te conto este episódio? Porque, como ao meu primo André, inquieta-me menos o meu destino do que esta absurda espera. Escreve, diz-me o que decidiste. Condena--me ao Inverno ou salva-me dele.

Teu,

Fradique

PS.

Os marinheiros puxaram André para dentro, desamarraram-no e ele retomou o comando do navio. Nenhum foi castigado.

Carta a Ana Olímpia

Paris, Janeiro de 1873

Meu amor,

Enquanto lia a tua carta pensava que a podia ter escrito eu próprio há alguns anos atrás, quando era ainda muito jovem e acreditava conhecer tudo sobre as paixões da alma. Escreves: «O nosso amor nasceu furtivo e até onde eu alcanço teria de continuar assim, criando pouco a pouco sombras e rancor — que é o bolor dos sentimentos —, até por completo apodrecer». Eu acredito, pelo contrário, que certos sentimentos mais facilmente se corrompem quando expostos à luz pública das praças e das ruas.

As relíquias dos santos guardam-se no segredo dos templos para que o mistério as preserve e acrescente. As jóias mais raras estão fechadas em cofres. O conhecimento sagrado é do domínio restrito dos sacerdotes e só por isso permanece sagrado. Divulgar é sempre profanar. Se o nosso amor é sagrado, e é sagrado, deve portanto permanecer secreto.

A tua segunda questão não tem resposta.

Não me lamentes — condenado a viver no Inverno, trago comigo a memória do sol.

Amo-te, hei-de amar-te sempre,

Fradique

Carta a Ana Olímpia

Lisboa, Julho de 1876

Preciosa amiga,

Recebi esta manhã uma carta do velho Arcénio de Carpo expondo a terrível situação em que te encontras. A carta, infelizmente, chegou-me às mãos muito atrasada, pois Smith remeteu-a inicialmente para Coimbra, onde estive alguns dias restaurando afectos e raízes; quando chegou já eu tinha partido, e os correios devolveram-na à procedência. Assim, não sei onde te encontras nem qual o teu estado, mas se estás a ler este bilhete, que enviei ao cuidado do jovem Arcénio, é porque alguma coisa pode ainda ser feita.

Embarco dentro de duas semanas para Luanda, e vou preparado para tudo. Não preciso de te pedir coragem porque sei que a tens de sobra.

Teu,

Fradique

Carta a Madame de Jouarre

Lisboa, Agosto de 1876

Querida madrinha,

Viajo amanhã para Angola, subitamente e em segredo, ou pelo menos tão secretamente quanto é possível a alguém embarcar para África. Vou empurrado por uma infeliz notícia, quase inverosímil na sua insensatez, e que me enche simultaneamente de cólera e de vergonha: Ana Olímpia, querida amiga angolense de quem tanto lhe falei, foi entregue como escrava a um aventureiro recém-chegado do Brasil!...

Como V. sabe, Ana Olímpia, filha de uma escrava, nasceu em casa de um comerciante bahiano, Victorino Vaz de Caminha, com quem se veio a casar; Victorino, certamente porque tal lhe parecia desnecessário, nunca se preocupou em passar-lhe carta de alforria e morreu sem o ter feito. Há cerca de seis meses, desgraçadamente, surgiu em Luanda um irmão do morto, um tal Jesuíno, sujeito ao que me dizem esquivo e violento, e que por longo tempo andou desaparecido procurando ouro e diamantes nos confins de Mato Grosso, da Bolívia e do Paraguai. Victorino nunca se correspondeu com ele durante os cinquenta anos que viveu em Angola, e a mim chegou a dizer que não tinha família. Mais tarde falou-me do irmão, vagamente, friamente, como se me falasse de um estranho. Fiquei com a impressão de que entre os dois ocorreu uma qualquer tragédia irreparável.

Jesuíno desembarcou em Luanda sem aviso, na companhia de cinco escravos negros e de um criado índio, e pouco depois já contraía dívidas em nome da cunhada. Tentou a seguir convencê-la a emprestar-lhe dinheiro para construir na cidade uma fábrica de gelo, e não o conseguindo passou a desmoralizá-la publicamente. Finalmente alguém se lembrou de que Victorino não chegara a alforriar Ana Olímpia, e sendo assim esta era ainda escrava, e logo propriedade dos seus herdeiros mais próximos, como a restante escrava-ria, edifícios, quintas, arrimos e engenhos que o comerciante deixou. Nem um generoso decreto do Marquês de Sá da Bandeira, que há oito anos determinou a abolição da escravatura em todas as colônias e a passagem dos escravos à condição de libertos, serviu de

defesa a Ana Olímpia, considerando o tribunal que exactamente por ser liberta (!) devia ela prestar serviço ao seu senhor por mais seis anos, só então alcançando a condição de mulher livre.

Pouco mais sei a não ser que a minha amiga permanece em Luanda, ou pelo menos ali se encontrava ainda há dois meses atrás, aparentemente encarcerada na sua própria casa. Parto sem um plano definido, movido mais pela revolta do que pela razão, mas de todas as formas com o firme propósito de abater esse canalha a tiro (não é uma figura de estilo).

Envio notícias assim que chegar.

Seu,

Fradique

Carta a Madame de Jouarre

Luanda, Setembro de 1876

Querida madrinha,

Cheguei ontem a Luanda num clipper inglês. O jovem Arcénio esperava-me no porto e logo ali me deu as novidades, uma boa e outra má. A boa: Ana Olímpia continua em Luanda. A má: Jesuíno vendeu-a (ou alugou-a) a Gabriela Santamarinha!

Fomos para o palacete da família, na cidade alta. O velho Arcénio de Carpo recebeu-nos à porta. Abraçou-me comovido e eu tive a impressão de ter entre os braços um ser sem substância, volátil, um trêmulo corpo de pássaro. Levou-me para a biblioteca e reparei que estava a limpar uma carabina. Mostrou-me uma impressionante colecção de armas: «escolha a sua», disse-me, «vamos para a guerra». Sentou-se no sofá com a espingarda entre os joelhos: — Victorino Vaz de Caminha foi meu amigo, um grande amigo, palmilhei Angola com ele, de Quissembo ao Bailundo, você nem imagina como este país é grande. Agora estou quase morto, fiz há pouco oitenta e quatro anos e sinto-me doente, sinto que qualquer dia estaremos de novo juntos. Nessa altura vai-me perguntar pela mulher e pelas terras que deixou aqui. Digo-lhe o quê?

Fez uma pausa: — Digo-lhe o quê? Digo-lhe que apareceu por aqui um bandoleiro, roubou-lhe a fortuna, vendeu-lhe a mulher para servir como escrava a uma louca, e que eu assisti a tudo isso e fiquei quieto?!

Tinha lágrimas nos olhos. Mais tarde contou-me que Jesuíno já vendera o solar de Ana Olímpia a uma empresa alemã, e que andava comprando favores com esse dinheiro, de modo que em pouco tempo alcançara mais influência junto dos poderes públicos do que ele próprio em meio século de vida em Angola.

Tendo sido um dos raros comerciantes portugueses a opor-se às pretensões de Jesuíno, o velho Arcénio é agora a principal vítima da fúria do aventureiro: «Esse animal levantou contra mim uma campanha sórdida — quer ver-me preso. Diz a toda a gente que eu hei-de ir degredado para a ilha de São Tome!». E claro que Arcénio de Carpo já deveria ter sido preso

e degredado há muito tempo. Houve um governador que o tentou fazer, mas o coronel era então o homem mais rico de Luanda, e quem se viu forçado a abandonar o país foi a própria autoridade, escoltada por um batalhão de empacaceiros (corpo de soldados indígenas. Vestem-se com uma pele de corça à cintura, e um turbante de penas de ave e têm por único armamento velhas lazarinhas), e apedrejada até ao cais pelo gentio em fúria. Hoje, o dinheiro de Arcénio apenas lhe permite manter as aparências, e julgo que não seria difícil levá-lo preso.

Ao desembarcar em Luanda descobri que tinha esgotado na viagem todo o meu ódio contra Jesuíno, que aliás não conheço pessoalmente, e já nem paciência me resta para o matar. O que eu quero, simplesmente, é libertar Ana Olímpia, arrancá-la daqui, levá-la para um qualquer lugar onde possa esquecer o horror destes dias.

Arcénio, porém, não pensa assim: «Hei-de matá-lo com as minhas próprias mãos». Passa as tardes a imaginar torturas: «podia assá-lo na grelha», disse-me: «à moda de São Lourenço». Recordei-lhe outras mortes igualmente originais: a do almirante Drake, comido por caranguejos; a de Diómedes, um dos heróis de Homero, devorado pelos seus cavalos; ou a de Esquilo, que faleceu ao ser atingido na calva por uma tartaruga. Ele reflectiu um momento: «essa dos caranguejos não é má. Mas seria mais fácil lançá-lo aos hipopótamos ou aos jacarés». Arquitectou então um plano criminoso (e covarde): «Sábado», disse-me, «o governador promove uma caçada ao jacaré no rio Bengo. Vai muita gente, vai também o animal, e é claro vamos nós. Numa caçada dessas, que se pode prolongar por quatro ou cinco dias, acontece muita coisa, há caçadores que morrem por causa de uma bala perdida. Pode ser que tenhamos sorte».

Respondi-lhe, irritado, que a ideia me parecia estúpida, tão ingênua e tão estúpida que era até capaz de resultar, mas que não contasse comigo. O coronel foi irredutível: «Hei-de matá-lo e tem de ser antes que eu próprio morra porque a seguir talvez seja mais difícil». Finalmente concordei em acompanhá-lo — estando junto dele posso ao menos evitar que cometa algum disparate.

Quanto a Ana Olímpia, disse-me o jovem Arcénio, ninguém sabe dela há várias semanas. Gabriela Santamarinha mantém-na fechada em casa, o que me preocupa, pois a excêntrica senhora vem manifestando nos últimos tempos uma imaginação violenta, sendo voz corrente que enlouqueceu. O ano passado regressou de uma demorada viagem ao Brasil

com uma corte de mucamas brancas, e pouco depois preparou um grande baile em sua casa, recebendo os convidados sentada, segundo o exemplo da famosa Rainha Ginga, ou Nzinga Mbandi, nas costas de uma destas escravas. No Brasil ter-se-iam rido dela, mas em Luanda, onde os europeus vivem no constante terror de que os negros se revoltem, o atrevimento foi visto como um mau presságio.

Já pensei em visitá-la, e perguntar-lhe directamente por Ana Olímpia. Ocorreu-me mesmo — veja ao que cheguei! — propor--lhe um preço pela liberdade da minha amiga. Enfim, tenho conseguido, graças a Deus, manter a prudência e a discrição, e embora esteja a ferver em fogo lento creio que continuo exteriormente o mesmo cavalheiro sério, distante, que por aqui se passeou em anos anteriores — um touriste de fato de linho branco em busca de exotismo e emoções fortes.

Mil saudades deste seu afilhado,

Fradique

Carta a Madame de Jouarre

Novo Redondo, Outubro de 1876

Querida madrinha,

Ainda não se passaram quarenta dias desde a última vez que lhe escrevi. Na minha vida, porém, aconteceram meses. Tudo começou com a famosa caçada aos jacarés. Partimos numa madrugada escura, de chuva branda, uns cento e cinquenta homens, entre caçadores, escravaria e criadagem, toda esta gente repartida por dois palhabotes. Chegados à foz do Bengo largamos para terra em pequenos escaleres, e subimos perigosamente o rio, cuja forte corrente arrasta troncos submersos e forma ondas e redemoinhos que só marinheiros muito experientes conseguem evitar.

«Abuabuabu», cantavam os remadores, todos eles naturais de Cabinda, enquanto remavam. «Quem virou o mundo?», perguntava um deles em sonora voz de baixo. «Maria Segunda», respondiam os outros, repetindo depois o coro: «abuabuabu-aiué-mamauê». Esta canção, sucedendo-se interminavelmente, hipnoticamente, até alcançarmos terra, de tal forma me sugestionou que agora eu próprio, de cada vez que me acho na necessidade de executar qualquer esforço, dou comigo a cantarolar: «abuabuabu / quem virou o mundo? / Maria Segunda / abuabuabu-aiué-mamauê».

Alcançada a margem esquerda, menos pantanosa, vencemos o resto do percurso a pé e de machila até encontrarmos uma grande cubata que serve habitualmente de quartel-general em excursões deste tipo. Arcénio de Carpo não quis estender-se numa das machilas e insistiu em acompanhar-me a pé, carregando ele próprio a sua arma, como se tivesse vinte e poucos anos e não os oitenta, bem vividos, que carrega às costas. Um dos caçadores perguntou-lhe, brincando, o que é que ele comia para se manter tão rijo. Arcénio respondeu-lhe com um grito: — Ódio!

O causador desse ódio esperava por nós, sentado à sombra, um charuto preso entre os dentes. Reconheci-o imediatamente porque tinha o mesmo olhar incendiado, o carão comprido, a barba selvagem de Victorino Vaz de Caminha. Em pé, à sua direita, indiferente à curiosidade dos negros

e à troça dos brancos, estava um homem baixo, muito moreno, de rosto agudo, cabelo liso apanhado numa trança, o corpo coberto por um poncho de lã. A nossa aproximação Jesuíno levantou-se, olhou o coronel nos olhos, cuspiu para o lado e virando costas entrou na cubata. Agarrei Arcénio pelo braço, a tempo de evitar que levantasse a arma, mas não antes que o índio percebesse a intenção do velho (este pormenor é importante).

Comemos ali. Passava da uma da tarde e o sol brilhava agora em todo o seu esplendor. Atordoado pelo excesso de luz e o langor da tarde — a esta hora parece que a vida quase se suspende debaixo dos céus de África —, estendi-me numa rede e adormeci. Arcénio acordou-me pouco depois. Tinha bebido várias taças de quimbombo, espécie de cerveja indígena, e as mãos tremiam-lhe: «Vamos!», disse-me, «o animal espera por nós na armadilha». A maior parte dos nossos companheiros já tinha descido em direcção ao rio, tomando lugar em leves canoas de bimba, que apesar do seu aspecto frágil são muito seguras. Acomodei-me numa delas, na companhia de Arcénio, dois criados, e quatro remadores.

O rio corre neste trecho entre floresta densa. As suas águas, travadas pela confusa vegetação das margens e aquilo que eu imagino ser um sombrio bosque submerso, estão cheias de vida. Apesar da corrente ser fraca a nossa canoa avançava lentamente, pois a todo o instante os remos se prendiam à vegetação, e era preciso estar atento ao movimento das águas. Por vezes, numa curva do rio, avistávamos uma ou outra embarcação, que logo se perdia na próxima curva, ou atrás de alguma ínsua inteiramente coberta pelo capim alto. Em nenhuma delas vimos Jesuíno.

Também não vimos jacarés. «Você sabe qual é a diferença entre Jesuíno e um jacaré?», perguntou-me o coronel. Disse-lhe que não. «Pouca sorte a do bahiano», respondeu ele rindo: «Eu também não sei». Até cair o crepúsculo, porém, continuámos sem ver Jesuíno e quanto a jacarés o único que avistámos estava crucificado num pau, à maneira de um cristo barroco, diante de uma curiosa cubata construída de juncos entrançados e erguida sobre estacas.

Regressámos era já noite fechada, exaustos, com quantos cartuchos tínhamos partido. Negros e brancos dançavam em redor de uma fogueira, junto à qual haviam amontoado os animais mortos, apenas doze, número insignificante sabendo-se que no ano anterior um grupo idêntico abateu cinquenta e quatro exemplares numa única tarde.

À ceia assaram-se cacussos, gênero de peixe de água doce, muito saboroso, que abunda em toda esta parte de África, e bebeu--se vinho português, quissangua e quimbombo, com os caçadores reunidos em grupos à volta das fogueiras. Fiquei um pouco à conversa, divertindo-me a ouvir a história de um dos guias — que jurava ter vivido como escravo nas Guianas, durante cinco anos, e regressado clandestinamente a bordo de um vapor —, até que o ar se encheu de ferozes nuvens de mosquitos. Normalmente o fumo dos cigarros e o lume das fogueiras mantêm estes terríveis insectos à distância; mas não ali, onde os mosquitos são insaciáveis e, julgo eu, bem mais perigosos que os jacarés. Receoso que me devorassem vivo (pouco faltou) fui para dentro e montei a minha rede, equipada com mosquiteiro, junto a uma das janelas, onde podia ao menos beneficiar da fresca brisa nocturna. Lembrei-me de um amigo alemão, grande viajante, que há alguns anos atrás visitou o Alto Xingu, na Amazônia brasileira:

«Ao despertar», contava ele, «estava tão picado pelos mosquitos e a comichão atormentava-me a tal ponto que o meu único desejo era ser peixe para que alguma cozinheira me pudesse escamar».

Arcénio de Carpo entrou pouco depois, tropeçando nos próprios pés e clamando contra Deus em quimbundu e português, mas quando me levantei para o ajudar afastou-me rudemente: «Saiba vossa excelência que estou bêbado, mas ainda não morri. E enquanto eu for vivo nenhum homem me estende na cama».

Acordei deviam ser umas cinco horas da manhã, com um pombo verde pousado no mosquiteiro, sobre a minha cabeça, e um raio de sol a dançar-me no rosto. Girei os olhos pelo interior da cubata e vi que estava cheia de gente estendida em redes e esteiras, tudo na maior desordem, como se tivesse acontecido ali uma batalha ou uma bacanal. Só depois reparei em Arcénio de Carpo, deitado de costas a dois metros de mim, muito pálido, muito rijo, e sem saber porquê veio-me à memória a imagem do jacaré crucificado. Levantei-me num princípio de susto, sacudi-o, mas ele não se moveu, direito e solene, como se o tivessem pregado ao chão.

Tinham mesmo.

Tinham-lhe cravado um longo e fino punhal no meio do peito, com tal violência que a lâmina atravessara o corpo e a esteira, e enterrara-se solidamente na terra dura.

A viagem de regresso foi confusa e turbulenta. Os dias que se seguiram ainda piores. O jovem Arcénio, que ficara em Luanda a tratar de

negócios, soube da morte do pai muito antes da nossa chegada. Vi-o na praia, ainda o palhabote não lançara ancora, à frente de um cortejo de escravos, pistola à cintura, largo chapéu tombado sobre o rosto. Enquanto as mulheres se lamentavam, chorando, gritando, agitando o corpo em convulsões, o jovem abraçou-se em silêncio ao corpo do pai.

Só abriu a boca na manhã seguinte, depois do funeral, para me dizer em voz sombria que preparasse a bagagem, pois poderíamos ter de abandonar Luanda a qualquer momento. Naquela noite, à ceia, acrescentou que tinha conseguido falar com Ana Olímpia, que ela estava bem e me mandava cumprimentos. Disse-lhe que eu próprio gostaria de a ver. Arcénio voltou-se para mim, e eu achei-o de repente velho e fático, mas ao mesmo tempo decidido, seguro de si, com a mesma firme insolência com que o pai atravessara a vida: «Vai vê-la», disse-me, «vamos tirá-la daqui».

Isto foi num sábado. Segunda-feira um rapazinho acordou-me a meio da noite, com uma vela na mão, para me dizer que Arcénio estava à minha espera na biblioteca. Encontrei-o, vestido com o uniforme de coronel que fora do pai, e rodeado pelos seus homens de confiança e alguns amigos. Nesse momento uma figura feminina surgiu da sombra e abraçou-se a mim: era Ana Olímpia.

Não tive tempo para lhe fazer perguntas. «Vamos embora!», gritou Arcénio, «tenho cavalos à espera e um navio ao largo de Novo Redondo». Reparando no meu espanto, encolheu os ombros: «não lhe disse nada porque vossa excelência ter-me-ia impedido de fazer aquilo que tinha de ser feito — matei o animal!».

Deixamos Luanda debaixo de um luar magnífico, atravessámos a galope o bairro indígena da Ingombota, levantando em sobressalto os cães, atropelando cabras, porcos e galinhas, pisando com fragor a cinza morna das fogueiras, e só quando já estávamos em pleno sertão é que diminuámos a marcha e Arcénio de Carpo acedeu enfim a revelar o que se tinha passado. «Bati à porta do animal, às duas da manhã, e enquanto cinco dos meus homens dominavam os criados, sem grande dificuldade porque na sua maior parte estavam adormecidos, eu arranquei-o da cama e desafiei-o para um duelo à pistola».

Jesuíno não teve escolha. Foram para o pátio e no caminho confessou que tinha sido ele quem realmente dera a ordem a um dos seus criados, o paraguaio, para matar o coronel. Disse que estava contente por o ter feito; disse que tinha morto o pai e ia matar o filho. Postaram-se os dois dorso

contra dorso, contaram dez passos, voltaram-se e Arcénio disparou primeiro mas falhou. Apoiou o antebraço na mão esquerda e fez pontaria tentando pensar apenas no pai e no ódio que este lhe deixara como herança. Ouviu uma gargalhada ácida, o zumbir da bala, ouviu o outro amaldiçoá-lo em espanhol. Então disparou de novo e Jesuíno caiu agarrado ao peito.

Eu quis saber o que acontecera ao índio. O jovem encarou-me por cima do ombro, os redondos olhos de pássaro brilhando mais do que nunca: «Fugiu! Mas pode vossa excelência estar descansado que eu hei-de encontrá-lo, ainda que para isso tenha como Dante de descer aos infernos com uma lâmpada na mão!» (ele nunca leu os clássicos).

Libertar Ana Olímpia, explicou-me depois, fora tarefa fácil: «Mande outros cinco homens a casa de Gabriela Santamarinha. Arrombaram a porta, amarraram a pobre senhora à cama, amarraram a restante escravaria e vieram-se embora. Pode demorar dois ou três dias até que alguém as encontre».

Só consegui conversar com Ana Olímpia já a manhã ia alta, e os cavalos começavam a fraquejar atormentados pelo calor e exaustos da longa caminhada. A nossa frente estendia-se um vasto mar de capim seco, iluminado a oriente por uma luz de cobre, e quebrado aqui e ali pela silhueta de bailarina de uma acácia. Paramos junto a uma cacimba e demos de beber aos animais. Um gigantesco imbondeiro erguia-se em meio à água escura, enorme e melancólico como um navio encalhado. Ana Olímpia recusou-se a falar do que lhe aconteceu nos últimos meses: «não posso falar do que ainda não compreendo». Assustou-me o seu silêncio remoto, o seu ar de assombro.

Almoçámos ali mesmo, cinco latas de sardinhas de Nantes, um pouco de peixe seco, assado na brasa, funge de farinha de bombo, pão e aguardente. Enquanto comíamos Arcénio explicou-me o plano de fuga: «um dos meus navios largou esta noite com destino a Cabinda, levando a bordo apenas a tripulação, mas eu fiz constar que todos nós embarcámos nele. Ninguém sabe portanto que vamos por terra e ainda que o soubessem nada poderiam fazer. Além disso pensam que seguimos para Norte e nós vamos para Sul. Em Novo Redondo espera-nos um brigue com um carregamento de escravos para Pernambuco».

Olhei-o perplexo. Um navio negreiro?! Disse-lhe que não contasse comigo. Arcénio encolheu os ombros: «vossa excelência já não tem escolha. Eu próprio não tive escolha. Neste negócio, aliás, ninguém tem

escolha». Estávamos nesta discussão (Ana Olímpia distante e muda) quando vimos aproximar-se um grupo de quissamas, homens e mulheres, todos igualmente enrolados em panos de algodão, cabelo laboriosamente apartado em pequenas tranças, com missangas vermelhas nas pontas, corpo untado de óleo de palma. Arrastavam preso a uma corda um rapazinho magro, coberto de feridas, o olhar espantado das gazelas.

Um dos homens, com a cabeleira coberta por um magnífico chapéu de coco, chegou-se a nós e apontando o garoto gritou qualquer coisa que eu não compreendi. Arcénio riu-se: «pergunta se queremos comprar um escravo». Recusei indignado e o garoto lançou-se aos meus pés chorando e lamentando-se. «Se não o compramos, eles matam-no», explicou Arcénio: «era exactamente isto que eu lhe queria dizer. Ao comprar um escravo estou a salvar-lhe a vida». Em sua opinião o tráfico negreiro é uma forma de filantropia. Ele, como o pai, ama os negros e só por isso os vende para o Brasil. Acredita que a escravatura tem os dias contados na grande pátria de D. Pedro II e que os desgraçados, uma vez libertos, estarão melhor lá do que estão agora aqui.

Prosseguimos viagem às quatro horas da tarde, levando o rapazinho, e ao anoitecer alcançámos Calumbo, na margem direita do Quanza, onde fomos recebidos por um branco, amigo de Arcénio, que nesta localidade mantém uma próspera loja de secos e molhados. Justino, ou Kituto, como lhe chamam os naturais da terra, um velho militar reformado, escutou as razões da nossa presença sem pronunciar palavra e quando Arcénio terminou de falar continuou em silêncio. Finalmente levantou-se e tomou- o nos braços.

Nessa noite pude dormir com algum conforto, estendido numa cama improvisada entre sacos de feijão cabulo, pipas de vinho português e diversos lotes de finíssimos chapéus de coco. Kituto cedeu o seu quarto a Ana Olímpia, mas ao vê-la, na manhã seguinte, percebi que ela tinha passado a noite em claro. «Não consigo dormir», disse-me. «Assim que fecho os olhos vejo tudo o que não quero ver».

Atravessámos o rio numa balsa do comerciante e na tarde do dia seguinte, depois de outra noite ao relento, entrámos na pequena vila de Novo Redondo, ou Quisala, que é como lhe chamam os naturais da região. O povo juntou-se nas ruas, alarmado com o nosso aspecto de salteadores, e Arcénio teve de abrir caminho à chicotada para tentar alcançar a residência de um tio seu, irmão da mãe, Horácio Benvindo, um homem muito alto,

muito digno, muito negro, que veio ao nosso encontro montado num camelo. A companheira de Horácio, Lívia, uma esplêndida mulher de macia cabeleira dourada, é neta de um comerciante napolitano, Nicolau Tabana, que aqui fez fortuna e filhos. Tabana chegou a Novo Redondo em 1818, com mais 24

Italianos, todos degredados (não consegui saber se por crime político ou comum), e isso explica o grande número de mulatos e cabritos, nome que aqui se dá aos filhos de um branco com uma mestiça, que hoje habitam na região. A casa de Horácio Benvindo, uma das poucas em estilo europeu erguidas na vila, estava toda engalanada para nos receber. A loura Lívia, sorrindo em frente ao portal, pareceu-me um anjo às portas do céu.

Ana Olímpia, que não dormia há três noites, apeou-se trêmula e vacilante, deu cinco passos numa espécie de bailado lento e caiu sem sentidos nos meus braços. Levei-a para dentro, para um pequeno quarto que Lívia me indicou, e estendi-a na cama, onde ainda permanece (passaram-se dois dias), febril e delirando. Lívia, que herdou do pai um misterioso talento de herbanária, tem-na tratado com desvelo, mas aparentemente nenhuma das suas infusões, incensos e pomadas, operou ainda qualquer resultado. Pensei em chamar Luís Gonzaga, em Benguela, o único médico muitas milhas em redor. Arcénio desenganou-me: até ele chegar podem passar-se cinco dias, mesmo uma semana, e antes disso temos nós de partir.

Esta carta segue amanhã para Luanda por intermédio de um pombeiro ao serviço de Horácio Benvindo. Quando a receber é provável que eu já esteja no Brasil. Tenho amigos em Pernambuco e em São Salvador da Bahia que embora não estando à minha espera certamente me hão-de receber de braços abertos. Entretanto agradecia-lhe que rogasse ao inestimável Smith o favor de transferir vinte mil francos em meu nome para o Banco do Brasil.

Chama-se *Nação Crioula* o brigue de Arcénio de Carpo. Diz ele, para me consolar, que o *Nação Crioula* é muito possivelmente o último navio negreiro da História. Parece-me um duvidoso privilégio este de viajar no último navio negreiro, mas enfim, é realmente verdade que não temos escolha.

Seu afilhado do coração,

Fradique

Carta a Madame de Jouarre

Olinda, Dezembro de 1876

Querida madrinha,

O crepúsculo surpreendeu-me enquanto preparava esta carta, sentado a uma mesa de pedra, nos jardins de um bellissimo palacete colonial (propriedade de Arcénio de Carpo) onde nos encontramos instalados. As tardes aqui morrem bruscamente, violentamente, num largo incêndio que depressa se desfaz em cinza e em melancolia. Mas, ao contrário do que acontece na África Ocidental, ao contrário daquilo que eu sempre espero que aconteça, o sol não mergulha no mar — a água escurece, torna-se quase negra, a noite parece emergir do chão.

Presumo que tenha recebido a carta que lhe enviei de Novo Redondo, e assim já sabe porque me encontro aqui. Sentado nesta mesa vejo a cidade, as casas pintadas de cores loucas, os palacetes coloniais, as igrejas barrocas e as palmeiras altas, ondular pelos morros em direcção ao abismo. Novo Redondo fica do outro lado dessa vasta escuridão, a vinte e cinco dias de barco, três mil e quinhentas milhas, quase no mesmo paralelo em que o fidalgo português Duarte Coelho Pereira mandou erguer Olinda há três séculos atrás.

A última noite em Novo Redondo foi de festa, um espectáculo bizarro, promovido por Horácio Benvindo em nossa homenagem, e que se prolongou até ao entardecer do dia seguinte, quando a coberto da escuridão o Nação Crioula levantou âncora e se fez ao largo. Eu já tinha decidido partir levando Ana Olímpia, mesmo no estado incerto em que ela se encontrava, porque me parecia preferível arriscar a travessia, sabendo que em Pernambuco poderia fazê-la tratar pelos melhores clínicos, do que deixá-la naquele fim--de-mundo entregue à inspiração duvidosa de uma feiticeira loira. Porém, assim que se ouviu o estrondo dos primeiros foguetes, a minha amiga despertou surpresa, como se estivesse regressando de uma outra vida, e pouco depois erguia-se da cama para espreitar lá fora a euforia do povo.

Horácio Benvindo mandara colocar uma grande mesa no largo da Igreja, com travessas de carne assada (pacassa, porco do mato e aves diversas), três barris de bom vinho da Madeira e outros tantos de aguardente de cana, e depois de um longo discurso, durante o qual declamou um soneto composto por ele próprio em memória do velho Arcénio de Carpo, convidou a vila inteira a beber connosco. Logo a seguir entrou em cena uma banda formada por oito músicos, cinco dos quais soprando espantosas cometas de marfim e os outros três percutindo batusques de diferentes tipos. As corne-tas, construídas a partir de dentes de elefante, e decoradas com desenhos geométricos a tinta preta, vermelha e amarela, tinham todas mais de um metro de comprimento, produzindo um som rouco, muito forte, como o bramido de um animal pré-histórico.

A orquestra rapidamente arrebatou o gentio com o seu ritmo turbulento. Horácio e Lívia entraram na dança, e por fim até eu entrei, para escândalo de Arcénio de Carpo, que um pouco afastado olhava tudo aquilo com indisfarçado desdém. Neste gênero de batuque os dançarinos formam usualmente uma roda, no centro da qual um deles evolui executando passos que os restantes aplaudem; ao fim de algum tempo o dançarino, ou dançarina, escolhe um outro e aproximando-se dele dá-lhe uma umbigada, o semba, passando o escolhido para o meio do círculo. Também eu tive de dançar no centro da roda, tendo a minha natural incompetência divertido toda a gente, em particular Ana Olímpia, que não podendo juntar-se a nós acompanhava a festa sentada numa cadeira de rede.

A meio da noite vi chegar um pequeno grupo de homens com as mãos amarradas atrás das costas. Horácio deu ordens para que os soltassem e eles misturaram-se com o resto do povo, cantando e bailando, bebendo e comendo, como se ignorassem o seu destino, ou talvez como se assim pudessem esquecer-se dele. Era madrugada quando voltaram a reuni-los e depois os embarcaram. O comandante do Nação Crioula, um homem sombrio, de olhos muito azuis e grossa barba ruiva, que eu soube depois ser natural de ílhavo, disse-me apontando o grupo: «cada um deles é um hectare de boa terra que eu vou comprar no Sul do Brasil. Com o fim do tráfico trinta cabeças valem hoje tanto quanto trezentas há vinte anos atrás».

Horácio Benvindo olhou-o com ódio: — Talvez o enforcem antes disso — murmurou. — Talvez os Ingleses o apanhem e o enforcem.

O comandante devolveu-lhe o olhar: — Seria justo, há vinte anos que espero esse dia.

Lívia apareceu de repente com uma travessa cheia de gafanhotos assados. «Provem», disse virando-se para mim e para o comandante: «são ótimos». Eram realmente muito bons, com um ligeiro travo a avelã, a consistência de pequenos camarões. O comandante contou que em certa ocasião, após uma grande tempestade, ficou uma semana à deriva em pleno equador, naquela região desolada e quente a que os marinheiros chamam esparrela, como um mar de azeite, completamente morto, e sem uma brisa que enfunasse as velas. Tinham perdido todas as provisões e já os marinheiros falavam em matar alguns escravos para os comer, quando viram de repente o céu tornar-se escuro e uma imensa nuvem de gafanhotos caiu sobre as águas. «Nas três semanas que se seguiram comemos apenas gafanhotos, assados, cozidos, fritos e salteados, e não só não perdemos um único escravo como eles chegaram gordos e luzidios e foram todos vendidos por bom preço.»

Repugna-lhe a culinária angolana? Pois lembre-se que entre a aristocracia romana os gafanhotos, preciosamente assados em mel, eram muitíssimo apreciados. Os Romanos, de resto, praticavam a entomofagia com particular entusiasmo. Nas mesas dos ricos não faltavam, por exemplo, as larvas de escaravelho temperadas em vinho e depois grelhadas. Já na Grécia antiga as infusões de percevejos eram utilizadas para combater as febres mais resistentes, e ainda hoje, em alguns países da Europa Central, se recorre com idêntico propósito a um chá confeccionado a partir da vulgar barata doméstica. No meu país, na minha Lisboa, comem-se pelas tascas pequenos caracóis, cozidos em água, sal e óregãos, sendo este petisco muito apreciado pelas classes populares.

A última imagem que guardo de Angola, e que agora nitidamente revejo, é a de Horácio Benvindo, montado no seu camelo e seguido por uma multidão ruidosa, toda esta gente iluminada pela luz fantástica das muitas fogueiras acesas na praia. Em pé, no tombadilho, vimos as fogueiras confundirem-se com as estrelas. «Quando era criança assisti várias vezes ao embarque de escravos e sempre me perguntei o que sentiriam eles», disse Ana Olímpia. «Agora sei.»

Os escravos cantavam nos porões. No tombadilho o comandante tinha mandado colocar uma grande gaiola cheia de galinhas, faisões, pequenas aves canoras, e um rumor de floresta juntava-se assim ao queixume triste dos negros, causando em meu espírito uma estranha impressão. O navio abria as águas deixando atrás um fio de lume, a

chamada ardenthya marítima, que os marinheiros acreditam serem as almas dos afogados tentando encontrar o caminho do céu.

Fiquei instalado num minúsculo camarote, juntamente com Arcénio de Carpo e o comandante, o qual cedeu aquele que habitualmente lhe é destinado, muito maior e mais cômodo, a Ana Olímpia. Logo na primeira noite descobri que era impossível adormecer ali, porque mesmo deixando aberta a pequena escotilha o calor era tanto que eu mal conseguia respirar. Segui então o exemplo dos marinheiros, todos brasileiros, todos negros e mestiços, e estendi a minha rede no tombadilho passando a dormir sob as estrelas.

Ao fim do segundo dia pedi ao comandante que deixasse os escravos subir ao tombadilho, em grupos de cinco, para que tomassem sol e se exercitassem, o que ele autorizou. Ana Olímpia conseguia entender alguma coisa da língua deles, aparentada ao belo e sonoro idioma dos congos (cujas palavras parecem ser compostas inteiramente de vogais), sendo que muitos já falavam um português rudimentar. Eram trinta: a maior parte havia perdido a liberdade na sequência de pequenos delitos, como roubo e adultério, e outros em razão de cabalas misteriosas, prática de feitiçaria ou acusações ainda mais absurdas.

Um deles, a quem chamávamos Conde de Cagliostro, ou simplesmente Conde, um homem alto, forte, rosto severo, tinha conseguido trazer consigo um manipanso, um boneco esculpido em madeira vermelha, e servia-se dele sempre que pretendia tomar qualquer decisão ou saber notícias dos seus. Começava por reverenciar o pequeno ídolo, elogiando-lhe a beleza e os dotes, enumerando um por um todos os prodígios de que este era capaz, e por fim interrogava-o. Após cada questão levava o manipanso ao ouvido e ficava em silêncio, enquanto o boneco lhe dava clara resposta às suas inquietações mais íntimas, ou lhe relatava, palavra por palavra, a última maka (contenda) entre os velhos da aldeia. Um outro escravo queria saber notícias da mãe, que deixara doente, ou da mulher, de cuja fidelidade duvidava, e a todas estas interrogações respondia prestimoso o manipanso, sempre por intermédio do Conde.

Uma tarde, pretendendo troçar do homem, Arcénio de Carpo quis saber como se encontrava a senhora sua mãe, Joana Benvindo, que ele tinha deixado na capital em grande aflição. O Conde não se atrapalhou. Colocou a questão ao manipanso, repetindo o complicado cerimonial de sempre, e ficou depois um momento à escuta. «A velha está a beber a tua morte»,

disse. «Está a comer a tua morte.» Queria dizer com estas palavras que Joana Benvindo, julgando o filho morto, estava a celebrar o seu combaritoquê, cerimonia durante a qual os vivos festejam o defunto, bebendo e comendo em sua honra. Arcénio de Carpo não gostou da revelação: «Tretas!», rosnou, «o verdadeiro Conde de Cagliostro faria melhor».

Quando querem fazer um pedido qualquer ao seu manipanso os negros pegam num martelo e espetam-lhe um prego. Se o pedido for atendido o prego é retirado, e a estatueta recebe festas e aguardente. Caso não, o prego permanece, roído pela ferrugem, para lembrar e castigar a incompetência do pequeno ídolo. O comandante recordou, a propósito, que no Brasil as imagens dos nossos inumeráveis santinhos católicos são também muitas vezes humanizadas — e portanto tratadas como tal. Conta ele que certa tarde, estando de visita a um importante senhor de engenho, viu este chicotear violentamente a estatueta em tamanho natural de um Santo Antônio, a quem responsabilizava pela fuga do seu melhor escravo: «É assim que tomas conta da minha escravaria?! Eu te ensino, vadio, malandro, amigo dos negros!». Assegura o comandante que existem mesmo chicotes especiais, em diferentes tamanhos, destinados a castigar os santinhos mais indolentes.

Quanto a mim fiquei muito impressionado com o Conde e o seu extraordinário manipanso. Se é possível, como me dizem que é, transmitir a voz humana a grande distância através de simples fios de cobre, então porque não há-de ser possível a um boneco de pau ter visões e falar?! Imagine, querida madrinha, que se vulgarizava entre nós a utilização de ídolos falantes. Já a vejo no seu jardim de Inverno, entre a fresca penumbra das roseiras, puxar de um grosso manipanso e pedir-lhe alegremente notícias do nosso bom Bertrand (por onde andaré Bertrand?), um vaticínio para as corridas, ou simplesmente a exacta previsão do tempo.

Impressionou-me também nesta estranha viagem um episódio que não resisto a contar-lhe: uma noite um dos marinheiros, moço de voz quente, começou a cantar, acompanhado à viola, uma moda triste, na qual julguei reconhecer, espantado, alguns versos de Castro Alves: «Senhor Deus dos desgraçados! / Dizei-me vós, Senhor Deus / Se eu deliro... ou se é verdade / Tanto horror perante os céus?!... / Oh mar, por que não apagas / Com a esponja de tuas vagas / Do teu manto este borrão? / Astros! noites! tempestades! / rolai das imensidades! / varrei os mares, tufão!». Era de

facto o «Navio Negreiro», do grande poeta bahiano. «Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta / Que impudente na gávea tripudia?», perguntava cantando o jovem marinheiro, o rosto moreno iluminado pela luz mansa da lua. «Musa... chora, e chora tanto // Que o pavilhão se lave no teu pranto! ... / Auriverde pendão de minha terra / Que a brisa do Brasil beija e balança / Estandarte que a luz do sol encerra / Tu que, da liberdade após a guerra / Foste hasteado dos heróis na lança / Antes te houvessem roto na batalha / Que servires a um povo de mortalha!». Aproximei-me, confuso e comovido, e quis saber onde tinha ele aprendido aqueles versos.

«É só uma canção, meu senhor», respondeu-me o moço. Argumentei que não era uma canção qualquer, pois os versos haviam sido escritos por um dos maiores poetas do Brasil em protesto contra o tráfico negreiro. O marinheiro olhou para mim desconfiado: «É só uma canção», insistiu. «Eu de política não entendo nada.»

Entrámos em águas brasileiras do mesmo modo que, vinte e quatro dias antes, tínhamos deixado a costa africana: silenciosamente, invisivelmente, a coberto da escuridão de uma noite sem lua. Os escravos que nestes últimos anos cruzaram o Atlântico, aos milhares, fechados durante vinte ou trinta dias em sórdidos porões, hão-de ter pisado a mesma praia que eu, cegos, confusos, crentes certamente de que viveram uma única e inesgotável noite sobre o mar.

Uma frágil falua, espécie de barça com uma vela latina muito alta, conduziu-nos à praia flutuando sobre a água tépida tão leve e tranquilamente como se levitasse. Quis saber o nome daquela região: «Porto das Galinhas», esclareceu o comandante. «É o paraíso.» Tinha aquele nome porque de todas as vezes que um navio ali descarregava escravos, corria pelos sertões, entre os fazendeiros, a senha secreta: «há galinhas no porto». Os trinta homens que o Nação Crioula trouxe foram levados para uma casa próxima, quase oculta entre palmeiras altas, onde os lavaram e vestiram. Vendidos nessa mesma madrugada, por um bom preço, segundo soube depois, seguiram imediatamente, a pé, para várias fazendas no Sul do país. Arcénio não permitiu que eu assistisse ao negócio: «Quanto menos Vossa Excelência souber menos se inquieta a sua boa consciência».

Seguimos viagem a cavalo, para a cidade de Pernambuco, uns cem quilômetros em direcção ao norte. Ana Olímpia, outra vez distante, silenciosa, quase sonâmbula, não abriu a boca durante todo o percurso. Mas quando ao entardecer surgiram remotas as primeiras luzes da cidade voltou-

se para mim com os grandes olhos rasos de lágrimas: «Porque vieste comigo?». O que podia eu responder-lhe?! Não respondi (se um dia alguém quiser escrever a minha biografia só encontrará silêncios).

Arcénio de Carpo possui um palacete colonial na cidade de Olinda, comprado pelo pai há uns anos atrás, quando pela primeira vez pensou em abandonar Angola. É aqui que estamos alojados, recuperando das emoções e trabalhos dos últimos meses e tentando reatar o fio das nossas vidas. Enquanto escrevo já a noite caiu. Ouço Ana Olímpia, passeando pelo jardim, a cantar uma modinha ingênua que escutei muitas vezes em Luanda aos tocadores de quissange e às velhas quitandeiras. Tem uma voz espanosa, carregada de sombras e ao mesmo tempo clara e quente como se fosse feita de lume líquido. Desde que chegámos é a primeira vez que a ouço cantar.

O que faço eu aqui?

Mil saudades deste seu afilhado,

Fradique

Carta a Madame de Jouarre

Olinda, Fevereiro de 1877

Querida madrinha,

Trago-lhe uma funesta notícia: morri! A acreditar numa carta de Joana Benvindo que ontem chegou de Luanda morremos todos — eu, Ana Olímpia, Arcénio de Carpo —, no naufrágio de um palhabote, algures entre o Ambriz e o Quissembo. Contei-lhe que Arcénio mandou um dos seus navios largar rumo a Cabinda, na noite da nossa fuga, com a intenção de confundir eventuais perseguidores? Acossado por uma corveta portuguesa o palhabote de Arcénio aproximou-se em excesso da costa, tentando desembarcar a tripulação, e acabou por ser lançado pelas ondas contra um baixio rochoso. Joana Benvindo decidiu então chorar a morte do filho, mesmo se o sabia vivo, e tão rica e autenticamente o chorou, com banquetes e batuques, que finalmente até o seu corpo apareceu, meio devorado pelos peixes, e foi a enterrar no cemitério do Alto das Cruzes.

O Comércio de Angola, propriedade de um velho companheiro do coronel, publicou a notícia da tragédia, lamentando a morte de um dos mais honrados filhos do país, «vítima, como o pai, de um bandido sem pátria, sem honra e sem pudor, que parece ter desembarcado em Angola a mando de Satanás, com o único objectivo de semear a intriga e a discórdia, o luto e o terror». O artigo concede--me duas linhas de adjectivos que devem ser entendidos como generosos, embora na boca do padre Nicolau dos Anjos, por exemplo, fossem certamente graves insultos: «vate da modernidade», «profeta do naturalismo», «poeta satanista», «inquieto aventureiro», etc.

Outra má notícia: Jesuíno está vivo! O Comércio de Angola explica que o bandido foi descoberto por dois polícias alta madrugada, inconsciente, sangrando muito, mas que observado por um médico verificou-se não ter a bala atingido nenhum órgão vital, e após duas semanas já ele se exhibia pela cidade, vangloriando-se da sua sorte e troçando da nossa. Este milagre, ao contrário do que eu esperava, não desagradou a Arcénio: «tanto melhor», comentou, «é da maneira que o mato outra vez». O ideal para ele seria poder mil vezes matar Jesuíno e de todas

elas resuscitá-lo para o voltar a matar: a tiro, à facada, a murro, à paulada, por empalamento, envenenando-o com curare, estrangulando-o, enforcando-o, queimando-o preso a um poste, crucificando-o num imbondeiro sob o sol, atirando-o de um penedo, afogando-o, sangrando-o, esmagando-o num banho de gesso, guilhotinando-o, enfim, matando-o das muitas, imaginosas e cruéis maneiras pelas quais os homens se têm vindo a matar desde que existe no mundo humanidade.

A boa notícia é que além da sua carta recebi também os vinte mil francos (com as recriminações do fiel Smith), e posso agora mais tranquilamente fazer planos para os próximos tempos. Entretanto limito-me a passear por Olinda e Pernambuco, cidades tão próximas que a primeira constitui praticamente um bairro da segunda. Pernambuco distribui-se por duas ilhas, que os rios Capibaribe, Beberibe e Pina separam do continente. Nas ruas respira--se o mesmo odor melancólico que me surpreendeu em Luanda, um entorpecimento que se transmite das pessoas para as casas, como se toda a população estivesse já morta e a cidade em ruínas. E no entanto há aqui bairros opulentos. Os ricos são odiosamente ricos e ainda mais ricos e odiosos parecem ser por contraste com a extrema miséria do povo. Em Santo Antônio os palacetes ocultam jardins exuberantes, onde à noite se dançam românticos bailes, enquanto os negros dormem exaustos em casebres de palha.

Fui com Ana Olímpia a um destes bailes, em casa de um amigo de infância, Alexandre Gomes, meu patrício, que nesta cidade fundou uma fábrica de charutos. Isabel, a esposa, filha única do Barão de Itaparica, viveu algum tempo em Lisboa, e a sua maior glória é ter entrevisto uma noite, na ópera, o melancólico perfil de Antônio Feliciano de Castilho. Apesar desta obstinada admiração pelo poeta d'«A Noite do Castelo», Isabel é uma mulher feliz e inteligente, com um perigoso sentido de humor, e um não menos afiado espírito crítico. Dançávamos uma alegre masurca quando eu, erguendo o olhar, reparei na extraordinária palidez do pianista e pensei que o desgraçado tivesse sofrido uma síncope. «Está morto?», perguntei a Isabel. Ela riu-se: — Morreu vai fazer uns cinco anos.

O pianista chegou ao Brasil, vindo de Paris, na companhia da esposa, Chantal, jovem dançarina cuja beleza loura e imprudente ainda hoje divide os pernambucanos em duas facções guerreiras: de um lado o efêmero feminino, do outro o rude sexo a que eu pertenço. Ao fim de alguns meses Chantal trazia já em seu redor uma ruidosa corte de apaixonados, entre os

quais se destacava um médico ainda moço que tendo estudado em Paris por aí contraiu, passeando o seu ócio de bistrot em bistrot, de cabaret em cabaret, essa irremediável moléstia de espírito a que é costume chamar cepticismo. Ao fim de poucos meses já a cidade inteira acompanhava com calor, beijo a beijo, suspiro a suspiro, o romance ilícito, e o marido atraído recebia as primeiras denúncias anônimas. Uma noite em que Chantal se preparava para sair, num esplendor de ouros e lantejoulas, o pianista agarrou-a por um braço, atirou-a contra a parede, e matou-a com dois tiros no peito.

No tribunal o juiz absolveu-o, cumprindo o que ordena a lei, e ele regressou em triunfo, embora para o todo o sempre mortalmente pálido, aos bailes da aristocracia pernambucana: «toda a gente o quer conhecer», explicou Isabel, «tornou-se uma espécie de monumento, uma moda, e nenhuma festa alcança sucesso se ele não estiver presente». Voltei a olhar o homem: hirtó, a cabeleira solta, muito negra, o rosto sem vestígios de sangue. «Parece um vampiro», comentei. Isabel concordou: «Ele é um vampiro! Um vampiro entre vampiros!». Indicou-me depois um homem alto, moreno, que no outro extremo do salão conversava animadamente com um grupo de rapazes. «Aquele é o médico. Quando Chantal morreu mostrou muito sentimento. Chegou ao ponto de fazer exumar secretamente os restos da moça, o que depressa se soube e comoveu toda a gente.»

Quer saber o que fez a seguir o infeliz apaixonado? Mandou limpar, armar e articular o esqueleto e guardou-o num armário. Hoje, sempre que em animados serões de especulação filosófica pretende exhibir aos amigos o vazio da condição humana, abre o armário e retira Chantal (enfim, o que resta dela): «É nisto», diz, «que se transforma depois de morta uma mulher belíssima».

Saí do baile, quase arrastando Ana Olímpia, enquanto no salão os vampiros dançavam uma mazurca louca. Ela assustou-se: «Aconteceu alguma coisa?». Sosseguei-a: «Nada. Sou eu que não me habituo a viver neste mundo». A minha amiga sorriu: «Então partamos para longe deste mundo». Lembrei-me nesse momento de uma proposta que pouco antes me fizera Alexandre, para que fosse com ele visitar uma fazenda em São Francisco do Conde, pequena cidade do recôncavo bahiano, a uns duzentos quilômetros de Salvador. Alexandre vai em negócios — pensa em comprar a fazenda —, mas acredita que a viagem poderia ser proveitosa para mim, porque, diz ele, «é uma oportunidade para estudar o Brasil verídico,

autêntico, o Brasil brasileiro, e não este que por aqui se entedia, envergonhado da sua natureza e tentando estupidamente transformar-se num país europeu».

Ocorreu-me pela primeira vez a ideia de que poderia instalar--me num lugar assim, realmente longe do fragor do mundo, vendo pouco a pouco a terra a desdobrar-se em frutos, acompanhando ao crepúsculo o canto dos negros em volta das fogueiras, caçando e pescando, bebendo da água fresca dos riachos, comendo o feijão preto e a carne seca, a tapioca, as mangas e as bananas do meu pomar. Decidi portanto aceitar o convite de Alexandre e parto amanhã para Salvador. Entretanto escreva, vá-me enviando notícias dessa metrópole maligna, os ecos todos das guerras todas, os murmúrios e rumores. Não esqueça as intrigas da corte, incluindo as mais torpes, as polêmicas literárias, o vociferar dos políticos, o relato ruidoso dos últimos crimes. Diga-me igualmente o que é feito dos amigos que deixei, vencidos pela vida, nas mesas tristes do Café da Paz.

Seu,

Fradique

Carta a Ana Olímpia

Engenho Cajaíba, Março de 1877

Meu amor,

Conta-se que quando Napoleão I abandonou a Ilha de Elba e na companhia de um punhado de fiéis desembarcou em Cannes, em 1815, o governador de Lyon enviou para Paris a seguinte série de mensagens:

— O monstro corso escapou da gaiola mas não há motivos para preocupações. O seu fim está traçado.

— O usurpador dirige-se para Grenoble, porém o povo não o segue, o país não o reconhece. Em breve será castigado.

— O General Bonaparte entrou em Grenoble. A população foge à sua frente. Avança sobre a cidade uma força que logo há-de expulsar o tirano.

— Napoleão marcha para esta capital. Resistiremos até à morte.

— O Imperador entrou em Lyon vivamente aclamado pelo povo.

Deus abençoará a restauração do Império pois disso depende a felicidade da França!

Cumprindo a promessa de tudo te contar (cada passo meu, cada pensamento, cada troca de palavras), comecei segunda-feira a tomar notas do que me ia acontecendo desde que nos separámos no Cais de Ramos, em Pernambuco. Hoje, ao reler o que deixei escrito, lembrei-me do governador de Lyon.

Segunda-Feira: «Esta paisagem não foi ainda inaugurada. Tudo é novo como no primeiro dia. Dei o teu nome a uma das ilhas. Era talvez aqui o paraíso, e é certamente entre estas florestas que o Senhor Deus repousa, recuperando do imenso desastre que foi a criação do Homem».

Terça-Feira: «Acordei muito cedo. Tomei uma chícara de café amargo e fui nadar. A tarde passei sozinho pela vila, imaginando que o fazia contigo, de braço dado, enquanto o sol incendiava os montes e as casas. Podia viver aqui, contigo, até à completa consumação dos séculos».

Quarta-Feira: «Todas as tardes são sempre a mesma tarde. A vila parece uma gravura. Hoje galguei a pé o Monte do Recôncavo e fiquei a ver, lá de cima, a Baía de Todos-os-Santos, com as suas ilhas dormentes, as

aves sonâmbulas, um espantoso mar que nunca se move. A eternidade não é o inesgotável somatório dos séculos. Há-de ser, ao contrário, esta ausência de tempo. A quietude absoluta (às vezes parece-me uma seca!)).

Quinta-Feira: «Já conheço todos os escravos (e são cento e cinquenta!) pelo nome e apelido. Ernesto, o feitor, nasceu aqui mesmo, neste Engenho Cajaíba. Sabe a história toda da região desde que os Portugueses chegaram, em 1561, e ouvindo-o falar quase acreditamos que ele próprio desembarcou nas primeiras caravelas, dançou e bebeu com os índios, fundou os engenhos, construiu a igreja e o convento».

Sexta-Feira: «Fui ver o pomar. Ernesto assegurou-me que as laranjas maduras se não forem colhidas ficam verdes outra vez, conservam-se frescas mais um ano e até melhoram de gosto. Parece-me este prodígio a prova definitiva de que o Éden se situou nesta região, o que explicaria os outros vestígios de vida eterna que prosperam entre as águas e as árvores: o sono, o silêncio, o mar adormecido. Tanta eternidade chega realmente a aborrecer (Alexandre decidiu não comprar a fazenda, compro-a eu?)».

Sábado: «Sonhei com o tropel ansioso das multidões nas ruas de Paris. Faltam almas a esta paisagem. Receio que se nos mudarmos para aqui morreremos rapidamente de aborrecimento, ou o que é pior, viveremos longamente mortos de tédio. Decididamente é melhor não comprar a fazenda».

Isto foi o que deixei escrito. Hoje, segunda-feira, comprei a fazenda. Comprei-a para nós, na esperança de que nos sirva de porto de abrigo enquanto não encontrarmos um destino melhor. Fiz bem?

Amo-te,

Fradique

Carta a Eça de Queiroz

Engenho Cajaíba, Março de 1877

Meu querido José Maria,

Quer saber o que tem feito este seu admirável amigo nos últimos meses? Pois espante-se: comprei uma fazenda! Vinte mil hectares de boa terra no Recôncavo Bahiano, a uns duzentos quilômetros de São Salvador, com todos os seus cento e cinquenta escravos, um rico solar, sanzala (ou senzala, como aqui lhe chamam), enfermaria, terreiro ladrilhado, duas máquinas a vapor, uma turbina, uma máquina de fazer fubá e outra de cevar mandioca, caldeiras e prensas, alambiques, tonéis e demais utensilagem para a fabricação de açúcar. Chama-se esta minha fazenda Cajaíba, nome da ilha onde se situa, na foz do rio Seriji, mesmo defronte à antiga vila de São Francisco do Conde, e foi pertença do marechal-do-campo Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, Barão de Cajaíba. A casa grande, um belo e largo edifício, voltado para o mar, e circundado por altas palmeiras imperiais, foi construída há uns quarenta anos atrás sobre as ruínas de um solar mais antigo, que o povo da região acreditava estar assombrado pelo espectro de um negreiro famoso.

Eis-me pois transformado em senhor de engenho, os quais por estes vastíssimos sertões, entre Salvador e Pernambuco, exercem desde há séculos a única autoridade, tanto maior e mais temida quanto é certo que ninguém aqui conhece o Imperador D. Pedro II, nem sequer por gravura. Para a pobre escravaria os grandes latifundiários são a imagem mais próxima de Deus que conseguem conceber. Tratam-nos em conformidade, com um terror reverenciai (os seus senhores chamam-lhe respeito), e uma espécie de devoção que, vendo de mais perto, não é outra coisa senão a estranha mistura entre o ódio e a impotência.

As revoltas de escravos que durante anos se sucederam no Haiti ou na Jamaica, transformando num pesadelo de sangue a vida dos colonos franceses e ingleses, não tiveram equivalente no Brasil. Houve revoltas, sim, mas à boa maneira portuguesa: escaramuças irregulares, umas vinte aqui na Bahia durante este nosso século, que levaram ao esfaqueamento de

um ou outro fazendeiro e foram rapidamente dominadas. Quase todas tiveram como cabe-cilhas antigos guerreiros nagô, maometanos, reduzidos à escravidão na sequência de um conflito religioso que durante anos agitou o império yoruba. Porque falharam sempre estes homens de fé e de guerra, tendo ao seu lado Deus e a estratégia, além do desespero, que como se sabe é nestes casos o mais forte aliado?

Lendo os autos dos julgamentos que se seguiram à última destas revoltas, em 1835, percebe-se porquê: os Africanos tiveram de se confrontar não apenas com a força dos brancos, mas, pior do que isso, com a desconfiança dos negros já nascidos neste país, os negros crioulos, para os quais o Brasil é a verdadeira pátria e a vida em escravidão a única existência que conhecem.

No Engenho Cajaíba vive um velho hausa, respeitado por todos, que participou na revolta de 1835. Cornélio, é este o nome que lhe deram, assegura ser o único sobrevivente de um carregamento de duzentos escravos trazidos em 1828 da costa da Nigéria. Conta ele que dois dias depois do embarque todos os escravos começaram a morrer de uma estranha e horrível moléstia, uma espécie de lepra fulminante, que no espaço de horas abria feridas por todo o corpo, apodrecia os membros, levava os homens à loucura. Os primeiros cadáveres ainda foram retirados do porão pelos marinheiros, mas depois também um deles contraiu a doença, e teve de ser lançado ao mar aos uivos, e os outros recusaram-se a entrar lá dentro. Cornélio viu uma jovem mulher a matar o próprio filho à dentada, sendo depois assassinada pelos outros escravos; viu homens sem rosto, como assombrações, a comer os cadáveres; viu os ratos («os ratos», disse-me ele, «eram enormes, eram quase gente: falavam comigo»). Viu o inferno, com todos os seus demônios. Quando conseguiu sair dali (não se lembra como) e percebeu que estava vivo teve a certeza de que era imune à morte. Essa convicção transformou-o num homem perigosíssimo. Participou em todas as revoltas que aconteceram em Salvador, e foi chicoteado, açoitado, supliciado, acorrentado pelo pescoço dentro de uma cela alagada; pendurado nu, de cabeça para baixo, ao tórrido sol do sertão. Sobreviveu a tudo, até vir parar, já velho, a este Engenho Cajaíba, onde toda a gente o respeita e acarinha.

Cornélio, como lhe dizia ao princípio, esteve na revolta de 1835. Contou-me ele ser intenção dos revoltosos, caso triunfassem, queimar no Terreiro de Jesus todas as imagens católicas. Os brancos seriam degolados e

os mestiços e crioulos escravizados e levados para África. «Os mulatos e os pretos crioulos», disse-me ele, «traíram-nos sempre. Mas não os queríamos matar porque são do nosso sangue. Também dessa vez nos traíram. Se tivesse havido outra revolta nenhum ficaria vivo!».

Depois de 1835 nunca mais os hausa foram vendidos no Brasil e isso talvez explique, pelo menos em parte, o fim das revoltas. Os escravos que nestes últimos anos têm chegado a Pernambuco e a São Salvador, quase todos naturais de Angola, Congo, Gabão e Moçambique, são na sua maioria camponeses pouco instruídos nas artes da guerra, e sem vontade alguma de a fazer. Os Angolenses, tidos por trabalhadores, vendem-se por bom dinheiro. Já com os negros de Moçambique acontece o contrário, pois que por aqui os consideram, e sirvo-me das palavras de Alexandre, «uma pobre e feia raça de seres lânguidos, preguiçosos e propensos à melancolia», sendo o seu preço inferior aos de qualquer outra nação.

Os naturais do Gabão sofrem igualmente com a saudade de África. Muitos suicidam-se deixando de comer ou comendo grandes quantidades de terra. Ainda há pouco tempo os geófagos eram castigados trazendo durante dias a fio grotescas máscaras de ferro presas à cabeça. Com o calor do sol as máscaras colavam-se ao rosto deformando-o horrivelmente. Esta prática caiu em desuso, não porque os senhores de engenho se tenham tornado mais humanos, mas porque, com o fim do tráfico, os escravos passaram a ser mercadoria preciosa, e portanto protegida.

As belíssimas mulheres da Costa da Mina, que com os seus panos alegres, braceletes de missangas e altos turbantes de musselina, me pareceram sempre muito mais elegantes que as respectivas senhoras, são festejadas como rainhas nas ruas de Pernambuco e São Salvador. Os homens da mesma nação, de porte atlético, ar distinto, e uma arrogância natural que incomoda os Europeus, ocupam-se sobretudo em carregar pianos.

O ofício de carregador é aliás o mais comum entre os chamados escravos-de-ganho. São estes que carregam as cadeirinhas, as mercadorias, a pedra para as construções. Enfim, do norte ao sul, ou, como aqui se diz, do Oiapoque ao Chui, os negros carregam o Brasil. Nas cidades nada se move sem eles, nada se faz ou constrói, e nos campos coisa alguma se cultiva sem a sua força. Vi, inclusive, um jovem cavalheiro atravessar a rua para comprar um repolho no mercado em frente, e voltar depois, muito

esticado, muito digno, seguido de um enorme negro com o seu cesto de verga à cabeça, e dentro dele... o repolho!

Muitos escravos-de-ganho conseguem ao fim de vinte ou vinte e cinco anos comprar a respectiva carta de alforria. Uma vez livres carregam mercadorias outro tanto tempo, noite e dia, até poderem finalmente adquirir um escravo que trabalhe por eles. Os carregadores de café, cujo labor exaustivo se acompanha de grandes ganhos, podem em apenas dez anos comprar a própria liberdade. Poucos, porém, vivem o suficiente para isso, e o dinheiro que entretanto acumularam vai directamente para o bolso dos seus senhores.

A minha fazenda fica junto a São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, nome excessivo para tão pequena vila, fundada em 1561 por aventureiros portugueses em busca de ouro, e que é hoje pouco mais que um dormedouro de pescadores. A pouco e pouco tenho vindo a descobrir a intimidade consoladora deste lugar, onde uma festa justifica a outra, e os visitantes são em toda a parte recebidos de braços abertos. As visitas da manhã é de uso oferecer-se um cálice de licor, em geral preparado em casa e sempre excelente; cachaça, ou uma refrescante bebida indígena, o guaraná, à qual os Brasileiros atribuem todo o tipo de virtudes regeneradoras. À tarde, o licor é acompanhado por bolinhos e café. Infelizmente, nestas visitas quase nunca falta o piano — contei para cima de cinquenta! Aos domingos, as noites enchem-se de acordes sofridos, e mesmo nos becos mais escuros badalam repetidamente «Os Sinos do Mosteiro».

No que respeita a festividades, assisti a uma curiosa representação carnavalesca, chamada nesta região cucumbis e em Pernambuco congadas, que todos os anos arrasta até às ruas grande número de negros vestidos de penas, dançando e cantando. Os grupos — representando a corte do Congo com todos os seus personagens, o Rei e a Rainha, príncipes e princesas, macotas, o língua (intérprete), o feiticeiro, bobos e augures —, cantam em português e num idioma que na origem deve ter sido africano, ao mesmo tempo que agitam chocalhos, percutem adufos, tamborins, e agogôs, tocam marimbas e quissanges, sendo este último instrumento conhecido aqui por piano-de-cuia. O vestuário geral consiste em vistosas e compridas penas presas aos joelhos, à cintura, aos braços e aos pulsos, ricos colares de testeira vermelha, botinas de cordovão enfeitadas de fitas e galões, calças e camisas de meia, cor de carne, e ao pescoço de homens e mulheres corais e

colares de dentes. O rei veste habitualmente um rico manto de belbutina, usa ceptro e coroa dourada. No cucumbi a que assisti era este monarca um homem pequeno, com a cabeça lisa como um ovo, e um ar desamparado, em tudo dissemelhante da voz, rouca e poderosa, com que cantava dirigindo o grupo:

Sou Rei do Congo e quero brincar

Ceguei agora de Portugal

Ao que a corte respondia em coro:

ê... ê... sembangalá

Ceguei agora de Portugal

Logo a seguir a música mudava de ritmo, e o rei de nacionalidade:

Viva o nosso Rei Preto de Benguela que casou a Princesa com o

Infante de Castela

Bem bom bem bom furumaná furumaná Catulê cala montuê

condembá

Estes cortejos concentram-se habitualmente junto a uma igreja de negros, reunindo numa atmosfera de sonoridade tempestuosa centenas ou mesmo milhares de pessoas. A peça narra a morte do filho mais novo da Rainha; esta, desvairada, chama o feiticeiro e ordena-lhe que se sirva da sua ciência para ressuscitar a criança.

O quimbanda, vestido com o aparato próprio da função, cobras e cadeias de ferro servindo-lhe de colares, dança em redor da criança; de vez em quando retira de uma bolsa, que traz a tiracolo, raízes, resinas, dentes de víboras, e outros objectos mágicos, e lança-os na direcção do menino, até que, finalmente, este dá um grande salto e junta-se à dança, enquanto em redor o povo exulta e canta. A mim, lembrou-me esta peça certos autos de Natal muito populares nas aldeias do nosso país, que retratam o nascimento, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo.

A propósito de morte e ressurreição pode imaginar como me diverti ao saber que também os jornais portugueses e franceses noticiaram o meu trágico falecimento. É um privilégio raro um homem poder ler o seu próprio elogio fúnebre, sobretudo quando o faz no paraíso (e não me refiro a esse frio expositor de almas de que nos falam os novos teólogos, e sim ao autêntico, ao clássico paraíso, com palmeiras altas e um mar de anil, licor de maracujá, uma mulher — a Mulher! — bela como um anjo, mas com todos os outros preciosos atributos de que estes foram privados).

Saudades do seu amigo,

Fradique

Carta a Eça de Queiroz

Engenho Cajaíba, Maio de 1877

Meu querido José Maria,

Houve a semana passada grande festa na minha propriedade. Decidi conceder carta de alforria a todos os trabalhadores do engenho, o que serviu de pretexto a uma alegre manifestação emancipadora, que trouxe a São Francisco do Conde algumas das maiores figuras do crescente movimento social contra a escravatura. Os trabalhadores optaram, na sua maioria, por permanecer ao meu serviço, pagando-lhes eu o mesmo que nas províncias do Sul se paga aos colonos europeus, e responsabilizando-me pela saúde de todos e a educação dos filhos.

Um dos poucos homens que não quis ficar foi Cornélio, o velho hausa de quem lhe falei em carta anterior: veio ter comigo muito sério, com o antigo orgulho da raça, explicando que pretendia regressar a África, e visitar a Meca, e depois morrer. «A vida de um escravo», disse-me, «é uma casa com muitas janelas e nenhuma porta. A vida de um homem livre é uma casa com muitas portas e nenhuma janela». Conseguira juntar algumas economias, fazendo cestos que vendia na vila, e queria que o ajudasse a comprar a passagem. Mostrou-me quanto tinha juntado, muito pouco, mas eu disse-lhe que sim, que era o suficiente, e paguei o resto do meu próprio bolso. Partiu ontem, serenamente, numa falua que todas as semanas liga esta vila a Salvador. Ana Olímpia ainda tentou dissuadi-lo, assustada com a insensatez da empresa, mas ele mostrou-se inflexível. «Na terra dos hausa», disse-lhe a minha amiga, «já ninguém se lembra de si». O velho encolheu os ombros: «Não vou à procura dos outros», respondeu, «vou à procura de mim».

Durante três dias e três noites os negros dançaram e cantaram, beberam e comeram, em redor de uma dezena de fogueiras dispersas pelo largo terreiro que se estende por detrás da Casa Grande. Na mesma altura recebemos numerosos cavalheiros que se deslocaram de Salvador, de Pernambuco e mesmo do Rio de Janeiro, até este porto perdido, numa espécie de excursão ruidosa contra a escravatura.

Conheci assim um jovem jornalista, José do Patrocínio, que me dizem ser o terror dos grandes Senhores de Engenho. Homem de rosto simpático, emoldurado por uma barba macia, os olhos largos, muito doces e francos, cresce e transforma-se quando começa a discursar, e então, inflamado pela própria retórica, lembra um tigre pronto para o salto. O extraordinário vigor das suas palavras e a teatralidade estudada dos seus gestos fazem dele, certamente, um orador perigosíssimo, capaz de incendiar multidões. Politicamente todo ele é Proudhon: «A escravidão é um roubo», repete com frequência, entre longas tiradas contra os barões do café e a Santa Madre Igreja. Curiosamente o pai era padre, além de escravocrata e fazendeiro; a mãe, uma pobre negra crioula, vendia fruta em Campos dos Goitacazes, região leste do Rio de Janeiro. Criado no vicariato de Campos e numa fazenda das cercanias, José deixou a casa paterna ainda menino para trabalhar e estudar no Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro. Hoje, jovens exaltados se fossem poemas — ou preces! E nas reuniões das numerosas sociedades antiesclavagistas, que prosperam um pouco por todo o país, o seu nome é pronunciado com um respeito quase reverencial.

Na companhia de José do Patrocínio veio do Rio de Janeiro uma outra figura importante do movimento emancipalista: o advogado Luís Gama, muito conhecido por nos últimos anos se ter distinguido na defesa de cidadãos ilegalmente escravizados. Gama conheceu ele próprio essa situação, pois sendo filho de uma negra livre, e tendo portanto o direito à liberdade, foi vendido pelo pai ainda criança, fugindo pouco depois e vivendo uma incrível sucessão de aventuras antes de se formar e estabelecer como advogado. «Em nós», disse-me Gama, «até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime. Mas nossos críticos se esquecem que essa cor está na origem da riqueza de milhares de ladrões que nos insultam; que essa cor convencional da escravidão, tão semelhante à da terra, abriga sob sua superfície escura vulcões onde arde o fogo sagrado da liberdade».

Este discurso é muito diverso do de certos mestiços, que depois de enriquecerem esquecem rapidamente a sua origem africana, fazendo a sociedade o favor de se esquecer também. O pintor alemão Johann Moritz Rugendas conta no seu livro «Viagem Pitoresca através do Brasil», a resposta de um sujeito ao qual perguntara se um determinado capitão-mor era mulato. «Era», respondeu ele, «porém já não é». E como Rugendas

estranhasse tão singular prodígio, logo o seu interlocutor acrescentou: «pois, senhor, pode um capitão-mor ser mestiço?».

Dois dias depois de todos os nossos convidados terem partido, ou seja, na passada sexta-feira, recebi a inesperada visita de um velho amigo, e patrício, Alexandre Gomes (talvez V. se recorde dele), proprietário de uma fábrica de charutos no Recife e que foi quem mais me incentivou a comprar esta fazenda. Alexandre chegou de braço dado a um personagem venerável, de longas barbas brancas, que me apresentou como sendo o Barão do Rio das Contas, Frutuoso Vicente, senhor do vizinho Engenho de Paramirim. Achei-os aos dois um pouco inquietos e depressa percebi porquê. Vinham, explicou Alexandre, alertar-me contra a imprudência que eu cometera ao receber na minha fazenda um grupo de perigosos anarquistas: — Tu ainda há pouco tempo chegaste ao Brasil — disse-me Alexandre — e quase nada conheces da política local. Esse negro que aqui esteve, esse que diz chamar-se José do Patrocínio, está ao serviço de interesses inconfessáveis...

— É um bandido! — gritou o Barão. — E pior do que um anarquista! É um salteador que visa a insurreição pelo facho e o punhal! Sabia vossa excelência que esse sujeito não apenas defende a libertação dos escravos, como entende não termos nós direito à respectiva indemnização pelo Estado? Se o Estado não pode pagar tantos escravos, que o próprio Estado vendeu e dos quais cobrou impostos, menos ainda podemos nós!

— Essa festa — continuou Alexandre tentando acalmar o Barão — essa estranha reunião que aqui teve lugar, e mais grave ainda do que isso, essa absurda decisão de libertar os escravos, tudo isso inquieta as pessoas de bem.

Podia ter agradecido simplesmente o interesse de ambos e mudado de assunto. Era isso que se esperava que eu fizesse. Mas as últimas palavras de Alexandre, deixando cair (levemente, venenosamente) a sombra de uma ameaça, acordaram em mim o recuado furor dos Mendes:

— Pessoas de bem? Talvez de bem com o Diabo! Pois são pessoas de bem gente que se alimenta com o pão dos outros? Você conhece as minhas opiniões sobre a escravatura. Acredito que um destes dias, revoltado, Jesus Cristo volte à terra para libertar os escravos, e terá os seus profetas e a sua igreja. Mas depois há-de ser negado e crucificado, e por fim hão-de surgir novas turbas de escravos. Foi assim e sempre assim será, não há quanto a isso nada a fazer. Naquele instante, porém, irritado com a insolência de

Alexandre, só me ocorreu a máxima que o José do Patrocínio roubou ao velho Proudhon:

— A escravidão é um roubo!

O Barão não esperava aquilo (eu próprio não o esperava). Fez--se muito vermelho, agarrou-se com as mãos trêmulas ao castão da bengala, e eu temi que caísse morto a meus pés. Mas resistiu. Levantou-se hirto, pegou na cartola, e sem me estender a mão dirigiu-se para a porta: — Passe bem — murmurou num fio de voz. — Há-de ouvir falar de mim.

Alexandre foi atrás dele, abanando a cabeça, e eu fiquei a vê—los embarcar na certeza de que tinha assinado com aquele episódio uma declaração de guerra. Percebi no mesmo instante que acabara de fazer a minha opção de classe (Santo Antero, o nosso querido poeta, gostaria desta expressão). Ou seja, parece-me que encontrei neste país uma nova causa com que entreter o espírito e afastar o ócio.

Despeço-me, que se faz tarde, e parto ao encontro da História e da Revolução!

Saudações fraternas,

Fradique

Carta a Eça de Queiroz

Rio de Janeiro, Junho de 1877

Meu querido José Maria,

Recebi em Cajaíba a sua carta, os livros e jornais, tudo isto cheirando realmente a fumo, a alcatrão, ao suor operário dessa pavorosa Newcastle-on-Tyne. Pergunta-me V. como vai a Revolução — vai perigosa! Quando, como diria Fernão Mendes Pinto, ponho diante dos olhos os muitos e grandes trabalhos e perigos que por mim passaram, difícil se me torna dar-lhes ordem e sentido, e já agora alguma credibilidade, que foi o que o nosso pobre patricio {Fernão Mentos? Minto!) não logrou conseguir.

Estou agora no Rio de Janeiro, e embarco segunda-feira para Lisboa, onde tenciono permanecer um mês ou dois antes de seguir para Paris e depois para Londres. Os motivos desta minha peregrinação, sendo os óbvios (tenho negócios a tratar e amigos a rever), são também outros e menos públicos: liguei-me recentemente a uma sociedade secreta, antiescravista (chamamos-lhe a Sociedade do Cupim!), e parto com o objectivo de recolher apoios para esta causa entre os governos e instituições da velha Europa. Conto consigo e com os nossos amigos, pois encontro-me na posse de alguns documentos capazes de levantar, uma vez publicados, considerável escândalo.

Não será assim — ouço-o já dizer — que iremos derrubar os barões do café; tem o meu céptico amigo inteira razão: não os conseguiremos vencer pelo opróbrio, e nem sequer pelo ridículo, mas podemos, pelo menos, impedir que se passem com a tranquilidade dos justos pelos Champs-Élysées. Importa dizer que os Brasileiros alimentam pela Cidade Luz verdadeira obsessão. No Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor, sucedem-se as brilhantes vitrinas das casas de moda, como a «Notre Dame de Paris» ou «O Grande Mágico», das floristas e das pastelarias finas, e em todos estes esplêndidos lugares se ouve apenas falar francês, na mesma versão sumária mas convicta com que em Luanda o mestre de cerimónias comanda a dança da rebita.

Para que quer um rico latifundiário brasileiro todo o seu poderio se não o puder livremente exercer em Paris? Para que lhe serve a cartola e o monóculo, o título fresco, o relógio de ouro e o fato de janota, se não for possível mostrar-se assim, alegremente, na novíssima Opera do Charles Garnier ou no clássico Odéon? Paris está para a aristocracia do Brasil, a legítima e a cafeeira, como o espelho mágico para a bruxa má: «espelho, espelho meu», perguntam os Frutuoso Vicente à capital da França, «haverá alguém mais rico do que eu?»; da resposta a esta pergunta depende a vida do barão do café, pois só existindo em Paris ele está seguro de que realmente existe.

V. ri-se? Julga que exagero? Eu próprio só há poucos dias compreendi até onde vai o poder e a loucura destes homens, e o quanto para eles são importantes os papéis que trago comigo. Seriam umas quatro horas da tarde e eu fazia a travessia de barca entre Niterói e o Rio, sozinho, bebendo a paisagem incomparável que corria à minha frente. Estas barcas a vapor, iguais à proa e à popa, de forma a poderem atracar por ambos os lados, têm duas classes, uma para os calçados e outra para os descalços — ou seja uma para os senhores e outra para os escravos —, viajando nós, os calçados, num amplo e confortável salão. Na própria barca se vendem jornais, de forma que quem já estiver cansado de contemplar a prodigiosa vista que a viagem propicia pode sempre ocupar o tempo com as minúsculas intrigas da corte. Os vinte minutos que demora a travessia escoam-se fáceis, agradáveis, e a menos que o mar esteja bravio nem se dá pela passagem do tempo.

A barca estava quase vazia. Olhando os fantásticos morros verdes, rompendo ao longe por entre o vasto e disperso casario, eu meditava melancolicamente sobre o destino do Homem, as imperfeições do mundo, e em como me faz falta o prático engenho do fiel Smith. Nisto reparei num sujeito magrinho, escurinho, de bigode e cavanhaque, que se sentara muito direito defronte de mim. O homem trazia um jornal desdobrado sobre os joelhos, e fingia lê-lo (foi isso que me despertou a atenção: a certeza de que ele não estava a ler o jornal). A certa altura levantou os olhos e enfrentou-me: — Vossa excelência me desculpe — disse com uma voz nasalada, bovina, um forte sotaque nordestino — mas acho que já nos vimos em qualquer lado.

— É possível — retorqui desconfiado. — Vou lá muitas vezes.

Ele ignorou a ironia: — Não quero me enganar. O senhor é realmente o português Fradique Mendes?

Ergui-me de chofre, num pressentimento mau, e no mesmo instante se levantou o homem, levou a mão ao casaco e apontou-me um revólver: — O fidalgo que me perdoe — disse. — Deus sabe que não sou eu quem o vai matar... Salvou-me a agilidade adquirida em anos e anos de esgrima. Saltei para o lado, ouvi o disparo, o rápido assobio da bala, e lancei-me contra o pistoleiro. Ele desequilibrou-se, largou o revólver, correu pelo convés derrubando um pobre velho, e sem hesitar jogou-se à água. Dois marinheiros atiraram-se a mim, impedindo--me a passagem, e de repente o salão encheu-se de um confuso magote de gente aos gritos, e eu fui arrastado para a cabine do capitão. Já em terra passei três longas horas tentando convencer os diligentes polícias do porto que nada podia explicar a atitude do homem — um sujeito que eu nunca vira antes —, a não ser um súbito ataque de loucura.

Mais tarde fui visitar o José do Patrocínio, de quem julgo já lhe ter falado: jornalista, um dos nomes mais destacados do movimento contra a escravidão. O meu amigo ouviu calado o relato desta estranha aventura. Contei-lhe tudo, como lhe estou contando agora a si, sem esquecer a última frase que me disse o pistoleiro. Patrocínio abanou a cabeça, preocupado:

— Um procurador-de-Cristo! Essa gente enlouqueceu!...

Procurador-de-Cristo é o curioso nome com que no nordeste deste país são conhecidos os assassinos profissionais. Ao receberem uma proposta de trabalho os pistoleiros vão com o mandante à missa, e no momento solene em que o sacerdote ergue a hóstia, recebem o salário combinado e a bala com que hão-de executar o serviço. Através deste ritual os assassinos acreditam-se libertos da responsabilidade do crime, pois Cristo viu-os do altar, testemunhou o compromisso assumido e guardou o rosto do mandante. Os pro-curadores-de-Cristo, disse-me José do Patrocínio, raramente falham uma missão: convictos da sua inocência, da natureza sagrada do contrato firmado, e amarrados a um conceito de honra que não admite falhas nem traições, vão até onde for preciso para alcançarem aquilo a que se propuseram.

Na opinião deste meu bom amigo o homem tentará outra vez matar-me, a tiro ou à facada, devendo eu estar preparado para o enfrentar. Contra minha vontade Patrocínio arranjou mesmo dois capoeiras afamados, chamando-se um Cobrinha Verde e o outro João Sossego — nomes muito

de acordo com as respectivas figuras —, os quais receberam instruções para nunca se afastarem de mim, o que fazem, seguindo-me para onde quer que eu vá: detenho-me um instante a reparar numa vitrina e cinco metros atrás estacam também as duas sombras; entro numa tabacaria e eles esperam-me à porta, coçando os pés descalços e olhando com feroz suspeita quem entre a seguir. Ontem tentei escapar-me furando a correr através da confusão de gente na Rua do Ouvidor — ardinando aos gritos, cavalheiros em afável palestra, as lentas senhoras e suas mucamas —, e a única coisa que consegui foi provocar um terrível tumulto, pois julgando que fugia dos dois capoeiras um grupo de jovens veio em meu auxílio. Cobrinha Verde e João Sossego enfrentaram-nos a cabeçadas, rasteiras, cutiladas-de-mão, rabos--de-arraia e outros golpes próprios da sua arte, e rapidamente os dispersaram. Fugimos depois os três à frente dos urbanos (policia), como vulgares criminosos, deixando eu para trás o chapéu, a bengala, e os cinco séculos do composto pundonor dos Mendes!

Por aqui já V. pode avaliar como está perigosa esta revolução.

Um grande abraço,

Fradique

Carta a Ana Olímpia

Quinta da Saragoça, Julho de 1877

Meu amor,

Comprei a Ilha de Cajaíba porque queria oferecer-te senão o paraíso, ao menos um efêmero porto de abrigo, e quando em Maio nos despedimos ainda acreditava que o pudesse ser. Enganei-me. Trago-te uma grave notícia, horrível em si mesma, e preocupante por aquilo que significa para a tua segurança. Alguns dias antes de embarcar para Lisboa um homem tentou matar-me a tiro, na barca que faz a ligação entre o Rio e a pequena cidade de Niterói, conseguindo depois escapar a nado. Não fiquei muito assustado com este episódio, pois tenho excelentes inimigos em diversas partes do mundo e estou habituado às suas manifestações de desamor — inclusive aos tiros! Conteí o sucedido ao bom do Patrocínio, e ele, suspeitando que o pistoleiro pudesse ser um assassino profissional, encarregou dois capoeiras de me proteger. Passei assim o resto da semana a fugir dos homens do Patrocínio e só na segunda-feira, quando finalmente subi para o navio, é que me consegui ver livre deles.

Chovia. No ar flutuava uma água fina, aborrecida, essa espécie de chorinho melancólico a que em Portugal o povo chama molha-tontos. Fiquei muito tempo no convés, vendo o Brasil desaparecer tristemente para além da bruma, e depois fui à procura do meu camarote. Lá dentro, arrumada a um canto, encontrei uma mala quase igual à minha. Num primeiro momento julguei-me vítima de um equívoco sem importância, uma vulgar troca de bagagens, acidente que mais dia, menos dia, aflige todo o viajante, e que depressa se resolve. Logo a seguir, porém, reparei que a mala trazia o meu nome. Abri-a, nervoso, e o que vi tirou-me o fôlego: olhando directamente para mim, com frios olhos de vidro, estava a cabeça empalhada de um homem negro!

Voltei a fechar a mala. Parecia-me aquilo um pesadelo sórdido; enjoado, sentindo o navio a girar sobre o oceano, descerrei a escotilha e estendi-me na rede. Fiquei assim não sei quanto tempo, respirando com esforço o ar pesado e húmido, até que o meu espírito se aquietou. Levantei-

me e voltei a abrir a mala. A cabeça ainda lá estava, e só então reconheci nela, com intenso horror, os traços nobres do velho Cornélio.

Sei que esta notícia te irá perturbar. Podes imaginar como me perturbou a mim. A morte do velho Cornélio é um crime tanto mais ignóbil, absurdo, quanto é certo que foi cometido com o único propósito de nos amedrontar e escarnecer. Infelizmente, com o roubo da minha mala desapareceram também os documentos com os quais eu pretendia acordar a Europa do seu torpor de velha, e abanar num repelão feroz toda essa corja de negreiros e escravocratas que se opõem ao progresso do Brasil. Perdemos! Mas perdemos apenas uma batalha, porque a guerra, essa, ainda mal começou.

Lancei a cabeça de Cornélio ao mar. Foi numa noite baixa, sem lua, ao largo das Ilhas de Cabo Verde. Iemanjá, as quiandas, todas as poderosas divindades das águas quentes de África, hão-de acompanhar o seu espírito de volta à terra dos hausa. Cornélio nunca se deixou escravizar: mesmo amarrado ao pelourinho, mesmo preso por correntes aos mais altos muros, ele foi sempre uma alma livre. Agora há-de finalmente encontrar o caminho do regresso a casa.

Juro-te que este crime horrível não ficará impune. Eu, tu, os nossos amigos, haveremos de vingar a morte de Cornélio. Entretanto, rogo-te que não tomes nenhuma atitude. Dá ordens ao Ernesto para que coloque, dia e noite, homens de guarda em redor da fazenda; evita sair, e saindo, vai sempre bem acompanhada e prevenida.

Amo-te,

Fradique

Carta a Ana Olímpia

Quinta da Saragoça, Agosto de 1877

Meu amor,

A tua carta deu-me novo alento: lavou-me a alma fatigada, como em Novembro a chuva limpa em África a poeira dos caminhos. Queria ter comigo o manipuloso do velho Conde de Cagliostro — o nosso, o do Nação Crioula —, e o sortilégio da sua arte misteriosa, para poder todos os dias, todos os instantes, conhecer como estás e o que fazes. Eu, aqui, nesta minha Quinta da Saragoça, fugido ao mortal calor que sufoca Lisboa, apenas passeio e medito e, claro, penso em ti.

Há uma semana atrás fui com o Eça de Queiroz comer um bacalhau à Mouraria, numa taverna que ele cultua com justo (justíssimo!) fervor. Exilado vai fazer quatro anos em Newcastle-on-Tyne, onde, a bem da nação, definha e escreve, o meu amigo veio a Lisboa à procura de Portugal. Não encontrou sinais da heróica pátria de Camões nem no Rossio nem no Chiado, e então, quase descrente, lembrou-se da Mouraria e da taverna. Fomos os dois, e ali encontrámos realmente Portugal, sentado entre vadios e vari-nas, cantando o fado, cheirando brutalmente a alho e a suor. Veio o bacalhau, esplêndido, com o grão-de-bico, os pimentos, a salsa fresca, e nós calámo-nos para celebrar tão grande momento. Saímos já passava da meia-noite, exaustos mas refeitos, arrotando a Pátria, e um pouco tontos porque o tinto era oprimo.

Eu tinha alugado um quarto no Hotel Bragança e para ali me dirigi numa tipóia, depois de ter deixado o José Maria em casa dos seus velhos pais, no Rossio. Na recepção do hotel uma voz chamou por mim, uma voz que eu julguei reconhecer, mas quando me voltei não descobri ninguém. Saltando por detrás de um monte de malas e baús, minúscula figurinha negra, de sotaina negra, surgiu então o padre Nicolau dos Anjos: — Nunca vi um morto com tão bom aspecto! — gritou para mim — Venham daí esses ossos...

Ajoelhei-me e o homenzinho lançou-se nos meus braços. Chegara havia poucas horas de Angola e partia no dia seguinte para o Vaticano.

Encontrar-me ali, vivo, deixou-o excitado e comovido:.

— Rezei muito pela sua alma — disse. — Em Luanda toda a gente pensa que V morreu.

Dizia isto enquanto me apalpava os braços, certificando-se que era eu realmente quem ali estava, e não o meu espectro. Perguntou por ti, quis saber o que era feito do jovem Arcénio, e depois arrastou-me para o salão de chá, onde ficámos trocando novidades até quase ao romper do sol. Soube assim que Jesuíno Vaz de Caminha prospera em Luanda, roubando muito, para o que tem autoridade e competência, brutalizando os pobres e adulando os ricos. Gabriela Santamarinha, garante o padre, está ainda mais feia (nisto eu não acredito porque não é possível!), e a tal ponto enlouquecida que já ninguém se relaciona com ela.

Nicolau dos Anjos partiu para o Vaticano a mando do próprio Papa. Sua Santidade terá ouvido falar dos muitos prodígios que, com tanta imprudência, anda cometendo pelos sertões de Angola o nosso comum amigo, e ficou inquieto e enfadado. Isto não me contou o infeliz Nicolau, é claro, mas foi o que pude concluir dos seus silêncios e meias-palavras. O velho Pio IX sabe que vivemos no século da luz, da ciência, do cepticismo, e que a Igreja, para ser moderna, deve romper com o Milagre, com o seu remoto passado de catacumbas e magia. A Igreja, para ser contemporânea, não pode permitir que em seu nome andem feiticeiros a ressuscitar defuntos, a devolver a vista aos cegos, a multiplicar pãezinhos ou a transformar a água em quissângua fresca; estas coisas podiam fazer-se há dois mil anos atrás, e eram admiradas, mas hoje atentam contra a seriedade e o bom nome das instituições — ninguém imagina, por exemplo, a Rainha Victória a passear descalça e devota sobre as águas do Tâmissa!

Nicolau dos Anjos vai pois ao Vaticano porque Sua Santidade o quer menos virtuoso, e menos digno do affecto do seu povo. Sua Santidade desejaria que ele se mantivesse longe do mundo, e Benguela ainda é demasiado perto (talvez o mande para Pernambuco!).

Falando em milagres aconteceu-me um recentemente, ou melhor, vi-o acontecer mesmo diante dos meus olhos — e da minha alma incrédula. Subia eu a Rua do Ouro, sozinho, ao entardecer, quando escutei atrás de mim um rápido tumulto de cascos e de gritos e, voltando-me, dei com uma caleche correndo desgovernada, o cocheiro em pânico, atirando para o ar imprecações e chibatadas. Um homem fugia à frente dos cavalos, com tão pouca destreza que teria sido certamente atropelado se eu não saísse em seu

socorro: sem pensar duas vezes lancei-me para diante, saltei sobre o desgraçado, e rolei com ele pelo chão enquanto o carro nos ultrapassava, para finalmente se deter, sem piores danos, no início da rua. Levantámo-nos os dois, sacudindo a poeira, e só então, olhando melhor para ele, percebi que era o maldito sicário, o Pro-curator-de-Cristo, que no Rio de Janeiro me tentara assassinar.

— Que diabo faz V. aqui?! — perguntei atônito — Vai-me matar?...

O homem, uma figurinha escura, de bigode caído, áspero cavanhaque, encarou-me solene: — Ia — disse com uma voz de boi — ia, mas já não vou.

No mesmo tom, com o cantado sotaque nordestino, explicou--me que, tendo-lhe eu salvo a vida, ele se considerava desobrigado da promessa de me matar: «Foi Deus quem quis assim», acrescentou. Não sabendo muito bem o que dizer arrastei-o para uma cervejaria ali perto, mandei tirar duas imperiais, e dispus-me a ouvir o bandido. Ele não se fez rogado. Asdrúbal foi o nome que lhe deram na pia baptismal, mas em Limoeiro Velho, no Município de Escada, onde nasceu, chamam-lhe simplesmente, o Menino. Afilhado de um rico senhor de engenho, um tal Belmiro, naturalmente Barão de Escada, cresceu sem que nada lhe faltasse e aprendeu mesmo a ler e a escrever.

Podia ter sido um pacato escriturário; porém, numa tarde quente de Janeiro, passeando ele a cavalo com o dito Belmiro, rompeu da catinga um outro cavaleiro, de espingarda na mão e disparando. Asdrúbal tinha apenas treze anos mas já andava armado. Puxou da pistola e fez fogo derrubando o outro ao primeiro tiro. Foi o início de uma grande carreira, pois Belmiro, impressionado com o sangue-frio e a destreza do garoto, passou a servir-se dele sempre que alguém o incomodava.

Asdrúbal, o Menino, contou-me tudo isto enquanto bebia a cerveja. Na sua voz bovina não havia nem uma sombra de remorso. Quis saber quem o contratara para me matar. O bandido encolheu os ombros: «Um amigo de meu padrinho. Não sei como se chama». Perguntei-lhe se o padrinho, ou o amigo do padrinho, sabiam que ele estava em Lisboa. Voltou a encolher os ombros: «Não. Quando me disseram que V. senhoria tinha partido eu decidi partir também. Uma semana depois consegui emprego como ajudante de cozinha num brigue português e assim cheguei a Lisboa. Andei todo este tempo à sua procura, mas só hoje o consegui encontrar. Ia matá-lo quando apareceu o carro». Fez uma pausa, bebeu mais um gole, e

depois murmurou tristemente olhando-me nos olhos: — Agora já não o posso matar e estou desonrado. Não sei o que devo fazer.

Fiquei com pena do homem: — Lamento muito tê-lo salvo — disse. — Se soubesse que era V. tinha ficado quieto.

Mandei vir mais duas cervejas, e ali continuámos, bebendo e conversando, até que o patrão veio pedir licença para fechar o estabelecimento. Despedimo-nos como velhos amigos e cinco dias depois ele embarcou de regresso ao Brasil. Quanto a mim, parto para França dentro de duas semanas.

Quero que reflectas seriamente na proposta que te fiz, e que venhas ter comigo. Os meus amigos da Sociedade de Geografia ficaram encantados com a ideia de uma conferência sobre o tráfico de escravos, e a situação dos negros no Brasil, apresentada por uma mulher que sentiu (e sente ainda) na própria pele o horror desse regime.

Responde-me para Paris.

Aquele que te adora,

Fradique

Carta a Ana Olímpia

Paris, Setembro de 1877

Minha doce Princesa,

Acabo de receber a tua alegre carta. Vens, sempre vens! Daqui a um mês, portanto, estarei vivo outra vez. Receio apenas que Paris não te mereça. E certamente não vale o tumulto de sentimentos que a tua carta denuncia. O centro da civilização, Paris? Sim, claro! Mas o que é a civilização? Entre o cavalheiro melancólico que frequenta os salões de Madame de Jouarre, minha gentil madrinha, e o remoto canibal do Alto Amazonas, não existe séria divergência moral, apenas gastronômica.

Tenho diante de mim o último número da Revue de Médecine que traz, muito a propósito, o seguinte artigo: um assassino de nome Bruno Sanjuan foi guilhotinado na noite de 24 de Abril e o seu corpo, que a família recusou receber, entregue à ciência, na pessoa do famoso Professor Jupin. Este tratou de o instalar rapidamente numa caleche transformada em laboratório, no qual colocara previamente duas lanternas acesas, uma bateria eléctrica e um cão vivo (um terra-nova). «Dessa maneira», explica a revista, «conseguiu o senhor Jupin efectuar, no trajecto entre o patíbulo e a Escola Prática, uma série de experiências muito importantes e de grande relevo científico».

O professor começou por fazer passar uma corrente eléctrica pela cabeça de Sanjuan, soprando-lhe ao mesmo tempo nos ouvidos, técnica que não surtiu qualquer resultado. Ao aumentar a corrente eléctrica, porém, a boca abriu-se e fechou-se, como se o desgraçado quisesse ainda respirar. Os médicos fizeram então uma transfusão de sangue do cão para a cabeça do guilhotinado e logo aos primeiros jactos o rosto corou e houve leve contracção dos músculos. Empregando-se a corrente eléctrica as pálpebras pestanejaram, e os olhos se abriram e fecharam durante quinze a vinte segundos. Ao ser chamado pelo nome o falecido volveu o olhar para de onde vinha a voz, ficando o professor com a impressão de que este o havia reconhecido: «Olhou-me com ódio», assevera: «Com o mesmo rancor com

que, dias antes, me recebera na sua cela». Nesta altura tinham já decorrido quarenta e cinco minutos desde que a cabeça fora separada do corpo.

Teria sido interessante entrevistar a cabeça de Sanjuan para saber, por exemplo, em que pensava, voltando o olhar para o Professor Jupim, enquanto o sangue de um terra-nova lhe reanimava o cérebro.

Pensaria: «onde diabo tenho eu a cabeça?». Estaria pensando, poeticamente, nos campos de trigo da sua infância? O mais provável, se nos lembrarmos do testemunho do sábio — «ele olhou-me com ódio» — é que pensasse em o matar. Mas como? Talvez à dentada: «Aproxime-se um pouco professor», suplicaria com voz fraca, e depois, zás, rasgava-lhe as carótidas.

Em que pensava afinal? Nunca o saberemos: a ciência, infelizmente, não foi tão longe. Cautelosamente, o esforçado professor Jupim concluiu apenas não ser possível a uma cabeça sobreviver separada do corpo.

Horroriza-te, Princesa, a minha história? É verídica! É o verídico rosto da civilização que te aguarda. Mas vem sem medo. Eu estarei aqui para te proteger.

Sou, serei sempre, o anjo-que-te-guarda,

Fradique

Carta a Eça de Queiroz

Paris, Novembro de 1887

Meu caro José Maria,

Disse-me outro dia um amigo meu, entomologista, que para produzir um quilo de mel uma colmeia tem de recolher o pólen de cinco milhões de flores. Pergunto-me, pensando neste espantoso esforço, quantos livros precisou Baudelaire de ler, e quantas vidas teve de viver, para escrever um único verso. Eu pouco li ainda e, ao contrário do que V. pretende, não vivi sequer o suficiente para escrever um soneto, quanto mais um romance, ou, pior ainda, as «minhas memórias». Le Temps mange la vie, escreveu precisamente o velho Baudelaire: Et l'obscur ennemi qui nous ronge le coeur / Du sang que nous perdons Croît et se fortifie.

Na sua última carta, a dado passo, V. duvida que sejam autênticas as personagens de que lhe venho falando, e deduz assim que eu estou já «fazendo literatura». Mas realmente acha-me capaz — acha que alguém seria capaz — de criar, por exemplo, a figura de um padre negro, anão, milagreiro e nefelibata?! Só a Realidade, na sua vertiginosa e inexcedível insensatez, se atreve a sonhar tais prodígios.

Não, não faço literatura. E também não tenciono, nem agora nem nunca, escrever memórias. Aquilo que de mais interessante aconteceu na minha vida foram as vidas das outras pessoas. Veja o caso da senhora Ana Olímpia, minha amiga, que sendo princesa por direito, foi escrava, e depois escravocrata, e é hoje uma das vozes mais autorizadas no combate à escravidão. Ela está de visita a Paris. Há uma semana atrás juntaram-se na Sociedade de Geografia dezenas de pessoas para a ouvir falar. Ana Olímpia contou o drama da sua infância, recordou o pai, um rei congolês que durante anos agonizou numa prisão de Luanda; evocou as madrugadas sombrias, quando, na companhia da mãe, assistia ao embarque dos cativos para o Brasil. Todos os discursos de todos os abolicionistas europeus não valem um testemunho como este. E sabe porquê? Porque naquilo que Ana Olímpia diz brilha a luz esplêndida da verdade, enquanto que na boca dos

nossos bem intencionados filantropos arde apenas a frágil lamparina da retórica. É a distância que vai entre a Vida e a literatura. E eu prefiro a Vida.

A propósito, julgo que seria interessante aproveitar a visita à Europa de Ana Olímpia, e levá-la a Londres. Tenho a certeza que os nossos amigos da Sociedade Abolicionista ficariam encantados. Calculo que V. não possa, enquanto representante da Coroa, envolver-se neste assunto, incomodo para Portugal e para o Brasil — e também eu nunca lhe pediria tal coisa. Peço-lhe outra: mantenha os seus superiores informados sobre esta, sobre todas as palestras abolicionistas. Envie dia após dia relatórios alarmistas, mostrando como a questão da escravatura domina a opinião pública no Reino Unido. Diga-lhes que é urgente tomar medidas efectivas para acabar com o que resta do tráfico negreiro. Insinue que a armada britânica estuda um bloqueio total ao Brasil. Diga-lhes que se fala num boicote ao Vinho do Porto. Enfim, aborreça-os, aterrorize-os!

Um jovem advogado, Joaquim Nabuco, actualmente na legação brasileira em Washington, ficou famoso quando, em 1869, no Recife, teve de defender um escravo já uma vez condenado à forca. Tomás, assim se chamava o escravo, fora açoitado em público, e, em represália, assassinara o seu senhor. Condenado à morte, conseguira escapar da prisão, matando um guarda. Capturado pouco depois foi outra vez a julgamento, calhando a Nabuco defendê-lo: — Este homem não cometeu crime algum! — gritou Nabuco apontando o escravo. — Removeu simplesmente um obstáculo!

O público presente na sala entusiasmou-se e o jovem prosseguiu denunciando a brutalidade e o absurdo da escravatura: — Aquele que luta contra os agentes da punição faz, de algum modo, a própria defesa individual contra uma ordem jurídica que o não respeita nem o protege.

Tomás foi condenado a prisão perpétua, mas, pelo menos, escapou da forca. E este princípio de legítima defesa, defendido por Nabuco, fez história, passando a ser evocado em julgamentos semelhantes. E porque acredito nele (ainda que não acredite em muito mais) que me juntei àqueles que combatem contra a escravatura.

Espero encontrá-lo em breve e então, sim, poderemos falar de literatura.

Seu amigo do coração,

Fradique

Carta a Ana Olímpia

Paris, Abril de 1878

Princesa,

Acabo de receber uma carta de Arcénio de Carpo, na qual ele, inadvertidamente, me dá a conhecer factos que supõe serem já do meu conhecimento. E não deviam ser? Tivesse eu, como as minhocas, cinco corações, e um estaria em festa, outro apertado de angústia, o terceiro em fúria, o quarto duvidando do mundo e o quinto, simplesmente, ardendo de paixão. No meu único coração todos estes sentimentos se confundem, e assim, violentamente confundidos, produzem em mim uma excitação geral, que não sou capaz de controlar ou sequer de definir.

Vou pois ser pai e tu escondeste-me a notícia. Diz Arcénio que a criança deve nascer em Julho. Significa isto que quando em Fevereiro nos separámos já guardavas no ventre, ocultando-o de mim, um filho meu. É certo que eu não pretendia ter filhos, e lembro-me que discutimos esse assunto, e discordámos. Disse-te então que não gostaria que ficasse neste mundo sinal algum da minha passagem, a não ser, vagamente, uma imprecisa nostalgia pousada sobre os lugares, as pessoas, os objectos que um dia intensamente amei. Um homem faz um filho e o que acontece? Depressa este lhe dá dois netos, e aqueles quatro bisnetos, e assim por diante, originando um ruidoso caudal de gente que irá com o seu nome e o seu sangue atravessar a eternidade. Fazer um filho é gerar um universo. Hão-de vir os anjos, mas também os demônios; há-de vir o amor, mas igualmente o ódio; e juntamente com o sublime virá o abominável. A mim, que não me agrada o papel de Deus, parece--me (parecia-me) um filho um acto arrogante e temerário.

Lembro-me com efeito de ter defendido esta tese, depois do jantar, ignorando que esperavas um filho meu. Mas — Santo Deus! — era depois do jantar e conversávamos. Eu, convicto de que nunca faria descendência, fumava e filosofava. Se soubesse do teu estado certamente filosofaria em sentido contrário, e com idêntica ou maior convicção.

Enfim, servem estas rápidas linhas para te dizer que estarei no Recife dentro de trinta ou quarenta dias. Parto mais cedo do que previa não apenas por causa da carta do jovem Arcénio, mas também porque sem ti esta cidade me parece morta, e eu me sinto intoleravelmente só. Como escreveu o velho Balzac (foi Balzac?): A solidão é óptima, desde que haja alguém com quem possamos conversar sobre isso.

Abraço-te, e ao nosso filho,

Fradique

Carta a Madame de Jouarre

Engenho Cajaíba, Outubro de 1878

Minha querida madrinha,

Quem lhe escreve esta carta não é mais o ocioso e irresponsável aventureiro que V. viu crescer, vestindo-se nos melhores alfaiates de Paris para ocultar a miserável nudez da alma, pensando com ideias emprestadas, sentindo o mundo com sentimentos alheios, e cujo único projecto de vida era, simplesmente, deixar-se viver. Sou outro! Sou, desde há dois meses, pai de uma belíssima menina à qual, em sua homenagem, chamei Sophia. Nunca compreendi o furor de procriar, essa pulsão sobre a qual invariavelmente assentam todos os grandes movimentos sociais, e se fundamentam as teologias, as filosofias, os mistérios sagrados. Ainda não compreendo. Todavia sou pai e de alguma forma obscura sinto que esta criança é o meu futuro, e a razão do meu passado.

O nascimento de Sophia serviu de pretexto para uma grande festa que reuniu nesta casa algumas dezenas de pessoas. Vieram do Rio de Janeiro o jornalista José do Patrocínio, o advogado Luís Gama, o engenheiro André Rebouças, todos eles nomes importantes do movimento contra a escravatura; de uma cidadezinha aqui ao lado veio também um sábio bahiano, Manuel Querino, que julgo ser o primeiro historiador brasileiro a interessar-se pelo destino dos escravos neste país. Querino estuda há vários anos os rituais, as festas, as artes e a culinária dos negros. Ele acha que a originalidade do Brasil, ou seja, a sua nacionalidade, é resultado essencialmente da influência africana e da mestiçagem.

Enquanto os teóricos da desigualdade das raças humanas, como Joseph Gobineau, denunciam a corrupção do sangue europeu na América do Sul e vaticinam a rápida decadência do continente, o nosso bahiano olha para o mundo sentado à soleira da sua casinha, lá em Matatú Grande, e proclama fleumático o nascimento de um homem novo e de uma nova civilização. Querino, como V. certamente já adivinhou, é ele próprio mulato, e acredita que a gente da sua raça está destinada a dominar o Brasil. O que ele ainda não compreendeu é que com o fim do tráfico negreiro, e em

consequência do constante aumento do número de colonos europeus e da mistura de sangues, este país ficará inteiramente branco dentro de quatro ou cinco gerações. Assim, a abolição da escravatura há--de assinalar também o princípio do fim do homem negro no Brasil. Permanecerão talvez as danças, e veremos senhoras de pele branca a praticar a umbigada nas rodas do batuque; hão-de continuar os velhos deuses africanos, cultuados por um povo que se esqueceu de África, e ficará uma vaga, distante, memória da escravatura. O resto será apenas cinza e sombra.

Vieram também dois conhecidos meus, perigosíssimos capoeiras, que me asseguraram protecção quando em Junho do ano passado visitei, a caminho de Lisboa, o Rio de Janeiro. Na altura, como V. certamente se lembra, trazia comigo documentos incômodos para a escravocracia brasileira e José do Patrocínio entendeu que seria melhor eu andar acompanhado. Cobrinha Verde e João Sossego, assim se chamam os dois capoeiras, vieram agora para proteger o próprio Patrocínio. O jornalista, que tem a cabeça a prêmio em todo o Nordeste, onde é odiado pelos Senhores de Engenho, e idolatrado pelos escravos e libertos, chegou escoltado por um magote de gente, cantando e dançando, e eu fiquei com a impressão de que nem o Imperador seria aqui tão bem recebido.

Guardo em minha casa um número antigo do Illustrated London News, datado de 1848, e que é inteiramente dedicado à Revolução Francesa. Uma das imagens mostra uma enorme barricada no cimo da qual desfila um grupo de insurrectos. Ao pé da barricada, uma pequena placa avisa: «lotação esgotada». No Brasil dos nossos dias a trincheira do combate contra a escravidão está igualmente lotada. A juventude das principais cidades do Império despertou finalmente para o horror de um regime que os seus pais acreditavam ser eterno (e abençoado pelo Criador), e um pouco por toda a parte surgem agora passeatas, reuniões, sociedades a favor da abolição.

É evidente para mim que o sistema escravista há-de ser derrubado pelos filhos dos escravocratas, da mesma forma que foram os filhos dos colonos, e não os índios, a proclamar a independência (aqui, no Brasil, e em todas as restantes nações americanas). José do Patrocínio, porém, entende que devem ser os negros e os mulatos a dirigir esta revolução e Ana Olímpia pensa como ele. Ontem disse-me: «se forem os brancos a oferecer a liberdade aos pretos nunca mais seremos realmente livres. Temos de ser nós a conquistar a liberdade para que possamos depois olhar para vocês de

igual para igual». Seguindo esta lógica defendeu a seguir a guerra entre as raças. Assustei-me: «E o que acontecerá connosco?». A minha amiga riu-se: «Lutaremos e eu vencerei!».

Receio que Sophia seja igual à mãe. Aos três meses já grita pelos seus direitos, e com tal vigor que afugenta os pássaros e alarma os cães; temo mesmo que com a prática ela alcance o poder do mítico Ruben, filho primogênito de Jacob, o qual com os seus gritos fazia morrer de susto quem o escutasse. Sophia é uma criança forte, saudável, com grandes olhos negros, intensos, atentos à vida em seu redor, e um sorriso confiante, de quem se prepara para conquistar o mundo. Há-de conquistá-lo.

Saudades deste seu afilhado,

Fradique

Carta a Eça de Queiroz

Paris, Outubro de 1888

Meu querido José Maria,

A minha resposta é não. Não, não posso escrever para a tua revista um artigo sobre «A Situação Actual de Portugal em África». E muito rapidamente, porque já te vejo irado a puxar da pistola, explico porquê.

Receio, meu bom amigo, não ser do interesse de Portugal que o mundo conheça a presente situação das nossas colônias. Nós, Portugueses, estamos em África por esquecimento: esquecimento do nosso governo e esquecimento dos governos das grandes potências. Qualquer ruído, mesmo o pequeno rumor de um pequeno artigo na Revista de Portugal, e corremos o risco de que a Inglaterra descubra que no território português da Zambezia não há Portugueses — e lá ficaremos nós sem a Zambezia!

O meu silêncio, portanto, é patriótico. Se permanecermos quietos e calados pode ser que o mundo, ignorando que não estamos no Congo, na Zambezia ou na Guiné, nos deixe continuar a não estar lá.

A presença portuguesa em África lembra-me aliás um episódio recente. Estando eu de visita ao meu Engenho Cajaíba, vi passar um homem a cavalo. O homem deixava-se levar pelo animal, quase deitado, quase caindo, o chapéu tombado sobre os olhos, e por instantes acreditei que estivesse morto ou adormecido. «Incrível!», comentei para Ana Olímpia, «já reparou como aquele homem vai montado?».

— Montado? — estranhou a minha amiga — chamas àquilo montar?! Ele vai é depositado!...

Penso naquele cavaleiro como sendo Portugal montado em África.

Montado, não, depositado. A nossa presença em África não obedece a um princípio, a uma ideia, e nem parece ter outro fim que não seja o saque dos africanos. Depositados em África os infelizes colonos portugueses tentam em primeiro lugar manter-se na sela, isto é, vivos e roubando, pouco lhes importando o destino que o continente leva. E Portugal, tendo-os depositado, nunca mais se lembra deles. Uns tantos, assim esquecidos, depressa perdem a memória da pátria e em pouco tempo se cafrealizam.

Esses são os mais felizes. Entranham-se pelo mato («Deus é grande», costumam dizer, «mas o mato é maior») e assim como trocam as calças e as camisas por mantas de couro, da mesma forma abandonam a língua portuguesa, ou usam-na em farrapos, de mistura aos sonoros idiomas de África.

Verney Lovett Cameron conta no seu livro *Across África* um episódio revelador deste estado de coisas. Diz ele que pouco depois de chegar a Benguela o procurou um oficial branco, natural do país, propondo entregar-lhe a cidade e a fortaleza desde que a administração britânica aceitasse incluir carne na ração dos soldados pelo menos três vezes por semana, em lugar de uma, que era aquilo que eles tinham. Envergonhado, Cameron recusou. Tivesse ele aceite, e certamente veríamos os nossos generais, em Lisboa, oferecendo aos Ingleses a Ilha da Madeira, ou a cidade do Porto, o Douro e as suas vinhas, em troca de um prato diário de carne, fruta e doce à sobremesa, e uma xícara de café.

O que é que nós colonizamos? O Brasil, dir-me-ás tu. Nem isso. Colonizamos o Brasil com os escravos que fomos buscar a África, fizemos filhos com eles, e depois o Brasil colonizou-se a si próprio. Ao longo de quatro demorados séculos construímos um império, vastíssimo, é certo, mas infelizmente imaginário. Para o tornar real será necessário muito mais do que a nossa consoladora fantasia de meridionais. A Inglaterra e a França, nações cerebrais, materialistas, não compreendem, nunca hão-de compreender, a pura e sentimental abstracção que leva um povo inteiro a assegurar, percorrendo com a mão orgulhosa o mapa do mundo: é nosso! E é com a Inglaterra, com a França e com a Alemanha, e já não com a maternal Espanha, que hoje nos teremos de bater se quisermos colonizar a África.

Para construir uma África portuguesa seria necessário que Portugal se fizesse africano. Atrever-me-ia a sugerir, como primeira e urgente medida, que se mudasse para Luanda a capital do Reino, o Rei e a Corte, a Câmara dos Deputados, todos os Ministérios e, naturalmente, os pastéis de Belém. Numa segunda fase seria necessário mudar também os Portugueses, inclusive os virtuosos e os trabalhadores, transferindo para Portugal os criminosos a cumprir pena de degredo em Angola e Moçambique. Portugal, território pequeno e nessa altura já quase despovoado, poderia então, sem prejuízo, ser governado por um qualquer empacaceiro em comissão de serviço.

Os nossos políticos gostam de dizer que estamos em África para civilizar os selvagens e propagar a mensagem de Cristo — tretas! Foi o impulso biológico da propagação da raça que empurrou as caravelas portuguesas. Estamos em África, na América e no Oriente pelo mesmo motivo por que os fungos se alastram e os coelhos copulam — porque no íntimo sabemos (o nosso sangue sabe-o) que colonizar é sobreviver! A fúria que animou o Gengiscão na sua prodigiosa cavalgada através da Mongólia, da Coreia e dos Urais, é a mesma que explica hoje a disseminação do bacilo de Koch. Todo o ser vivo é imperialista. Viver é colonizar.

Desgraçadamente Portugal espalha-se, não coloniza. Somos assim, enquanto nação, uma forma de vida mais rudimentar que o Bacilo de Koch. Pior: uma estranha perversão faz com que os Portugueses onde quer que cheguem, e temos chegado bastante longe, não só esqueçam a sua missão civilizadora, isto é, colonizadora, mas depressa se deixem eles próprios colonizar, isto é, descivilizar, pelos povos locais.

Já Pero Vaz de Caminha confessava ao pisar as terras de Vera Cruz, a sua admiração pelos índios (e sobretudo pelas índias): «Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos».

Era a formiga invejando a cigarra. Nem sequer surpreende saber que quando partiu a frota de regresso a Lisboa, ficaram em terra, além de dois degredados, mais dois grumetes, «que esta noite se saíram desta nau no esquife, fugidos, e não vieram mais». E teria certamente ficado toda a tripulação, folgando muito e comendo inhame e frutos e sementes, além das índias, não fosse o temor a Pedro Álvares Cabral e a El Rei D. Manuel I.

E aqui tens, resumidamente, os motivos porque ainda desta vez não acrescentarei o meu nome ao ilustre rol de colaboradores da Revista de Portugal.

Aguardo as tuas notícias, e o teu perdão.

Um abraço,

Fradique

Eça

«Assim, cheios de ideias, de delicadas ocupações e de obras amáveis, decorreram os derradeiros anos de Fradique Mendes em Paris, até que no Inverno de 1888 a morte o colheu sob aquela forma que ele, como César, sempre apetecera — inopinatam ataque repentinam. (...) O dr. Labert declarou que fora uma forma raríssima de pleuris. E acrescentou, com um exacto sentimento das felicidades humanas: "Toujours de la chance, ce Fradique."»

Eça de Queiroz, em
A Correspondência de Fradique Mendes

Carta da senhora Ana Olímpia, comerciante em Angola, ao escritor português Eça de Queiroz

Luanda, Agosto de 1900

Exmo Senhor,

Receio que já não se recorde de mim. Em 1888 recebi uma carta sua informando-me que tencionava publicar em livro a correspondência de Carlos Fradique Mendes, e perguntando-me se eu o podia ajudar nessa tarefa. Era, dizia V., «uma forma de homenagear o português mais interessante do século XIX», e era também um acto de patriotismo, «pois nos tempos incertos e amargos que vão, Portugueses destes não podem ficar para sempre esquecidos, longe, sob a mudez de um mármore». Respondi-lhe que acreditava ser desejo de Carlos manter-se morto depois de morto, longe, sob a mudez de um mármore. Poucos meses depois, ao folhear a Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, soube que V. tinha decidido ignorar a minha opinião.

Fez bem. Na altura, é certo, revoltei-me. A publicação daquelas cartas pareceu-me uma profanação, um acto perverso de necro-filia. Carlos Fradique Mendes, assim exposto, como um cadáver na laje fria de um museu anatômico, era ele ainda, era talvez ele, e era já irremediavelmente outro — um morto, nu, deitado de costas, sujeito à voraz indiscrição da turba.

Passaram-se os anos, envelheci, voltei a ler aqueles jornais antigos, reli as cartas que Carlos me escreveu, e pouco a pouco comecei a compreender que V. tinha razão. Fradique não nos pertence, a nós que o amámos, da mesma forma que o céu não pertence às aves. As suas cartas podem ser lidas como os capítulos de um inesgotável romance, ou de vários romances, e, nessa perspectiva, são pertença da humanidade. Aquelas que agora lhe envio, recolhidas entre as muitas que Fradique me escreveu ao longo de vinte anos (e às quais junto outras dirigidas a Madame de Jouarre

e que ela recentemente me ofereceu), contam uma história que talvez a si, e aos leitores europeus, pareça um tanto extraordinária. Não é a história da minha vida. É a história da minha vida contada por Fradique Mendes. Conseguirá V. compreender a diferença?

Vi Carlos Fradique Mendes, pela primeira vez, numa tarde sombria de Maio, em 1868, no cais de Luanda. Eu completara há pouco dezoito anos e só conhecia o mundo pelos livros. Naturalmente, julgava que conhecia o mundo. O meu marido, Victorino Vaz de Caminha, chegava naquele dia, vindo de Lisboa, e eu tinha-o ido esperar à frente de um cortejo de amigos, empregados, moleques e moças, toda esta gente rindo e gritando, pois a chegada de um vapor era — e continua a ser — motivo de grande festa.

O navio já lançara âncora; com o meu óculo consegui distinguir Victorino, na coberta, acenando para terra. Reconheci outros rostos. Na sua maioria comerciantes que regressavam depois de um período de férias em Portugal. Os degredados formavam um grupo à parte. Encostavam-se uns aos outros, como cães, e farejavam o ar. Eu odiava-os. Lembrei-me, com horror, de uma outra tarde (depois falarei sobre isso), e de repente chamou-me a atenção a figura de um velho de cabeleira branca, rosto muito vermelho, enfiado num casaco de abas curtas, com umas calças de xadrez verde e preto e sapatos de verniz. Ao lado dele estava um homem alto, elegante, de bigode curvo, vestido inteiramente de linho branco. Passei o óculo a uma amiga, Irene Vandunem, esposa do chefe da polícia, que se vangloriava de conhecer todos os cavalheiros (dignos de ser conhecidos), a viver, ou que tivessem passado por Luanda. Ela nunca o tinha visto. Os dois tomaram lugar num escaler, que se deteve a escassos metros de terra, e fizeram o resto do percurso às costas dos marinheiros. Passaram por nós molhados, aturdidos, fazendo por ignorar o riso trocista das moças. Victorino Vaz de Caminha veio no segundo escaler. Dispensando a ajuda dos marinheiros saltou para a água e correu a saudar-nos. Irene quis logo saber se ele conhecia os dois viajantes. Eram, como certamente V. já adivinhou, Carlos Fradique Mendes e o seu fiel Smith.

Voltei a ver Fradique, um mês depois, no Baile do Governador. Ele conversava com Gabriela Santamarinha, comerciante nesta cidade, criatura abjecta, malévola, a tal ponto desfavorecida de corpo e de alma que o povo acredita ter sido ela gerada por uma sentina. A senhora Santamarinha parecia uma nuvem vinda dos princípios do século, ou um suspiro (refiro-me ao bolinho de açúcar e clara de ovos), entalada num longo vestido

creme de musselina e organdi, com anquinhas, folhos e rendas, o rosto empoado, a cabeleira erguida num prodígio de arquitectura capilar. Vi Fradique tão assustado que tive pena dele. Sorri-lhe e ele sorriu para mim.

Eu sabia que Arcénio Pompílio Pompeu de Carpo, na altura uma das maiores fortunas de Luanda, lhe havia oferecido alojamento. Arcénio dizia a toda a gente que tinha em casa o último Português do Velho Portugal. Jurava a pés juntos que Fradique era íntimo de Victor Hugo; que acompanhara Garibaldi na conquista das duas Sicílias; que ainda há poucos meses se batera na Etiópia ao lado da expedição punitiva, anglo-indiana, do marechal Robert Napier. A mim impressionou-me mais saber que ele estivera com Bakunin em Londres, em 1860, bebendo vodka, discutindo Deus e o Estado, ouvindo o grande homem contar como escapara à morte nos campos gelados da Sibéria.

Pedi a Arcénio que nos apresentasse. Porém, quando Carlos se curvou para me beijar a mão só me lembrei, nervosamente, estupidamente, de lhe perguntar o que achara de Bakunin. Ele olhou para mim espantado: «Não me diga que é anarquista?!». Riu-se. Baixou a voz, conspirativo: «Se veio aqui com a missão de assassinar o governador e fazer explodir o palácio pode contar com todo o meu apoio».

Victorino não simpatizou com ele. Irritavam-no as opiniões definitivas de Fradique, o seu cepticismo, a facilidade com que, recém-desembarcado, já teorizava sobre todos os grandes problemas de Angola. Irritava-o ainda mais aquilo que ele próprio definia como «a encadernação»: a casaca perfeitamente ajustada ao tronco, a camisa sem mácula, a pérola negra no esplendor do peitilho. Quase se ofendeu quando lhe propus que o convidasse para cear em nossa casa: «Aquilo não é um homem», murmurou, «é uma invenção literária». Suspeito que sentia ciúmes.

Apesar disso — Victorino nunca me recusou nada —, duas semanas mais tarde Fradique aparecia para a ceia, acompanhado pelos Arcénio de Carpo, pai e filho: o primeiro discreto, como sempre; o segundo de longo bigode envernizado, vestido espantosamente com umas calças listradas e um casaco justíssimo, que o faziam parecer ainda mais magro e mais comprido. Todo ele exalava um estranho odor, doce e quente, de tal forma intenso que uma das minhas molecas fugiu adiante tapando o nariz.

«Selvagem!», gritou-lhe o jovem Arcénio: «é perfume francês!».

Naquele tempo, à noite, Luanda inteira cheirava a jinguba (amendoim), pois era com o óleo extraído das sementes desta planta que se iluminavam as ruas. Fradique dizia que as cidades, como as mulheres, se podiam distinguir pelo odor. Os portos da África ocidental francesa, dizia ele, cheiram fortemente a cebola frita em manteiga, mistura que os jovens friccionam no corpo como se fosse um perfume; o Rio de Janeiro cheira a goiabas maduras, e Lisboa a sardinha, manjerico e deputados. Arcénio de Carpo, pai, lembrou que no Sul de Angola, entre os cuamatos, as mulheres untam os cabelos com esterco de vaca, e que esse cheiro representa para elas a mais delicada fragrância.

Fradique quis ouvir a minha opinião. Disse-lhe que, tal como os buschmen, eu preferia a todos os perfumes o simples aroma da chuva. Três meses depois recebi em Luanda um frasquinho de cristal, lacrado, contendo água. No rótulo Fradique tinha escrito: «Primeira chuva de Outono em Paris, 20 de Outubro de 1868». Mais tarde enviou-me de uma escalada aos Alpes as sobras de um temporal; e quando em 1871 subiu o Nilo, sozinho, até ao país dos núbios, ofereceu-me como recordação algumas gotas de orvalho recolhidas numa manhã macia, em Omdurman. Esta preciosa colecção de chuva, conservada em mais de cinquenta frasquinhos de várias cores e formatos, em cristal e porcelana, inclui ainda um pouco de água-benta, caída numa tarde de Abril sobre o Vaticano; a melancólica morrinha de Londres (no dia em que morreu Victor Hugo); a salsugem de uma tempestade no mar, ao largo de Salvador, depois que Fradique, pela última vez, se despediu de mim.

Mas isto foi muito mais tarde. Agora quero contar-lhe como o conheci. Naquela noite, à ceia, falámos de perfumes e de escravos, da situação dos comerciantes em Angola, e da revolução anarquista. Fradique não entendia (nunca conseguiu entender) como é que Victorino podia ao mesmo tempo defender os ideais libertários e o tráfico negreiro. O meu marido, trocista, explicou-lhe que ao enviar Africanos para o Brasil estava secretamente a preparar a revolução: «Os escravos constituem o fermento da grande sublevação. Em primeiro lugar porque são almas livres, ainda não submetidas a essa ideia monstruosa de um Deus e de um Paraíso com que os governos dos países cristãos iludem os pobres. Em Deus, ou melhor, na ficção de Deus, está a verdadeira escravidão. A liberdade dos homens só será completa quando tivermos assassinado Deus. Já Voltaire dizia que, a demonstrar-se a existência de um Criador, haveria então que o fazer

desaparecer. Em segundo lugar, ao contrário dos trabalhadores e dos camponeses europeus, os negros não têm realmente nada a perder. A revolução há-de explodir na América e no Brasil, conduzida pelos escravos, e a seguir propagar-se-á pelo mundo».

Pensava, certamente, que iria escandalizar Fradique. Não o conseguiu. «Sempre existiram escravos», disse Fradique. «E alguns, como Espártaco, o trácio, organizaram revoluções, mas depressa foram vencidos e tudo ficou na mesma. É essa a definição de revolução: um movimento de rotação completo em torno de um eixo imóvel. Quanto à morte de Deus estou tentado a concordar consigo. Satanás, o primeiro livre-pensador, incitou o homem a desobedecer a Deus e a comer o fruto da ciência, e dessa forma mostrou-nos o caminho da libertação. O problema é que a liberdade total assusta o Homem. Não significa outra coisa a fábula de Deus e do Diabo.»

Duas semanas após este jantar Victorino deixou Luanda a caminho de Mossâmedes. Tinha, nas suas palavras, um carregamento de novos combatentes da liberdade a enviar para o Brasil. Alguns dias depois recebi uma carta de Fradique, perguntando se o podia receber, porque estava preparando uma viagem a São Salvador do Congo e precisava de alguns conselhos meus. Escrevi-lhe um cartão dizendo-lhe que viesse. Eu nasci em Luanda, mas a minha mãe ensinou-me a falar a língua dos congos e dos cabindas, e por diversas vezes visitei a pátria dos meus pais, razão por que frequentemente me procuravam (ainda procuram) funantes e aventureiros, portugueses ou de outras nacionalidades, interessados em viajar por terra para além do Ambriz.

Recebi-o na biblioteca. Queria mostrar-lhe uma rara colecção de mapas (perdi-a, desgraçadamente, quando em 1875 fugi para o Brasil), mostrando a ocupação do Congo desde há dois séculos, e a forma como pouco a pouco se está fazendo o desenho daquela região. Fradique interessou-se pelos mapas. Disse-me que era sua intenção estudar as ruínas de São Salvador, em tempos a capital de um dos mais poderosos reinos de África, e cujas igrejas e edifícios (segundo se diz) combinavam o saber europeu e indígena, numa arquitectura inteiramente nova.

Estávamos ambos debruçados sobre os mapas. Então, de repente, Fradique ergueu os olhos para mim. Riu-se: «O jovem Arcénio», disse, «está louco por si». Não soube o que responder. Há muito tempo que eu tinha reparado no interesse de Arcénio. Nas festas ficava a olhar-me,

fúnebre, enquanto eu dançava. Na rua cumprimentava-me com excessiva cerimonia. Irene, a minha amiga, trouxe-me um dia uma carta dele. Era um poema de amor, um mau poema, e eu li-o e rasguei-o. Irene zangou-se comigo: «a água suja», sentenciou em quimbundu, «também apaga o fogo».

Fradique olhou-me intensamente: «V. é a prova de que Deus existe», disse: «e de que é completamente louco». Inclinou-se para mim e beijou-me e eu beijei-o a ele. Mais tarde voltámos a ver os mapas, e depois jogámos xadrez. Perguntei-lhe o que é que ele tinha querido dizer quando falara na loucura de Deus. Fradique riu--se: «Só um Deus completamente louco seria capaz de conceber um anjo e depois de o lançar no inferno».

Na semana seguinte Fradique partiu para São Salvador do Congo, e dali caminhou até Cabinda, onde embarcou num brigue com destino a Lisboa. Apenas o voltei a ver em 1872. Victorino morrera dois anos antes, afogado no Quanza, quando um dos nossos palhabotes, carregado em excesso com barris de aguardente, se virou ao largo da Feira do Dondo. Ele tinha a certeza de que o álcool o iria matar — e assim foi.

A morte de Victorino deixou-me prostrada durante semanas. Ao recuperar descobri que era uma das pessoas mais ricas deste país. Vendi os navios com que o meu marido fez fortuna, comprei terras na foz do Loge e do Quanza, em Malange e em Icolo e Bengo, e aproveitando-me das minhas boas relações com os povos do norte montei feitorias em Mazamandombe, Cabeça da Cobra e Mangue Pequeno, já muito perto de Santo António do Zaire.

Ao desembarcar de novo em Luanda Fradique encontrou-me vestida com os meus panos negros de nga muturi (viúva), fazendo contas à cera e ao marfim, ao sal e à água-ardente, organizando quibucas, negociando com pombeiros e cambuladores, tudo isto, como V. pode imaginar, morta de medo, porque era ainda muito jovem e sem experiência.

Fradique vinha desta vez em perseguição de um enigma. Cinco anos antes, ao visitar São Salvador do Congo, conhecera um velho pombeiro chamado Quissongo (eu também o conheci), com muitos anos de mato, e uma inesgotável colecção de histórias fantasiosas. Quissongo mostrou-lhe o diário de viagem de um aventureiro italiano, Carlo Esmeraldi, de quem fora amigo, e que desapareceu faz tempo nos sertões de Benguela. O diário, dizia Quissongo, tinha-lhe sido entregue por um carregador da expedição de Esmeraldi. O homem sofria de hoxa (nome que por aqui se dá à doença-dono, tripanossomíase, provocada pela picadela da mosca tsé-tsé), e mal o

recolheram, sujo, magro, com o corpo coberto de feridas, afundou-se numa dormência invencível, da qual só emergia para implorar água fresca e gritar incoerências.

O diário de Esmeraldi, que Fradique comprou pelo preço de um boi, é (guardo-o comigo) extremamente curioso. A caligrafia apertada e regular, até elegante, das primeiras anotações, transforma-se pouco a pouco, à medida que Esmeraldi se entranha pelo sertão (e pelos territórios ainda mais remotos da sua própria alma), em gatafunhos dispersos e confusos, e se ao princípio ele escrevia apenas em italiano, nas últimas páginas mistura frases nesta língua com observações delirantes em francês e mesmo em português. Esta mudança acontece por altura do segundo mês de viagem, próximo a uma localidade do interior onde Esmeraldi afirma ter descoberto o beque inteiro de um navio de alto bordo: «Estou», escreve o aventureiro, «profundamente impressionado. Quem trouxe esta peça para aqui? E de que maneira a trouxe? E com que fins?». Explica depois tratar-se de um grande e sólido beque, tendo no centro a figura enigmática de um cabiro, demônio fálico idolatrado na antiga Samotrácia, e que era tido como protector dos marinheiros e navegantes.

«A tantas milhas da costa», escreve ainda Esmeraldi, «a insólita presença desta peça é um desafio à imaginação».

A partir daqui a sua caligrafia torna-se mais nervosa, o texto tem hiatos, há páginas rasgadas, e o sentido das frases perde-se por entre uma profusão de observações desconexas. Repetida e obsessivamente Esmeraldi denuncia a existência daquilo a que chama perversões geológicas: «existem aberrações geológicas, erros na construção do mundo. Que perigosos prodígios se ocultam no coração das montanhas?». E adiante: «Aqui onde agora me encontro não há pássaros no céu. As grandes árvores estão curvadas para Ocidente e se pegarmos numa pedra e a lançarmos na vertical vê-la-emos descrever uma elipse e cair naquela mesma direcção. A dois dias de onde neste momento nos encontramos desatrelámos um pesado carro boére da respectiva junta de bois e ele subiu sozinho uma colina com um desnível de 14 graus!».

O estilo agrava-se nas últimas páginas: «Não me peçam nomes. Neste lugar maldito os nomes são malditos e de todas as formas nenhum mapa os conhece. A terra, aqui, devora-se a si própria. Não é uma fenda que eu imagino existir ao fundo da ravina: é uma boca!».

Creio (mas é apenas uma suposição) que estava doente com hoxa. Foi o que disse a Fradique quando ele pela primeira vez me mostrou o diário. O nosso amigo não me deu ouvidos — achava que o italiano tinha realmente descoberto um estranho fenômeno natural.

«Todos os carregadores me abandonaram, excepto um», escreveu ainda Esmeraldi: «Hoje vou descer sozinho ao fundo da ravina. O que me espera não é com certeza a entrada para o inferno. Uma aberração gravitacional desta ordem pode explicar-se pela existência no fundo da fenda de uma massa de grande densidade. Talvez tenha caído aqui um meteorito, uma pedra não necessariamente de grandes dimensões, mas muito, muito pesada. Tão densa e tão pesada que seja capaz de atrair tudo o que lhe esteja próximo, alimentando ainda mais o seu peso e densidade».

Fradique queria refazer o trajecto de Esmeraldi a partir das informações contidas no diário. Riu-se quando o tentei dissuadir: «O rei das borboletas», disse-me, «enviou certo dia um emissário para descobrir a natureza do fogo. O emissário voltou tempos depois dizendo que encontrara o fogo, uma matéria volátil e enfurecida, que tivera medo e não se atrevera a avançar mais. Partiu então um segundo emissário, e este regressou exausto, meio louco, com as asas chamuscadas, mas ainda dessa vez o rei não ficou satisfeito e ordenou ao próprio filho que fosse e só regressasse depois de descobrir o que era realmente o fogo. Ele foi e nunca mais voltou. O rei ficou satisfeito — o seu filho, sim, tinha descoberto a verdadeira natureza do fogo».

Fradique, felizmente, adoeceu em Benguela, com malária, e não pôde prosseguir viagem. Regressou a Luanda magro, abatido, mas disposto a tentar, noutra altura, a sua sorte. Era em Agosto. Nos cinco meses que se seguiram fui feliz, e julgo que Fradique também. Esses dias, percebo-o hoje, partiram a minha vida ao meio. Quando penso no passado, existe o antes e o depois, e antes eu era uma criança, e não sabia o que era a felicidade, e depois perdi a inocência e já não sei ser feliz outra vez.

Lembro-me, em menina, de visitar o meu pai na prisão. Ele recebia-nos quase todos os domingos, sentado numa cadeira, no pátio da fortaleza, vestido com um casaco militar e um pano amarrado à cintura, e segurando na mão direita uma grossa bengala de madeira. Visitavam-no dezenas de pessoas, gente que vinha do Congo especialmente para o ver, e aquilo era para mim uma espécie de festa, porque havia sempre cânticos e danças, e eu gostava de dançar e de cantar.

O meu pai morreu numa manhã de cacimbo, não me posso esquecer, porque nessa noite o clamor dos batuques não deixou ninguém dormir, e na noite seguinte foi a mesma coisa. As velhas xinguilavam e ululavam como loucas à minha passagem. Os brancos andavam nervosos. Uma tarde um grupo de degredados cercou-nos na Calçada dos Enforcados, a mim e à minha mãe, e enquanto dois deles me seguravam, os outros despiram-na ali mesmo, e bateram-lhe, a soco e a pontapé, deixando-a por fim, como morta, estendida de bruços na poeira.

Alguém foi a correr chamar Victorino. Ele apareceu pouco depois à frente de um grupo de escravos do cuamato, homens altíssimos, perigosíssimos, todos armados de lanças, machetes e velhas lazarinas, e gritando, saltando, cantando, como se fossem para uma guerra. «Vamos matá-los a todos», disse Victorino, enxotando as velhas e as crianças que se tinham juntado à nossa volta. Deu ordens para que colocassem a minha mãe numa machila e a levassem para casa, tirou a pistola do cinto, voltou a juntar os homens, e começou a descer a ladeira.

Os degredados estavam na taberna de um galego, muito próximo dali, a festejar o acontecido. Ao aperceber-se da chegada do grupo um deles ainda conseguiu fugir — parece-me que o estou a ver, correndo como um danado à frente dos cuamatos, das crianças e dos cães, voando através do capinzal, até alcançar, por fim, a fortaleza. Os outros barricaram-se na taberna e responderam a tiro. Victorino espalhou os homens pela calçada, atrás das árvores e dos muros, e gritou às crianças para que se fossem embora.

Os cuamatos faziam enorme alarido, excitadíssimos, e era como se tivessem voltado às chanas do Sul. Subitamente um deles largou a correr em direcção à taberna, cravou a sua lança na porta, e regressou tão rápido quanto partira. Logo outro o imitou, e depois um terceiro, e estava-se nisto quando apareceu ao fundo da calçada a figura imponente do major Cristiano Pereira dos Santos Vandunem, chefe da polícia, sujeito tão habituado ao mando que dele se dizia ser capaz de acender um charuto ordenando-lhe simplesmente que se acendesse.

Vandunem veio subindo a calçada, lentamente, ladeado por dois cabos- da-guarda, pretos como ele, e só quando estava a escassos metros da taberna é que puxou da pistola. «Vossa excelência», gritou para Victorino, «faça-me um favor e volte para casa que já hoje me causou bastante transtorno». Arrancou as lanças da porta e depois derrubou-a com um

valente pontapé. Guardou a arma no cinturão, entrou, e trouxe de lá os degredados, à chapada, como se fossem meninos.

Foi naquele dia que Victorino pela primeira vez reparou em mim. Até então era como se eu não existisse. A partir dali, porém, passou a distinguir-me entre as outras crianças, e quando completei dez anos pediu à minha mãe que me deixasse frequentar uma pequena escola, na Caponta, que ele próprio fizera construir para os filhos dos empregados. O professor, um jovem padre, Nicolau dos Anjos, que mais tarde ganhou fama de bruxo e milagreiro, era um homenzinho minúsculo, tão pequeno que mesmo entre os pigmeus seria considerado anão. Qualquer criança, qualquer um dos seus alunos, era mais alto do que ele, mas isso em nada lhe retirava a autoridade.

O padre e Victorino odiavam-se respeitavelmente. Eu explico--me: Nicolau odiava Victorino porque este passava o tempo a fazer troça da Igreja, lia Proudhon e Baudelaire, jurava que ainda havia de enforcar o último padre com as tripas do último burguês. Por outro lado admirava -lhe a coragem, a firmeza de carácter, o facto de sempre se colocar ao lado dos Angolenses, negros e mestiços, quando havia algum conflito com os Portugueses. Victorino, em contrapartida, odiava o padre pelo simples facto de este usar batina, e ainda mais o odiava por ser bonapartista, reaccionário, inimigo declarado da corrente naturalista na literatura. Ao mesmo tempo prezava nele o amor ao próximo, o desprendimento pelas coisas terrenas, o fervor com que se dedicava à educação do povo. Aquele ódio mútuo, cultivado porém com civilização e afabilidade, desconcertava toda a gente, e servia de tema para várias anedotas que circulavam pela cidade.

Há-de querer saber porque me casei com Victorino. A resposta é simples: porque me sentia amada (e protegida). Ao princípio, é certo, tinha medo dele, das suas longas barbas de profeta, do seu olhar incendiado, do seu passado tumultuoso e das suas fúrias repentinas. Depois, pouco a pouco, fui-me deixando seduzir pela torrente arrebatadora daquela paixão tardia. Victorino orgulhava--se da retórica de feirante com que assombrava os estranhos, narrando aventuras impossíveis, viagens que nunca fizera, encontros jamais havidos, e o facto é que, naquela altura, também esse discurso me conquistou.

Eu gostava de o visitar na biblioteca, para o ouvir falar dos livros. A biblioteca estava instalada numa sala alta, espaçosa, com as paredes cobertas por fortes estantes em mogno. A toda a volta corria um varandim, apoiado em colunas, de forma a permitir o acesso às estantes mais altas. No

tecto, Victorino mandara abrir uma janela redonda, em cúpula, que podia ser cerrada ou descer-rada através de um sistema mecânico. Ia visitá-lo e ficava a olhar para as lombadas alinhadas nas estantes, tentando decifrar os títulos, muitos em línguas que eu desconhecia, e sonhando com países remotos. Victorino prendia redes às colunas, magníficas redes de dormir, com varandas trabalhadas, e deixava sobre elas os livros que estava a ler. A biblioteca, assim ornamentada, parecia um navio, desses que descem o Amazonas carregados de borracha, de papagaios e de índios, entre Manaus e Belém do Pará.

Estendida numa das redes eu via chegar o crepúsculo, via a luz dourada pousar sobre os livros, ouvia os cães ladrar ao longe, e depois o céu tornar-se negro e fundo e cobrir-se em pouco tempo de uma poeira de estrelas. As estrelas e os livros. O universo, o desconhecido, estava ali, à minha volta, e Victorino era a única pessoa que me podia abrir as portas para aquele mundo: o Mundo.

Julgo que o nosso casamento escandalizou muita gente. Nicolau dos Anjos recusou-se a officiar a cerimonia — na altura não compreendi porquê —, e foi um pároco de Braga, um homenzinho redondo, afogueado, que trocava os vês pelos bês, quem nos uniu, como se costuma dizer, pelos laços sagrados do matrimônio.

Luanda inteira foi convidada para a quizomba, que é o nome que neste nosso país se dá a uma festa importante. Veio uma embaixada do Congo, com dançarinos e batuqueiros, cinco bois, uma enorme presa de elefante, porcos, cabritos, galinhas, muita fruta e demais quitandices. Chegou de Salvador da Bahia um velho enigmático, que Victorino me apresentou como sendo seu mestre, e que assim como chegou assim partiu; dos sertões do interior vieram pombeiros, comerciantes, gente para quem Victorino era uma espécie de Deus. Durante dois dias e duas noites toda esta multidão bebeu, comeu e dançou, até que Victorino, irritado com o ruído, mandou distribuir o que restava da comida e da bebida pelos musseques e despediu as pessoas.

O meu marido tratou-me sempre como se eu fosse uma princesa; abriu-me as portas do mundo, ensinou-me o que sabia das letras e das artes. Tudo o que desejei, e sendo coisa alcançável, ele me deu. Poucos meses após o nosso casamento mandou vir de Paris um jovem francês, François de Bigault, para que me ensinasse a língua. François desembarcou com uma arca cheia de livros, e em pouco tempo alvoroçou a cidade, porque além de

professor era também artista (vagamente), e todas as senhoras queriam os seus serviços, para poderem ler Balzac no original, ou para que ele lhes desenhasse o retrato (ou para ambas as coisas).

Irene Vandunem fez-se também retratar, na sua sala, com um macaco adormecido no regaço e duas molecas aos pés. O marido não gostou da obra e apareceu em nossa casa, vestido como se fosse para um funeral: «Vossa Excelência», disse a Victorino, «tenha cuidado com o seu hóspede, o francês. Há nesta cidade muita gente que lhe deseja o pior». François partiu na manhã seguinte, quase em segredo, numa quibuca que ia para Quiloango, e dali embarcou com destino a Lisboa. Alguns meses depois de ter desaparecido, quatro das minhas escravas deram à luz crianças mestiças, três meninos e uma menina, todos saudáveis e alegres, com o belo rosto comprido e os olhos amendoados de François. Noutras casas aconteceu o mesmo. Hoje, tantos anos depois, François ainda é lembrado em Luanda, sempre que um homem foge aos seus deveres e desaparece, abandonando uma mulher com um filho no ventre: «Fulano», diz-se, «saiu à francesa».

Mais tarde Victorino trouxe de Nápoles um professor de piano. Este era igualmente alegre, mas, para tranquilidade dos chefes de família, talvez até um pouco mais alegre do que é costume serem os homens na nossa sociedade. Usava largos laços de seda, em cores absurdas, coletes de fantasia, luvas brancas mesmo na estação das chuvas; aparecia para o almoço, todas as manhãs, embrulhado em roupões de veludo, sacudindo um leque em penas de pavão, protestando delicadamente contra o insuportável calor de África. Chamava-se, embora tal não pareça possível, Angelo de Ia Morte, mas depressa os escravos lhe deram o nome de Ohali, o groucoroado, e foi assim que ficou conhecido nesta nossa cidade de São Paulo da Assunção de Luanda.

Aprendi, com Ohali, a transpor para o piano algumas modinhas angolenses, de que Fradique gostava muito. Mais tarde, no Recife e no Rio de Janeiro, reencontrei duas ou três destas canções, com outros versos e arranjos, fazendo muito sucesso nos bailes de carnaval. Ohali ensinou-me também a moderna arte da fotografia, que ele praticava com mais rendimento do que a música. Em 1887, quando pela primeira vez visitei Paris, a minha colecção de tipos do Congo impressionou favoravelmente o senhor Felix Tournachon (Nadar), a quem fui apresentada numa festa em casa de Madame de Jouarre.

Voltemos a Agosto de 1872. Dizia eu que os meses que se seguiram, depois que Fradique regressou de Benguela, foram os mais felizes da minha vida. A eternidade deve ser, de alguma forma, uma espécie de fotografia (um lugar sem tempo) dos momentos bons e maus que nós vivemos. E assim, pela eternidade, os estaremos vivendo sempre, e o inferno será isso e o paraíso também. O meu paraíso são esses meses que vivi ao lado de Fradique; o meu inferno o tempo em que fui escrava de Gabriela Santamarinha.

Um dia Fradique perguntou-me porque é que eu não libertava os meus escravos. Expliquei-lhe que haviam sido criados comigo, debaixo do mesmo tecto, e que eu me sentia ligada a eles como se fossem da minha própria família (de resto usávamos igual apelido). Citei-lhe a Bíblia: «Pode acontecer que o escravo te diga, 'Não quero deixar-te', porque sentindo-se feliz em tua casa ele se apegou a ti e à tua família; então tomarás uma punção, furar-lhe-ás a orelha junto à porta e será teu escravo para sempre» (Dt 15).

Fradique, aborrecido, perguntou-me o que é que eu sentia, tendo sido escrava, e sendo filha de uma escrava. O que é que eu lhe podia dizer? Se fosse hoje, ter-lhe-ia respondido com um provérbio crioulo da Serra Leoa, país que visitei recentemente: stone we dei botam wata, no say wen rain de cam, ou seja, uma pedra debaixo da água não sabe que está a chover.

O escravo da cidade, regra geral, ignora o que significa não ser escravo, ou, pelo menos, não se demora a construir filosofias a tal propósito. Trabalha, porque a isso é obrigado, come, bebe e dorme. Eu só soube o que era não ser livre, quando, depois de ter sido senhora de escravos, regressei (da forma mais brutal) àquela condição.

E um assunto sobre o qual ainda hoje me é penoso falar. Aconteceu tudo como num pesadelo. No dia 26 de Maio de 1876 eu era uma das pessoas mais ricas e respeitadas de Angola. Possuía propriedades na cidade e nos musseques, arimos, bois, grande número de serviçais. O governador recebia-me no Palácio, quase todas as semanas, para discutir questões ligadas ao comércio e à administração da província; presidia a várias comissões, tinha uma cadeira alugada no Teatro da Providência. E no dia seguinte um aventureiro entrou em minha casa acompanhado pelo chefe da polícia (meu amigo), esbofeteou-me, e eu soube que era sua escrava.

Esse aventureiro, cujo nome não pronuncio por pudor e higiene, chegou a Luanda como um foragido, com uma mão à frente e outra atrás, e

um índio a servir-lhe de criado. Porque era irmão de Victorino recebi-o em minha casa, emprestei-lhe dinheiro, apresentei-o às pessoas mais influentes da cidade. Decorridas duas ou três semanas já ele intrigava contra mim, pondo em causa a minha honra e a minha honestidade, duvidando que eu fosse capaz de gerir a fortuna que Victorino me deixara. Expulsei-o, à chibatada, uma noite em que se atreveu, diante de convidados, a levantar a voz para me insultar.

Três semanas depois eu era sua escrava. Não quero aborrecê--lo com explicações sobre os artifícios legais que permitiram a execução deste crime (é suficiente V. saber que, por desleixo, e por ter morrido de forma imprevista, Victorino nunca me passou carta de alforria, nem deixou testamento). Assim, achei-me de repente desapossada de tudo o que era meu, e de mim própria.

A senhora minha mãe faleceu no mês de Junho, com o desgosto de me ver naquela situação, e dessa forma evitou assistir ao pior. Ela estava comigo no momento em que aquele criminoso entrou à força na nossa casa, acompanhado de Cristiano Pereira dos Santos Vandunem, chefe da polícia, e me bateu; eu gritei que o matava, e tê-lo-ia feito (trazia uma pistola na mão) se minha mãe não se tivesse interposto. Cristiano, entretanto, agarrou o bandido pelo braço e disse-lhe que tendo embora direitos sobre mim, não tinha o direito de me maltratar. Disse isto sem levantar a voz, mas foi como se o tivesse mordido.

Mais tarde soube que também Arcénio de Carpo lhe fizera chegar às mãos um bilhete violentíssimo, em termos que não posso repetir aqui, e tudo isto, possivelmente, impediu que ele tivesse ido mais longe. Após a morte de minha mãe veio ter comigo, ao meu quarto e, sem nunca erguer os olhos, deu-me a notícia de que decidira empregar-me ao serviço de Gabriela Santamarinha. Era um ardil para se livrar de mim, daquilo que eu representava, e era ao mesmo tempo uma vingança cruel (ele sabia que Gabriela me odiava).

Imagino às vezes a maldade como sendo um animal. Um amigo meu, austríaco, que passou muitos meses em Angola, estudando a fauna e a flora exótica dos sertões do Sul, defendia a ideia de que um formigueiro (ou um enxame) pode ser considerado um único ser vivo, em que cada formiga (ou abelha) é uma célula. De modo idêntico, penso na maldade como um vasto animal disperso pelo mundo, composto por pessoas, como os formigueiros

são compostos por formigas. Não se conhecendo todas se conhecem, actuam em conjunto, movem-se numa mesma direcção.

Vem isto a propósito de Gabriela Santamarinha e do outro, o bahiano, esse cujo nome me recuso a pronunciar. Os dois reconheceram-se (é este o termo correcto) numa festa de carnaval, ele vestido de árabe, ela de espanhola. A partir daí juntaram o seu ódio em empresas várias, algumas vezes contra mim, ou tão simplesmente contra quem quer que em Luanda parecesse feliz. Gabriela tinha horror à felicidade alheia — como a natureza tem horror ao vácuo. A gargalhada de uma criança, o sorriso de um jovem, tudo isso a irritava e ofendia. Mas o que ela não podia tolerar era um amor correspondido. A minha relação com Fradique deixou-a de cabeça perdida.

A intriga é nesta cidade uma espécie de jogo, praticado em toda a parte, com paixão, por ricos e pobres; foi neste clima propício que se desenvolveu a desvairada imaginação da senhora Santamarinha, o seu talento para a calúnia e para a mentira. A partir de uma frase inocente, ouvida ao acaso na rua, ela construía conspirações, imaginava enredos, urdia todo um universo de coisas sórdidas.

Não sei como soube da minha relação com Fradique; provavelmente não soube: imaginou. O certo é que ainda em vida de meu marido fez circular pela cidade a notícia de que eu pretendia fugir com o «fidalguito», era assim que lhe chamava, e depois que eu tinha realmente fugido com ele. Chegou a enviar a Victorino cartas anónimas (enfim, não propriamente anónimas: o estilo era inconfundível), que o meu marido lia com entusiasmo, pois toda a vida se interessara por monstruosidades. Esta paixão levou-o a juntar uma incrível colecção de objectos insólitos, sem sentido, ou simplesmente repugnantes, com os quais pretendia demonstrar a irresponsabilidade de Deus — ou, em alternativa, a sua inexistência. As cartas de Gabriela eram segundo ele, na maldade e na incoerência, da mesma natureza que um lagarto com duas cabeças.

Mais tarde, quando pela segunda vez Fradique visitou Luanda, Gabriela Boca Maldita (assim lhe chamava o povo) assegurou a Irene Vandunem que ele havia tentado fazer-lhe a corte(!). Virtuosa, Gabriela teria impedido os avanços do «fidalguito» gritando pelo socorro das suas molecas. Logo a seguir, depois que Fradique regressou de Benguela (convalescendo de um ataque de malária), acusou-me de o ter enfeitado. Já antes me lançara acusações semelhantes, com o argumento de que sendo

o meu pai nativo do Congo, e portanto adepto da feitiçaria, por força também eu seria feiticeira.

Uma tarde, cansada destas fantasias, fui procurá-la a casa. Encontrei-a na sala de costura, treinando os seus macacos a dançar a rebita, que era a única coisa que ela fazia quando não estava a atormentar as escravas. Ao ver-me avançou para mim de braços abertos, chamando-me prima, que é como entre nós as amigas se saúdam, e convidando-me a sentar. Disse-lhe que não era necessário: «O que tenho a dizer-lhe é melhor dizer-lhe em pé, e já, porque depois V. não vai querer que eu continue sentada». Disse-lhe que caso ela insistisse em envolver o meu nome nas suas tramas imaginosas, eu teria de mandar os meus criados lavar-lhe a boca com aguarrás. A pobre fez-se cinzenta, gaguejou qualquer coisa, revirou os olhos e desapareceu por fim, soltando guinchos, dentro de casa.

Só voltei a vê-la no dia em que começou o meu inferno. Ela veio buscar-me, com a sua corte de criadas brancas e albinas. «Minha querida amiga!», exclamou, olhando-me longamente, tristemente, como se de facto lamentasse aquela situação: «Assim é a vida: fogo posto de manhã, à noite come quem o ateou».

A minha gente, alarmada com os acontecimentos dos últimos dias, não me queria deixar partir. Como eu, também eles eram incapazes de compreender o que se estava a passar. Muitos choravam. Disse-lhes para não se preocuparem, que aquela era a minha casa e que em breve estaria de volta.

Gabriela Santamarinha morava num casarão antigo, na Rua dos Mercadores, um edifício de paredes largas, onde em tempos funcionou um quartel da polícia. Na cave havia um pequeno cala-boiço, depois transformado em arrecadação, e foi para ali que me levaram. Deixaram-me sozinha na primeira noite, mas na manhã seguinte uma das escravas, Júlia, natural do Rio de Janeiro, veio fazer-me companhia. Mostrou-me as costas cortadas a golpes de cavalo-marinho. «Ela vai-te açoitar», disse. A certeza de que eu seria submetida a idêntica tortura parecia deixá-la feliz.

Fiquei presa, naquelas condições, durante uma semana. Deitava-me sobre a esteira húmida, respirando com dificuldade o ar de musgo, e pouco a pouco sentia que me afundava num sono escuro, sem sonhos, que era uma maneira de esquecer o medo e a vergonha. Júlia trazia-me a comida e obrigava-me a comer, enquanto me contava as últimas novidades: quem é que Gabriela tinha açoitado nessa tarde, os comentários na cidade sobre

mim, como é que o maldito bahiano estava desbaratando a fortuna de Victorino.

Uma noite acordei com o sentimento de que alguma coisa mais escura do que a própria escuridão tinha entrado na cela. Não conseguia sequer distinguir contornos, e nenhum som, nenhum rumor, me chegava aos ouvidos; todavia podia sentir, muito perto de mim, o calor de um corpo, uma força maligna, alguém me vigiando por detrás dos ombros. Aquilo era um poço e eu estava sozinha com a serpente. «Podem tirar-me tudo», murmurei, «terei sempre mais do que vocês». Ela não disse nada. Levantou-se e foi-se embora.

Júlia apareceu de madrugada, muito cedo, rubra de excitação: «A senhora vai fazer uma festa, e quer que você nos ajude na cozinha». Uma festa? Gabriela Boca Maldita pretendia, evidentemente, exhibir a minha desgraça. Sorri para Júlia: «Diz à tua senhora que eu não saio daqui». Momentos depois Gabriela surgiu, enfurecida, na companhia de dois criados, e eu fui arrastada para o pátio, despida, amarrada a um ferro na parede e açoitada.

A noite fez-se a festa. Na minha cela, ardendo de febre, eu ouvia Júlia a tocar piano, vozes, risos. Lá em cima estavam pessoas que tinham frequentado a minha casa, velhos amigos de Victorino, a melhor sociedade de Luanda.

Estive muito doente nas semanas que se seguiram. Não consigo, ainda hoje, ordenar os acontecimentos. Lembro-me que uma das albinas me procurou, em pânico, para me entregar uma carta, a carta que Fradique me escreveu de Lisboa. Lembro-me disso como se fosse parte de um sonho. Um dia (uma noite?) ouvi gritos e um homem que eu conhecia bem, empregado de Arcénio de Carpo, apareceu diante de mim, com uma lanterna na mão esquerda e uma espingarda na direita. O resto já V. conhece.

Muita gente não compreende porque é que os escravos, na sua maioria, se conformam com a sua condição uma vez chegados à América ou ao Brasil. Eu também não compreendia. Hoje compreendo. No navio em que fugimos de Angola, o Nação Crioula, conheci um velho que afirmava ter sido amigo de meu pai. Ele recordou-me que na nossa língua (e em quase todas as outras línguas da África Ocidental) o mar tem o mesmo nome que a morte: Calunga. Para a maior parte dos escravos, portanto, aquela jornada era uma passagem através da morte. A vida que deixavam

em África, era a Vida; a que encontravam na América ou no Brasil, um renascimento.

Para mim também foi assim. Em Pernambuco, e depois na Bahia, reencarnei pouco a pouco numa outra mulher. Às vezes vinha-me à memória a imagem de um rosto, a figura de alguém que eu tinha amado e que ficara em Luanda, e eu não conseguia dar-lhe um nome. Pensava nos meus amigos como personagens de um livro que houvesse lido. Angola era uma doença íntima, uma dor vaga, indefinida, latejando num canto remoto da minha alma.

Quando nasceu Sophia eu já me sentia brasileira; porém, sempre que ouvia alguém cantar os singelos versos do mulato Antônio Gonçalves Dias chorando saudades do Brasil — «Minha terra tem palmeiras / onde canta o sabiá / as aves que aqui gorjeiam / não gorjeiam como lá» —, sempre que isso acontecia era em Angola que eu pensava: «Minha terra tem primores / que tais não encontro eu cá / Não permita Deus que eu morra / sem que eu volte para lá». Em 1889, poucos meses após a morte de Fradique, ouvi de novo alguém cantar estes versos e compreendi que tinha de regressar a Luanda. Vendi o Engenho Cajaíba, que Fradique me deixara em testamento, e embarquei com a nossa filha e uma empregada.

Gonçalves Dias, como certamente V. sabe, desapareceu na viagem de regresso ao Brasil, quando o vapor em que seguia, o Ville de Boulogne, naufragou em pleno Atlântico. Eu tive mais sorte: o meu navio resistiu; em contrapartida encontrei Angola à beira do naufrágio. A extinção total da condição servil nas colônias portuguesas, e depois a proclamação da Lei Áurea, no Brasil, prejudicou as velhas famílias. A maior parte dos meus amigos recebeu--me com estranheza. Não compreendiam (ainda não compreendem) as razões do meu regresso.

No cais, à nossa espera, estava Arcénio Pompílio Pompeu de Carpo. Voltara a Luanda cinco anos antes, disposto, outra vez, a matar o assassino do seu pai, mas mal desembarcou soube que chegara atrasado — o causador de todas as nossas desgraças morrera a rir, numa roda de amigos, enquanto contava anedotas.

Gabriela Boca Maldita, essa, encontrei-a na ruína. Louca, quase sempre embriagada, andava aos gritos pelas ruas. As crianças atiravam-lhe pedras, os cães ladravam à sua passagem. Depois deixei de ter notícias dela, até que há duas semanas o padre Nicolau dos Anjos, de visita a Luanda, me disse tê-la visto no Dondo, vendendo legumes e ratos assados.

Agora V. conhece toda a minha história, ou quase toda. Talvez lhe interesse saber que me casei com Arcênio de Carpo. Sou feliz, tanto quanto é comum ser-se feliz. Estou na vida como numa varanda. Vejo na rua passarem as pessoas com as suas tragédias íntimas. Vejo-as nascer e morrer. Nestas terras ácidas a natureza conspira contra nós. Um homem morre, desaparece, e logo a sua obra inteira se corrói e se corrompe e se desfaz. Os palácios de hoje amanhã serão ruínas. Uma panela de sopa, deixada ao ar, fermenta numa única noite. Os fungos crescem nos armários como plantas malignas e se os deixarmos ocupam inteiramente os quartos e as casas. A própria memória rapidamente se dissolve. Creio que aqui já ninguém se recorda de como morreu o velho Arcênio de Carpo, e muito menos se lembram de Fradique Mendes. A mim chamam-me a brasileira e os mais novos acreditam realmente que eu nasci no Brasil. Também por isso lhe entrego estas cartas. Disponha delas como entender.

Desta, que apesar de tão distante tanto o admira,

Ana Olímpia

FIM

O AUTOR



José Eduardo Agualusa nasceu a 13 de Dezembro de 1960 na cidade do Huambo, planalto central de Angola. Jornalista, é colaborador permanente do jornal Público, da RDP-África e do programa Acontece, da RTP-2.

Publicou *A Conjura* (romance, 1989), *D. Nicolau Água-Rosada e outras Estórias Verdadeiras e Inverosímeis* (contos, 1990), *Coração dos Bosques* (poesia, 1991), *A Feira dos Assombrados* (novela, 1992), *Lisboa africana* (grande reportagem em colaboração com Elza Rocha e Fernando Semedo,³) e *Estação das Chuvas* (romance, 1996).

Este livro foi impresso nas oficinas gráficas da
Editora Vozes Ltda.,
Rua Frei Luís, 100 — Petrópolis, RJ, com filmes e papel fornecidos
pelo editor.